

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA

Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento

LUÍSA CORREIA FILHO

**SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO RURAL EM ANGOLA: UMA
ANÁLISE SOBRE OS EFEITOS DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE POLOS
AGROINDUSTRIAIS NO MUNICÍPIO DE OMBADJA**

TUPÃ

2025

LUÍSA CORREIA FILHO

**SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO RURAL EM ANGOLA: UMA
ANÁLISE SOBRE OS EFEITOS DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE POLOS
AGROINDUSTRIAIS NO MUNICÍPIO DE OMBADJA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Tupã, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências, área Agronegócio e Desenvolvimento.

Área de concentração: Agronegócio e Desenvolvimento

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Meio Ambiente

Orientadora: Profa. Dra. Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani

Coorientadoras: Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol e Profa. Dra. Amanda dos Santos Negreti Campos

TUPÃ

2025

Ficha catalográfica elaborada pela Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação da FCE – Unesp, Câmpus Tupã:

C824s Correia Filho, Luísa.
Segurança alimentar e desenvolvimento rural em Angola : uma análise sobre os efeitos do programa de Promoção de Polos Agroindustriais no município de Ombadja / Luísa Correia Filho. -- Tupã, 2025
115 p. : il., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Engenharia, Tupã
Orientadora: Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani
Coorientadora: Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol
Coorientadora: Amanda dos Santos Negreti Campos

1. Segurança Alimentar. 2. Políticas Públicas. 3. Desenvolvimento. 4. Angola. I. Título. II. Autor.

Fonte: Eliana Kátia Pupim, bibliotecária CRB 8 – 6202. Essa ficha não pode ser modificada.

Impacto potencial desta pesquisa

Esta pesquisa busca contribuir para a sociedade angolana, fornecendo subsídios para a elaboração de políticas públicas para a agricultura familiar e melhoria da segurança alimentar nas comunidades rurais. Ainda, servirá para implementação de projetos de instituições sobre o componente terra e o desenvolvimento local, no sentido de melhorar a condição socioeconômica e climática das comunidades rurais no município de Ombadja. Este trabalho está relacionado com as metas do primeiro e segundo Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – erradicação da pobreza e fome zero e agricultura sustentável – da Agenda 2030 da ONU. E, de forma secundária, com o décimo terceiro ODS – ação contra a mudança global do clima.

Potential impact of this research

This research aims to contribute to Angolan society by providing insights for the formulation of public policies for family farming to improve food security in rural communities. Additionally, it can also be used to implement projects by institutions focusing on land management and local development to enhance the socio-economic and climatic conditions of rural communities in Ombadja municipality. This work is related to the targets of the first and second Sustainable Development Goals (SDGs) of the UN 2030 Agenda—no poverty and zero hunger and sustainable agriculture—and is secondarily linked to the thirteenth SDG climate action.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO RURAL EM ANGOLA:
UMA ANÁLISE SOBRE OS EFEITOS DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE
POLOS AGROINDUSTRIAIS NO MUNICÍPIO DE OMBADJA

AUTORA: LUISA CORREIA FILHO

ORIENTADORA: ANA ELISA BRESSAN SMITH LOURENZANI

COORIENTADORA: ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

COORIENTADORA: AMANDA DOS SANTOS NEGRETI CAMPOS

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Ciências, pela Comissão
Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **ANA ELISA BRESSAN SMITH LOURENZANI**
Data: 25/03/2025 10:14:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. ANA ELISA BRESSAN SMITH LOURENZANI (Participação Virtual)
Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE -
UNESP - Tupã/SP

Documento assinado digitalmente
 **SERGIO SCHNEIDER**
Data: 04/04/2025 00:14:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. SERGIO SCHNEIDER (Participação Virtual)
Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Desenvolvimento Rural / Universidade Federal do Rio Grande
do Sul - UFRGS - Porto Alegre/RS

Documento assinado digitalmente
 **ANDREA ROSSI SCALCO**
Data: 25/03/2025 14:29:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa.Dra. ANDRÉA ROSSI SCALCO (Participação Virtual)
Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE -
UNESP - Tupã/SP

Tupã, 27 de fevereiro de 2025

Dedico este trabalho aos meus pais, que me ensinaram sobre o valor da terra e do aprendizado constante.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, minha gratidão à *Nzambi*, o divino e poderoso Criador, pelo seu amor e por ter me guiado em cada etapa desta jornada. Este é um sonho que se materializa.

À minha querida mãe Joana Lopes e irmãos, a quem agradeço imenso pelo apoio constante, compreensão e por cada oração. Ao Emil, pelo carinho, parceria, suporte e por ser calmaria em meio a tempestades nesta jornada.

À Profa. Dra. Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani, primeiramente por ter me incentivado a realizar a matrícula no programa, quando pensei em desistir por motivos pessoais. Agradeço por ter orientado esta pesquisa, pelos ensinamentos e apoio durante esses dois anos de trabalho e convivência. Gratidão por ter sido, também, uma amiga.

Às Profas. Dras. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol e Amanda dos Santos Negreti Campos, por terem aceitado o convite para coorientação deste trabalho e por suas valiosas contribuições nesta pesquisa.

À Adriana Dias, pela amizade, companheirismo e pela partilha das inquietações ao longo do curso. Obrigada por me fortalecer em cada etapa dessa jornada. Sigamos juntas, minha irmã acadêmica.

Aos agricultores e moradores das comunidades do Caólo e da Santa Terezinha, no município de Ombadja, assim como aos membros das organizações não governamentais como a ADRA, FAO, ACC/ANO e DW, por terem participado neste estudo e concedido relevantes entrevistas.

Ao Michel Costa e Bráz Dsantos por terem contribuído na indicação de técnicos e das comunidades rurais de Ombadja. Ao Eng. Alberto Dunduma, pela sua disposição em sempre me ajudar com a bibliografia para esta pesquisa. Ao Óscar Domingos pela contribuição inicial neste estudo, pela amizade e motivação na realização do curso de Pós-graduação. *Nga sakidila*, guerreiro.

Ao Guilherme Moura, Carmen Gelinski, Emil Rizov, Lúcia Filho, Belarmino Cardoso, Josemar Seródio, Maria Helena de Paula, Izabel Gil, Ana Elisa Lourenzani, Victor Hugo, Tina Costa, Ana Carolina Guastali, Josiane Gonçalves, Rute Pinto, Louise Medeiros, Lidiane Francisco, Raquel Moura, Gil Kassow, Joyce Pereira, Arimae Gomes, Ricardo Dias, Karyana, Henrique Ishishara, Daniel Miranda, Domingos Macuvele, Luana Gaia, Talita da Silva, Thaís Lescura, Jean Rosier, Naief Haddad, Emil Rizov, Guilherme Zettermann, João Victor, Pamela Modesto, Maria Teresa Velho, Ailton Borges, Rute Pinto, Luana Montibeller, Laurindo Tchinhama, Luana Melo, Ailton Moreira, Izabel Zulato, Patrick Scheidt, Rodrigo Medrado,

Cássia de Souza e Sofia Furtado, amigos, colegas e familiares, sem o suporte de vocês minha ida à Angola seria impossível. Sou muito grata.

Aos docentes do Programa pela transmissão de conhecimentos e debates sobre o “fazer ciência interdisciplinar”. Ao Grupo de Estudos em Agricultura Familiar e Sustentabilidade pela troca e contribuição na minha visão enquanto pesquisadora.

À Fundação Bornito de Sousa, pelo apoio na realização da pesquisa de campo durante a minha estadia em Angola.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Sou filho dessa poeira
que alimenta a minha barriga vazia.”

(Flores; Prodígio, 2020, s.p).

CORREIA FILHO, L. **Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural em Angola:** uma análise sobre os efeitos do Programa de Promoção de Polos Agroindustriais no município de Ombadja. 2025. 115 f. Defesa (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2025.

RESUMO

Desde o final da guerra civil angolana, a China consolidou-se como o principal parceiro econômico de Angola, por meio de financiamentos e iniciativas de desenvolvimento. Nesse contexto, inserem-se as políticas de segurança alimentar, como o Programa de Promoção de Polos Agroindustriais que deu origem à criação do Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do Manquete. O objetivo do Projeto do Manquete era promover a segurança alimentar, além de gerar emprego e renda nas comunidades rurais. Adicionalmente, buscou-se identificar o acesso às políticas de agricultura familiar e assistência social como forma de suplementar a análise. O presente estudo teve como objetivo geral analisar o efeito do Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do Manquete sobre a segurança alimentar e nutricional nas comunidades rurais do Mucope, município de Ombadja, província do Cunene. Para isso, utilizou-se de fontes bibliográficas e documentais, além da realização de um estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas com as comunidades rurais e organizações não governamentais, nacionais e internacionais. Os resultados demonstraram que as comunidades rurais não tiveram acesso aos alimentos produzidos na fazenda do Manquete e que as oportunidades de emprego, geradas pelo empreendimento, têm sido limitadas. Outro resultado apontado neste estudo foi o impacto das mudanças climáticas sobre a produção agrícola e o consumo das famílias, revelando a escassez de alimentos, baixa produtividade, morte de animais e fome. Esse cenário tem levado à migração para os países vizinhos, como a Namíbia, como uma estratégia de autossuficiência. Esse cenário tem intensificado as vulnerabilidades socioeconômicas das comunidades rurais de Ombadja, que dependem da agricultura e da pecuária para sua subsistência. Recomenda-se que estudos futuros abordem questões estruturais como as desigualdades sociais e a pobreza nas comunidades rurais, relacionando-as aos desafios emergentes, como as mudanças climáticas. Tal fato poderá facilitar a formulação e o desenvolvimento de novas políticas, visando a melhoria do cenário de insegurança alimentar e nutricional em Angola.

Palavras-chave: Segurança alimentar. Políticas públicas. Desenvolvimento. Angola.

CORREIA FILHO, L. **Food Security and Rural Development in Angola:** an analysis of the effects of the Agro-industrial Poles Promotion Program in the municipality of Ombadja. 2025. 115 f. Defence. (MSc in Science) – Faculty of Science and Engineering, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2025.

ABSTRACT

Since the end of the Angolan civil war, China has established itself as Angola's primary economic partner through financing and development initiatives. In this context, food security policies, such as the Agro-Industrial Hubs Promotion Program, have been implemented, leading to the creation of the Manquete Agricultural Development Project. The objective of the Manquete Project was to promote food security while also generating employment and income in rural communities. Additionally, this study sought to assess access to family farming and social assistance policies as a means of supplementing the analysis. The primary objective of this study was to analyze the impact of the Manquete Agricultural Development Project on food and nutritional security in rural communities in Mucope, Ombadja municipality, Cunene province. To achieve this, bibliographic and documentary sources were utilized, along with a case study that included semi-structured interviews with rural communities and both national and international non-governmental organizations. The findings revealed that rural communities did not have access to the food produced on the Manquete farm and that employment opportunities generated by the enterprise have been limited. Another key finding of this study was the impact of climate change on agricultural production and household food consumption, highlighting food scarcity, low productivity, livestock mortality, and hunger. This situation has driven migration to neighboring countries, such as Namibia, as a strategy for self-sufficiency. This scenario has intensified the socioeconomic vulnerabilities of rural communities in Ombadja, which rely on agriculture and livestock for their subsistence. Future research should address structural issues such as social inequalities and poverty in rural communities, linking them to emerging challenges, such as climate change. This could facilitate the formulation and development of new policies aimed at improving food and nutritional security in Angola.

Keywords: Food security. Public policies. Development. Angola.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil dos entrevistados na comunidade do Caólo, segundo gênero, idade, escolaridade e tempo de atuação na atividade	51
Gráfico 2 - Perfil dos entrevistados na comunidade da Santa Terezinha, segundo gênero, idade, escolaridade e tempo de atuação na atividade	52
Gráfico 3 - Acesso ao programa Kwenda na comunidade do Caólo.....	78
Gráfico 4 - Acesso ao programa Kwenda na comunidade da Santa Terezinha.....	79

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fatores determinantes associados à SAN	30
Figura 2 - Localização dos Polos Agroindustriais no mapa de Angola.....	35
Figura 3 - Estrutura conceitual da pesquisa.....	42
Figura 4 - Localização geográfica do Cunene em Angola e seus municípios.....	48
Figura 5 - Moradia típica das comunidades rurais de Ombadja	53
Figura 6 - Sala de aula do Ensino Primário (Fundamental I)	57
Figura 7 - Relação entre os fatores socioeconômicos.....	59
Figura 8 - Produção agrícola e pecuária na Santa Terezinha	62
Figura 9 - Impactos da seca nas comunidades de Ombadja	69
Figura 10 – Relação entre segurança alimentar e impactos das mudanças climáticas	71
Figura 11 - Acesso à políticas de SAN nas comunidades de Ombadja.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Eixos e linhas de intervenção da ENSAN.....	33
Quadro 2 - Políticas de SAN em Angola.....	34
Quadro 3 - Ações de SAN em Angola coordenadas por instituições internacionais	36
Quadro 4 – Técnicas de pesquisa adotadas conforme os objetivos específicos	43
Quadro 5 - Organizações entrevistadas, campo e local de atuação	45
Quadro 6 - Categorias definidas para a análise de conteúdo	47
Quadro 7 - Distribuição das comunas por municípios do Cunene	49
Quadro 8 - Desafios sobre o acesso à saúde nas comunidades de Ombadja	56
Quadro 9 - Impactos das mudanças climáticas nas comunidades de Ombadja.....	68
Quadro 10 - Medidas/Ações para SAN propostas pelas organizações.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC	Associação Construindo Comunidades
ACTUAR	Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento
ADRA	Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento
ANO	<i>Ame Naame Omunu</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil
CEIEC	<i>China National Electronics Import & Export Corporation</i>
DW	<i>Development Workshop</i>
DW	<i>Deutsche Welle</i>
ECP	Estratégia de Combate à Pobreza
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENSAN	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
FADA	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrícola
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FAS	Fundo de Ação Social
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola das Nações Unidas
FRESAN	Fortalecimento da Resiliência e Segurança Alimentar e Nutricional em Angola
GESTERRA	Gestão de Terras Aráveis
GSA	Gabinete de Segurança Alimentar
ICBC	<i>Industrial Commercial Bank of China Limited</i>
IDA	Instituto de Desenvolvimento Agrário
IEH	Instituto de <i>Estudios del Hambre</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística de Angola
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil
MINAGRIF	Ministério da Agricultura e Florestas de Angola
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGE	Orçamento Geral de Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PMA	Programa Mundial de Alimentos

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TPA	Televisão Pública de Angola
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICEF	<i>United Nations Children's Fund</i>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
1 INTRODUÇÃO.....	20
2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS, INICIATIVAS E POLÍTICAS.....	24
2.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): evolução mundial e conceito.....	24
2.1.1 SAN em Angola: iniciativas públicas e projetos	31
2.2 Agricultura familiar: principais conceitos	37
2.2.1 Agricultura familiar em Angola: uma breve síntese.....	39
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
3.1 Análise dos dados	46
3.2 Caracterização da área de estudo.....	48
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	51
4.1 Perfil dos entrevistados nas comunidades de Ombadja.....	51
4.2 Fatores socioeconômicos nas comunidades de Ombadja	53
4.3 Disponibilidade e acesso aos alimentos nas comunidades de Ombadja.....	61
4.3.1 Diversidade produtiva (disponibilidade).....	61
4.3.1.1 Mapeando os impactos das mudanças climáticas	66
4.3.2 Autoconsumo (acesso)	72
4.4 Acesso ao crédito agrícola e o programa <i>Kwenda</i> nas comunidades de Ombadja.....	76
4.5 Percepção das comunidades sobre a Fazenda do Manquete no município de Ombadja	81
4.6 Recomendações das organizações entrevistadas para melhoria da segurança alimentar das comunidades de Ombadja.....	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICES	107
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE OMBADJA	107
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM AS ORGANIZAÇÕES	
109	
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	111
APÊNDICE D – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.	112
ANEXOS	113

ANEXO A – APROVAÇÃO DO PROJETO DO MANQUETE	113
ANEXO B – ACORDO DE FINANCIAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DO MANQUETE.....	114
ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA PATRIMONIAL DO PROJETO DO MANQUETE	115

APRESENTAÇÃO

A realização desta pesquisa surge do interesse na temática de Estudos do Desenvolvimento, particularmente do Desenvolvimento Rural, e da Economia Política (e Internacional), durante a minha graduação em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse interesse resultou na monografia intitulada “Presença chinesa na costa africana ocidental: análise exploratória sobre a atuação da empresa *Jiangzhou* em Angola e seus reflexos”, em 2018, realizada no sul do país, no município da Tchicala Cholohanga, província do Huambo, sob orientação do Prof. Hoyêdo Nunes Lins. A pesquisa analisou a atuação do empreendimento sino-angolano *Jiangzhou* no setor agrícola e as mudanças causadas nas comunidades rurais da região, revelando impactos como o *land grabbing* (apropriação de terras).

Desde o final da guerra civil, em 2002, a China consolidou-se como o principal parceiro econômico de Angola, por meio de investimentos e financiamentos que visavam a reconstrução das infraestruturas e o desenvolvimento de Angola. Nesse contexto, aprofundi o meu interesse pela pesquisa ao ingressar na Pós-graduação, enquanto angolana, com o objetivo de analisar os efeitos de uma política de segurança alimentar, financiada por uma instituição chinesa, sobre as comunidades rurais de uma região marcada por desafios socioeconômicos e climáticos. Essa iniciativa é considerada um financiamento ao desenvolvimento, dentro do campo da Economia Política Internacional.

Apesar dos desafios enfrentados ao longo dessa jornada, foi possível alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa e espero ter contribuído, minimamente, para o avanço do debate sobre a realidade angolana, diante dos desafios globais e regionais. Reitero minha imensa gratidão, na minha língua materna, *Nga sakidila*, a todos os envolvidos na concretização deste trabalho, especialmente as comunidades de Ombadja, bem como as organizações nacionais e internacionais que participaram desta pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um campo de estudo dinâmico, constantemente adaptado aos desafios globais e os avanços científicos. Esta área tem sido amplamente analisada devido à sua relevância e contribuição para o desenvolvimento dos países. A segurança alimentar ocorre quando as pessoas dispõem de condições, econômicas e sociais, adequadas para obter alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente, que atendam às suas necessidades e preferências, contribuindo para uma vida saudável e ativa. Esse conceito abrange seis dimensões interligadas de SAN, nomeadamente: a disponibilidade, acesso, estabilidade, utilização, agência e a sustentabilidade, sendo que cada uma delas desempenha um papel fundamental na garantia da segurança alimentar (FAO, 1996; HLPE, 2020).

Enquanto a disponibilidade refere-se às condições necessárias para a produção e o consumo de alimentos, o acesso está relacionado à capacidade econômica e física para sua aquisição. A utilização envolve a qualidade dos alimentos e os aspectos nutricionais, ao passo que a estabilidade foca no acesso regular aos alimentos. A dimensão da agência está associada à garantia de direitos, enquanto a sustentabilidade diz respeito à conservação dos recursos naturais, considerando as demandas das gerações futuras (FAO, 1996; HLPE, 2020).

Esta pesquisa foi desenvolvida tendo como centralidade as dimensões da disponibilidade e do acesso, analisadas no contexto das comunidades rurais angolanas. A perspectiva teórica de Segurança Alimentar e Nutricional adotada neste trabalho relaciona-se com o Direito Humano à Alimentação Adequada, considerado um direito fundamental que deve ser garantido a todos os cidadãos. De igual forma, adotou-se a perspectiva da Soberania Alimentar, que respeita as escolhas e a cultura das comunidades em relação à produção de alimentos (Guerra; Silva, 2022; ONU, 1999).

Em Angola, a temática de segurança alimentar surge em um contexto de vulnerabilidade socioeconômica, após um longo período de instabilidade política (1975-2002), marcado por crise econômica e migração da população rural para os grandes centros urbanos (UNDP, 2017). A partir de 2003, as iniciativas públicas de segurança alimentar implementadas no país, enquadravam-se no âmbito das políticas de combate à fome e a pobreza, assim como visavam o reassentamento da população rural (Kimhi, 2010; Quitari, 2015).

No pós-guerra, devido ao cenário de crise financeira, o governo angolano buscou por financiamentos externos para implementação das iniciativas de segurança alimentar e demais políticas sociais com o objetivo de alcançar o desenvolvimento socioeconômico e rural. Nesse

contexto, foi elaborada a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que abrangia programas como o de Promoção de Polos Agroindustriais, que deu a origem à criação de empreendimentos agroindustriais no país (Angola, 2009). Este trabalho destaca o polo agroindustrial denominado de Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do Manquete, como objeto de análise.

O Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do Manquete, também conhecido como fazenda do Manquete, localizado na comuna do Mucope, município de Ombadja, província do Cunene, possui uma extensão de 5.000 hectares (Marcelino; Morgado, 2015). Este empreendimento foi criado em 2011, por meio do Despacho Presidencial¹ n.º 33/1, de 25 de abril de 2011. Com o fim da guerra civil, o governo angolano buscou implementar diversas iniciativas públicas voltadas para melhoria da segurança alimentar, entre elas o programa de Promoção de Polos Agroindustriais, com foco na diversificação da economia e no retorno da população rural aos seus locais de origem. O objetivo do governo com os polos agroindustriais, como o Polo de Manquete, era abastecer as comunidades com alimentos e promover o emprego e a economia local, visando o reestabelecimento da população nas zonas rurais.

A implementação do projeto do Manquete, ocorreu por meio do financiamento chinês no valor de US\$ 81.439.473,31², aprovado em 2013, por meio do Despacho Presidencial³ n.º 144/13, de 10 de dezembro de 2013. O termo de financiamento foi celebrado entre o governo de Angola, representado pelo Ministério das Finanças e o *Industrial Commercial Bank of China Limited* (ICBC), em representação do governo chinês.

As atividades da fazenda do Manquete tiveram início em 2014 com a produção de arroz e a criação de gado executadas pela empresa *China National Electronics Import & Export Corporation* (CEIEC). A fazenda era administrada, inicialmente, pela Gestão de Terras Árveis (GESTERRA), empresa vinculada ao Ministério da Agricultura e Florestas (Micolo, 2016). Após sucessivas mudanças na gestão, foi incluída a empresa *Quantum Global*⁴ por indicação do Fundo Soberano de Angola⁵.

A partir de 2019, o empreendimento ficou sob a responsabilidade do Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria, conforme o contido no Despacho Presidencial⁶ n.º

¹ Anexo A.

² O equivalente a R\$ 427 milhões e AOA 33 bilhões (trinta e três bilhões de kwanzas), sendo o Kwanza (AOA) a moeda nacional de Angola.

³ Anexo B.

⁴ Para mais informações: <https://expansao.co.ao/angola/interior/estado-resgata-seis-concessoes-de-fazendas-sob-gestao-da-quantum-global-59964.html>.

⁵ Para mais vide:

⁶ Anexo C.

99/19, de 19 de junho de 2019, e gerenciada pela empresa angolana Carrinho S.A. Conforme reportagem divulgada pela Televisão Pública de Angola (TPA), em dezembro de 2023, o Polo do Manquete dedicado a produção de arroz, prevê a expansão da área de produção de 5.000 para 10.000 hectares para diversificação de culturas como o feijão, a soja e a batata (TPA, 2023).

O Projeto do Manquete foi criado com objetivo de promover a segurança alimentar, no âmbito do programa de combate à fome e a redução da pobreza, conforme expresso no Anexo B. No entanto, pouco se sabe sobre o impacto efetivo deste empreendimento sobre a segurança alimentar das comunidades rurais que se encontram no entorno da fazenda, sobretudo em relação ao acesso aos alimentos produzidos e à geração de renda por meio do emprego da população local.

A motivação para realização deste estudo reside na escassez de pesquisas sobre SAN em Angola e no papel da agricultura na mitigação da fome e promoção do desenvolvimento sustentável, alinhando-se às metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Este trabalho está relacionado com as metas do primeiro e segundo Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – erradicação da pobreza e fome zero e agricultura sustentável – da Agenda 2030 da ONU. E, de forma secundária, com o décimo terceiro ODS – ação contra a mudança global do clima.

Atendendo à necessidade de mais pesquisas sobre a problemática da fome no sul de Angola, bem como considerando a importância desta temática na promoção do desenvolvimento rural, definiu-se como problema o seguinte: Qual o efeito do Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do Manquete sobre a segurança alimentar e nutricional nas comunidades rurais do Mucope, município de Ombadja, na província do Cunene? Em busca de possíveis respostas ao problema colocado, os objetivos deste trabalho foram definidos da seguinte forma:

Objetivo Geral: analisar o efeito do Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do Manquete sobre a segurança alimentar e nutricional nas comunidades rurais do Mucope, município de Ombadja, na província do Cunene.

Objetivos específicos:

- a) Verificar fatores socioeconômicos (como a habitação, saúde, educação, renda, diversidade produtiva, autoconsumo) relacionados à segurança alimentar nas comunidades do entorno da fazenda do Manquete;
- b) Identificar o acesso às políticas de segurança alimentar (programa de Promoção de Polos Agroindustriais) e, de forma complementar, de agricultura familiar

- (crédito agrícola) e de assistência social (programa de transferência de renda *Kwenda*) nas comunidades do entorno da fazenda do Manquete;
- c) Relatar a percepção das comunidades rurais de Ombadja sobre o programa de Promoção de Polos Agroindustriais (fazenda do Manquete);
 - d) Apresentar as recomendações das organizações entrevistadas para melhoria da segurança alimentar das comunidades de Ombadja.

Este trabalho foi estruturado em cinco capítulos, incluindo esta introdução que constitui o primeiro capítulo. O segundo capítulo apresenta os referenciais teóricos que embasam esta pesquisa, a partir das discussões sobre a SAN, iniciativas de SAN em Angola e uma breve caracterização da agricultura familiar praticada neste país africano. No terceiro capítulo, constam as técnicas de pesquisa adotadas, a área de estudo e a forma de análise dos dados.

No quarto capítulo, é feita uma caracterização socioeconômica das comunidades de Ombadja, com a identificação do acesso as políticas públicas de SAN e agricultura familiar, além de apresentar a percepção das comunidades de Ombadja sobre o programa de Promoção de Polos Agroindustriais (fazenda do Manquete) e as recomendações das organizações sobre a SAN nas comunidades rurais de Ombadja. Por fim, no quinto capítulo, apresenta-se as considerações finais e as recomendações para estudos futuros.

2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS, INICIATIVAS E POLÍTICAS

Neste capítulo, foram apresentados os principais conceitos relacionados às temáticas que fundamentam a realização desta pesquisa. O referencial teórico que embasa este trabalho abrange as áreas do conhecimento como estudos de desenvolvimento, economia do desenvolvimento e, particularmente, do desenvolvimento rural. Adicionalmente, a pesquisa baseou-se nas teorias sobre a agricultura familiar e sua interação com a segurança alimentar e nutricional no contexto do desenvolvimento rural. Foram, também, descritas as iniciativas de segurança alimentar e nutricional realizadas em Angola e uma breve caracterização da agricultura familiar praticada no país. A literatura apresentada teve como base pesquisas de diversas áreas do conhecimento demonstrando a interdisciplinaridade do tema.

2.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): evolução mundial e conceito

O termo segurança alimentar no mundo ganha destaque na Europa após a primeira guerra mundial (1914-1918) num contexto marcado por escassez de alimentos e uma crise econômica generalizada. Na época, a noção de segurança alimentar estava associada à ideia de segurança nacional onde os governos tinham a preocupação de garantir a autonomia alimentar dos seus países evitando possíveis sanções decorrentes de questões militares ou políticas (Burity *et al.*, 2010).

Com o advento da segunda guerra mundial (1939-1945), envolvendo nações de diversos continentes, a crise se intensifica e ganha uma escala global com efeitos negativos na economia mundial. Ao término da guerra, em outubro de 1945, foi instituída a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) como um dos organismos internacionais responsáveis por definir estratégias de segurança alimentar à nível global. Sob esse panorama, o tema sobre a segurança alimentar entra na agenda internacional como um problema referente à falta de alimentos (Burity *et al.*, 2010; Castro, 1992; Hirai, Anjos, 2007 *apud* Silva, 2014;).

Apesar do aumento da produção de alimentos, nos anos seguintes, e com a exportação das reservas para os países em desenvolvimento, notava-se que o problema da fome e da desnutrição continuavam. A partir dessa realidade limitada, na década de 1990, o conceito evolui abrangendo o fator nutricional e passa a ser denominado de segurança alimentar e nutricional – SAN (Burity *et al.*, 2010).

A definição de SAN comumente adotada na literatura mundial é o emitido pela FAO que assinala que existe SAN “quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã” (FAO, 1996, s.p, tradução nossa). A noção de SAN sofreu algumas alterações ao longo do tempo, tendo em conta a dinâmica das sociedades, estando em construção do ponto de visto teórico como de formulação de políticas públicas (Burlandy; Costa, 2007).

A evolução do conceito de SAN é resultado de fenômenos globais e de contribuições de estudos regionais sobre a temática (Pinto, 2008). Considerada como uma área de caráter multidisciplinar, a SAN abrange aspectos de diferentes áreas do conhecimento, sendo um dos componentes do desenvolvimento. Para Burity *et al.* (2010), a SAN abrange duas dimensões que se complementam, embora sejam distintas: a dimensão alimentar referente aos processos da produção ao consumo de alimentos e a nutricional que abrange a relação entre o homem e o alimento.

No conceito partilhado pela FAO, a SAN abrange quatro dimensões, nomeadamente: disponibilidade, acesso, estabilidade e utilização. A disponibilidade refere-se aos elementos envolvidos nos processos da produção ao consumo; o acesso diz respeito a condições de renda suficiente para aquisição de alimentos; a utilização está relacionada à qualidade do alimento e ao valor nutricional; e a estabilidade engloba a capacidade de acesso regular aos alimentos e a preço acessíveis (Aranha, 2010). Além das quatro dimensões citadas, em 2020, foram acrescentadas duas novas dimensões recomendadas pelo Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutrição do Comitê de Segurança Alimentar Mundial: agência e sustentabilidade. Essas dimensões são consideradas como essenciais para a transformação dos sistemas alimentares e para a promoção e alcance dos ODS (HLPE, 2020).

A dimensão agência refere-se à garantia do direito da população de ter acesso aos recursos indispensáveis que permitam a produção, colheita e confecção dos alimentos de sua preferência, visando alcançar a SAN. Nesse sentido, os governos desempenham um papel importante na elaboração de iniciativas que possibilitem às pessoas exercerem o poder de agência, por meio do auxílio a processos e recursos, com instituições democráticas, de forma inclusiva e participativa. Quanto à dimensão da sustentabilidade, esta refere-se à adoção de práticas que respeitam a natureza nos sistemas agroalimentares, sem afetar as bases ambientais e socioeconômicas da SAN para as gerações futuras (HLPE, 2020).

Para Burlandy e Costa (2007), a SAN tem uma característica multidimensional, não sendo restrita a sua análise em ações focadas nos aspectos biológicos do alimento ou nos grupos

privados do acesso ao alimento. O caráter multidimensional da SAN se reflete na forma como cada país aborda o problema da fome sob diferentes perspectivas. Gurgel *et al.* (2020), ao analisarem as estratégias governamentais implementadas no Brasil, no contexto da pandemia da COVID-19, para garantia da disponibilidade e do acesso físico e financeiro a alimentos, verificaram a necessidade de implementação de iniciativas coordenadas em níveis global, nacional e local. Dessa forma, seria possível a prevenção dos impactos da crise alimentar, que afeta principalmente populações socialmente vulneráveis. Essas iniciativas devem criar mecanismos para geração de renda, consumo de alimentos adequados, o respeito à cultura alimentar, entre outras, de forma a promover o desenvolvimento territorial.

As dimensões da SAN possuem uma inter-relação com as noções de soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada que devem ser consideradas na elaboração de políticas públicas dirigidas ao combate à fome e a pobreza (Albuquerque, 2009). O conceito de soberania alimentar resultante da Declaração final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, realizado em Havana em 2001, enuncia que:

A soberania alimentar é o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (*Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria*, 2001, p. 6, tradução nossa).

Segundo Novaes (2008), as iniciativas de SAN devem respeitar a diversidade cultural dos povos, a pequena e média produção dos camponeses e/ou agricultores familiares, com relação à forma específica de se alimentar e as características de cada região. A soberania alimentar é uma condição prévia para a SAN, e a participação efetiva dos beneficiários das iniciativas assegura que as necessidades destes sejam consideradas na elaboração de projetos e políticas públicas⁷. Uma das características da soberania alimentar diz respeito à defesa e preservação dos recursos naturais, como a terra, por meio da definição de políticas agrárias que protejam os direitos e interesses de pequenos e médios produtores e das comunidades rurais tradicionais. Além de garantir a preservação do direito ao acesso à terra em comunidades rurais, a soberania alimentar traça um novo paradigma ao tratar da produção de alimentos para SAN como um direito dos povos e não na lógica de produto para atender as demandas do mercado (Guerra; Silva, 2022; Hoyos; Agostini, 2017).

⁷ É um conjunto de decisões tomadas pelo Estado que resultam em normas, por meio do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações que objetivam produzir efeitos ou mudanças na sociedade (Souza, 2006).

Sob a perspectiva dos direitos humanos, a SAN possui um caráter fundamental que deriva de suas múltiplas dimensões para a garantia da sobrevivência humana, relacionada à dimensão da agência. Dessa forma, realiza-se o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) quando:

cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada terá de ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome, [...], mesmo em épocas de desastres, naturais ou não (ONU, 1999, s.p, tradução feita por José Fernandes Valente para ÁGORA).

Para que o DHAA seja garantido, os Estados possuem três responsabilidades: respeitar, proteger e realizar as necessidades de alimentação da população (ONU, 1999). A alimentação adequada pode ser compreendida como uma ação de caráter social, cultural e biológica que envolve um conjunto de hábitos e matérias utilizadas pelo homem não apenas com relação as funções vitais, mas também como parte da sua cultura para manter ou aprimorar a sua saúde. Sobre o fator saúde, a ONU definiu o período de 2016 a 2025 como a Década de Ação sobre Nutrição com a finalidade de desenvolver ações, à nível global, que abordem as várias causas da má nutrição, e permitem os governos elaborarem estratégias para o fortalecimento de políticas públicas de SAN que materializem o DHAA (Bocchi *et al.*, 2019; Guerra; Bezerra; Carnut, 2020).

Albuquerque (2009) ressalta que as estratégias de SAN adotadas pelos governos, com base no DHAA, devem colocar o homem no centro da agenda política como sujeito sócio-histórico-cultural e não apenas como objeto da política pública, tendo como foco a valorização do homem e não somente a produção de alimento. Nesse sentido, a formulação de políticas públicas, principalmente no contexto social, destinadas para a promoção da SAN e o combate à fome e à pobreza devem incluir propostas abrangentes com base em três grupos de ações: ações estruturantes (dirigidas a enfrentar as causas da fome); ações específicas (buscam garantir o acesso direto à alimentação) e ações locais (visam garantir o abastecimento alimentar à nível municipal).

Com relação às políticas públicas para garantia da SAN, Aranha (2010) categoriza em três grupos de políticas: *políticas estruturais* (dirigidas a enfrentar as causas da insegurança alimentar, como por exemplo, políticas agrárias, agrícolas, de emprego e renda, educação, saúde); *políticas específicas* (voltadas para melhorar as condições alimentares para as famílias

que passam fome, como políticas de transferência de renda, de distribuição de alimentos e qualidade dos alimentos); e *políticas locais* (buscam mobilizar os gestores locais na promoção da SAN de suas populações por meio da criação de políticas como banco de alimentos, restaurantes populares, banco de sementes, assistência técnica aos agricultores e organização de feiras de produtores). A combinação dessas políticas é fator chave para construção de uma política de SAN.

Maluf, Menezes e Valente (1996) ressaltam que uma política de SAN que promova o desenvolvimento econômico pode ser alcançada por meio de objetivos sociais que sejam orientados por uma visão pautada na ética, equidade, sustentabilidade ambiental, democracia e na universalização da cidadania. Os autores mencionam, ainda, que é necessária a ampliação dos serviços públicos como educação, saúde, habitação e saneamento para a promoção da SAN e do desenvolvimento no longo prazo, destacam como fundamental o papel da sociedade civil no processo de elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas, sobretudo, à nível local.

Quando analisada em âmbito regional, a SAN deve ser tratada de forma intersetorial congregando diversas instituições governamentais e organizações da sociedade de SAN efetiva. Esta refere-se a ações articuladas, coordenadas e direcionadas para estabelecer uma política abrangente, envolvendo diferentes setores e atores que obedecem a uma escala de prioridades definidas coletivamente. Importa destacar que a elaboração de políticas públicas para SAN deve contar com diferentes atores para fomento do debate com perspectivas e interesses distintos (Albuquerque, 2009; Burlandy, 2009; CONSEA, 2004).

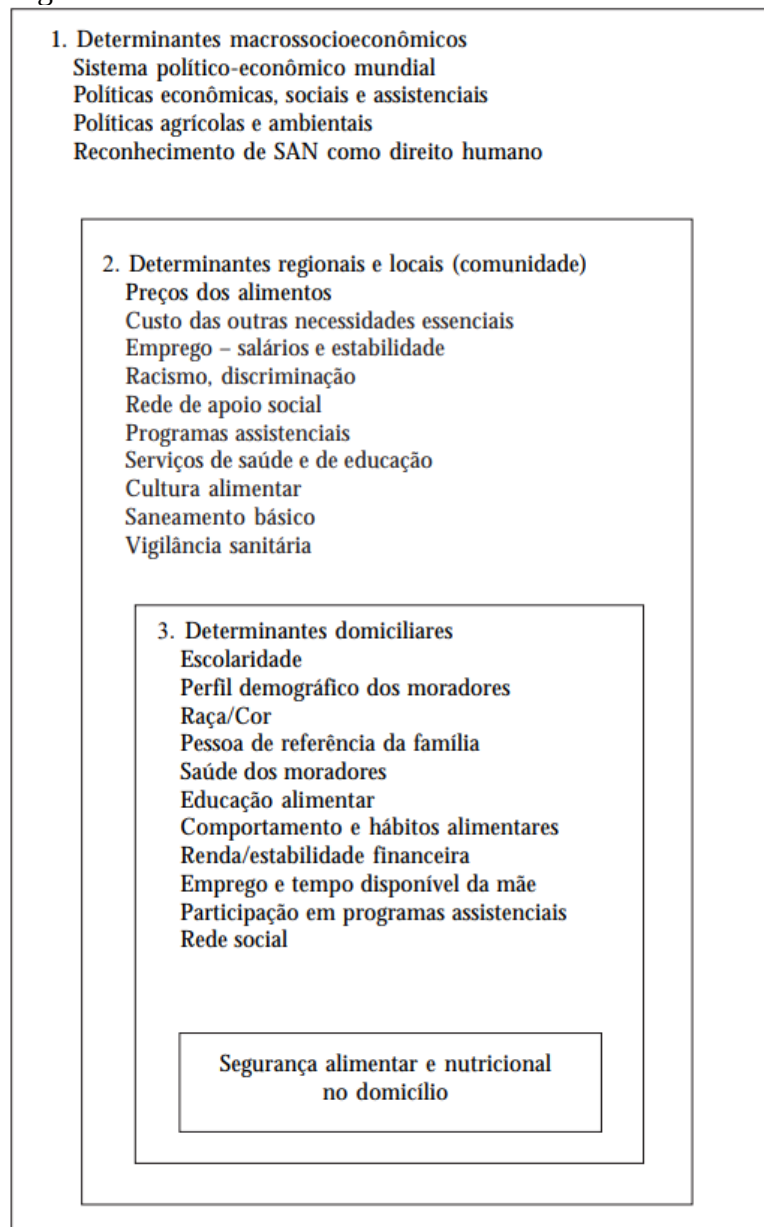
Nesse sentido, o Estado desempenha o papel de articulador entre os diferentes órgãos governamentais e a sociedade civil para o fortalecimento de parcerias e condução de processos integrados que promovam a interdependência entre as organizações e contribuem para a formulação de políticas de SAN ambientalmente sustentáveis e fomentadoras do desenvolvimento (Burlandy, 2009; Magalhães, 2014). Segundo Burlandy (2009), as iniciativas de articulação intersetorial no âmbito da política de SAN, devem criar espaços de interação entre os diferentes setores da sociedade para integração dos distintos sistemas, processos e instrumentos institucionais tendo em conta a complexidade da temática.

O consenso entre os diferentes atores envolvidos na política de SAN possibilita a coordenação de ações no curto prazo com resultados futuros alcançáveis mediante o estabelecimento de novas alianças políticas e acordos realizados por meio de um processo de negociação amplo. Alguns autores destacam que a intersetorialidade não deve ser confundida com o conceito de multisetorialidade que diz respeito a um conjunto de ações particulares de

diversos setores e que a intersectorialidade implica que os diferentes setores trabalhem simultaneamente, no sentido de definir respostas e intervenções integradas em torno dos objetivos da SAN (IEH, 2011).

Kepple e Segall-Corrêa (2011) apontam os determinantes múltiplos e intersectoriais para elaboração de políticas públicas de SAN com base em três níveis: macrosocioeconômico; regional e local; e domiciliar, as autoras explicam como os níveis são interdependentes e a alteração em um nível afeta o outro. Por exemplo, se em um dos elementos do nível 1 como o sistema político e econômico mundial, resultar em evento como uma guerra ou crise financeira este terá um impacto negativo no nível 2, causando o aumento do preço dos alimentos e, conseqüentemente, afetar a escolha da cesta básica das famílias, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Fatores determinantes associados à SAN



Fonte: Kepple; Segall-Corrêa (2011).

De acordo com Albuquerque (2009), os estudos envolvendo a temática da SAN devem ser analisados especificamente considerando cada contexto, de forma particular, para melhor compreensão da natureza dos determinantes e a complexidade da problemática alimentar e nutricional para o desenvolvimento de novas estratégias políticas. Em relação à medida do impacto das políticas públicas de SAN sobre a população, é imprescindível a adoção de indicadores adequados que evidenciam os efeitos das políticas sobre as necessidades da população em questão (Kepple; Segall-Corrêa, 2011).

Considerando a importância dos indicadores na avaliação de SAN, em nível regional, Farrukh *et al.* (2022) apontam que os decisores políticos devem se ater aos diversos fatores e complexos que envolvem a SAN, considerando sua característica multidimensional. Faz-se necessário, ao definirem ações sobre essa componente, uma melhor compreensão dos riscos e oportunidades associadas à SAN em nível regional, domiciliar e individual para o alcance do desenvolvimento sustentável. Desse modo, as políticas públicas para SAN devem estar relacionadas, de maneira integrada, aos dezessete ODS da Agenda 2030 da ONU, com objetivo de considerar temas transversais como a pobreza, fome, desigualdade, clima, justiça social, entre outros. Dessa forma, será possível proporcionar um cenário amplo e crucial para as iniciativas, políticas e projetos a serem implementados (Kopittke *et al.*, 2019). Na subseção a seguir serão apresentadas as iniciativas e políticas públicas de SAN realizadas em Angola.

2.1.1 SAN em Angola: iniciativas públicas e projetos

A temática de SAN em Angola passa a constar na agenda do governo como um objetivo estratégico, inserindo-se no âmbito das políticas de combate à fome e à pobreza, no contexto pós-guerra civil. Após a proclamação da Independência, em novembro de 1975, o país viveu um período de conflito interno, de 1975 a 2002, motivado pela disputa pelo poder entre os movimentos políticos de libertação do país (Wheeler; Pélissier, 2009).

É importante mencionar que durante o período de conflito, o país registou um massivo deslocamento de populações rurais para os centros urbanos, além da destruição de infraestruturas como estradas, que afetaram os canais de distribuição de produtos e bens essenciais para a vida humana (Angola, 2004). Neste momento, não havia políticas orientadas para a SAN. As necessidades da população eram atendidas por meio de assistência humanitária como doações alimentares de agências das Nações Unidas como o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e de compras de alimentos feitos com cartões nas denominadas lojas do povo pelos trabalhadores (Angola, 2009; Monteiro, 2020; Pinto, 2008; Steinberg; Bowen, 2003).

Com a instauração da paz, o governo angolano passa a implementar projetos para a reconstrução do país e a promoção do desenvolvimento socioeconômico e sustentável. Devido às restrições financeiras que o país enfrentava, o governo buscou parcerias para captar recursos de possíveis doadores, visando o financiamento de programas e ações voltados ao desenvolvimento de longo prazo e de SAN. Sob esse cenário, foi elaborada a Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) onde a SAN, surge pela primeira vez, entre as áreas de intervenção do programa do governo (Angola 2004; Steinberg; Bowen, 2003).

A ECP foi elaborada considerando o compromisso assumido por Angola, no cenário internacional, como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado em 1991, onde inclui o direito à alimentação, moradia, entre outros, e pelo alinhamento dos programas nacionais aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM (Angola, 2004). Na ECP, a SAN aparece aliada ao desenvolvimento rural como forma de gerar emprego no campo e promover a produção agrícola familiar, conforme mencionado a seguir:

A revitalização da economia rural ajudará a fixar a população no campo e conduzirá, progressivamente, a uma redução da dependência de produtos agrícolas provenientes do exterior. O setor rural é uma das áreas estratégicas do futuro desenvolvimento de Angola, dado o seu potencial de criação de emprego e geração de rendimento no setor familiar e a sua vital importância para a redução da dependência comercial e, consequentemente, da vulnerabilidade do mercado interno (Angola, 2004, p. 6).

O objetivo geral do programa de SAN e do desenvolvimento rural contido na ECP, consistia em satisfazer as demandas alimentares da população e promover o relançamento da economia rural como uma área crucial para o desenvolvimento sustentável de Angola. Com relação as ações do referido programa, destaca-se a importância dada à produção agrícola familiar e empresarial como fundamentais para garantia da SAN, no nível nacional e local, e para a melhoria do bem-estar da população (Angola, 2004).

Diante do cenário marcado por altos níveis de insegurança alimentar devido à guerra e visando ações específicas e mais bem direcionadas para SAN, o Conselho de Ministros do governo de Angola aprovou por meio da Resolução nº 130/09⁸, de 29 de dezembro de 2009, a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN), como a política nacional de SAN. A elaboração da ENSAN esteve sob coordenação do Gabinete de Segurança Alimentar (GSA) do Ministério da Agricultura e Florestas⁹ (MINAGRIF), contou com a participação dos Ministérios da Assistência e Reinserção Social; do Comércio; Educação; Família e Promoção da Mulher; Pescas; Planeamento; Saúde; do Ambiente e Finanças (Angola, 2009; Pinto, 2008; Steinberg; Bowen, 2003).

Durante a fase de formulação da ENSAN, a FAO e o Instituto de *Estudios del Hambre* (IEH) forneceram assistência técnica ao governo angolano, enquanto a Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID) financiou as iniciativas do programa.

⁸ Resolução contida no Diário Oficial da República de Angola de 29 de dezembro de 2009. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/ang119820.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

⁹ A vinculação do Gabinete de Segurança Alimentar ao Ministério da Agricultura é comum em alguns países em desenvolvimento. Tal fato demonstra que a SAN é tratada pela perspectiva da dimensão da disponibilidade de alimentos (Pinto, 2008).

A proposta também incluiu a participação da sociedade civil por meio de consultas públicas e com a realização de fóruns e seminários regionais para discussão (Angola, 2009; IEH, 2011).

A política da ENSAN é orientada por princípios como a universalidade, promoção da dignidade da pessoa humana, equidade, sustentabilidade, transversalidade e intersectorialidade, transparência e prestação de contas. Entre os objetivos específicos da ENSAN, tem-se: diversificação da produção agropecuária e pesqueira; garantir a disponibilidade, estabilidade e sustentabilidade da oferta de alimentos; melhoria do acesso aos alimentos por meio de políticas de proteção social aos grupos mais vulneráveis; redução dos índices de má nutrição; criar e implementar sistemas de monitoramento da SAN e informação à sociedade; criação de plataforma intersectorial para coordenação das políticas e iniciativas de SAN (Angola, 2009). Para o alcance desses objetivos, foram estabelecidos cinco eixos e linhas de intervenção, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 - Eixos e linhas de intervenção da ENSAN

Eixos estratégicos	Linhas de intervenção
Incremento, diversificação e sustentabilidade da produção agropecuária e pesqueira	Produção, Armazenamento, Transformação, Abastecimento e Comercialização
Fortalecimento e consolidação da capacidade organizativa e produtiva a nível familiar nos setores agropecuário e pesqueiro	Organização Capacitação e Extensão
Fortalecimento da proteção social à criança e grupos vulneráveis Educação alimentar e nutricional comunitária	Acesso aos alimentos Saúde e Nutrição Educação Alimentar e Nutricional Água, Energia e Saneamento Básico
Fomento da investigação científica na cadeia alimentar e nutricional	Pesquisa e Investigação Segurança dos Alimentos Normas alimentares
Sistema de Informação Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	Monitoria das atividades agrícolas e preços Previsão das colheitas e fatores climáticos Análise de vulnerabilidade dos grupos populacionais Análises nutricionais

Fonte: Angola (2009).

Para além da ENSAN¹⁰, foram implementadas também outras iniciativas pelo governo angolano com a finalidade de melhorar a situação da fome no país e promover a SAN (Pepeka, 2015). Entre as iniciativas, de médio prazo, o Quadro 2 apresenta algumas das iniciativas públicas de SAN.

¹⁰ Em fevereiro de 2024 foi apresentada a proposta da segunda ENSAN, elaborada pelo Ministério da Agricultura e Florestas em parceria com a FAO, WFP e a UNICEF, para a sociedade civil que será submetida ao poder Executivo após a aprovação. Para mais ver: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/angola-e-nacoes-unidas-apresentam-estrategia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/>. Acesso em 27 fev. 2024.

Quadro 2 - Políticas de SAN em Angola

Políticas	Finalidade	Instituição responsável
Programa de fomento a produção agropecuária	Acesso e autossuficiência de insumos e recursos de irrigação	Ministério da Agricultura e Florestas
Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à pobreza	Contribuir para a diminuição da pobreza, promover o desenvolvimento humano e a inclusão econômica e social à nível local.	Ministério da Agricultura e Florestas
Programa de Promoção de Polos Agroindustriais	Fortalecer o setor agrário e promover a SAN	Ministério da Agricultura e Florestas
Programa de Alimentação Escolar	Melhorar a nutrição e a capacidade de aprendizado dos alunos	Ministério da Educação
Programa de Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção Social <i>Kwenda</i> ¹¹	Conceder apoio às famílias em situação de vulnerabilidade	Instituto de Desenvolvimento Local FAS - Fundo de Apoio Social
Programa de vigilância nutricional	Melhoria da nutrição no âmbito da ENSAN	Ministério da Saúde

Fonte: Angola (2009), Angola (2020), Angola (2023).

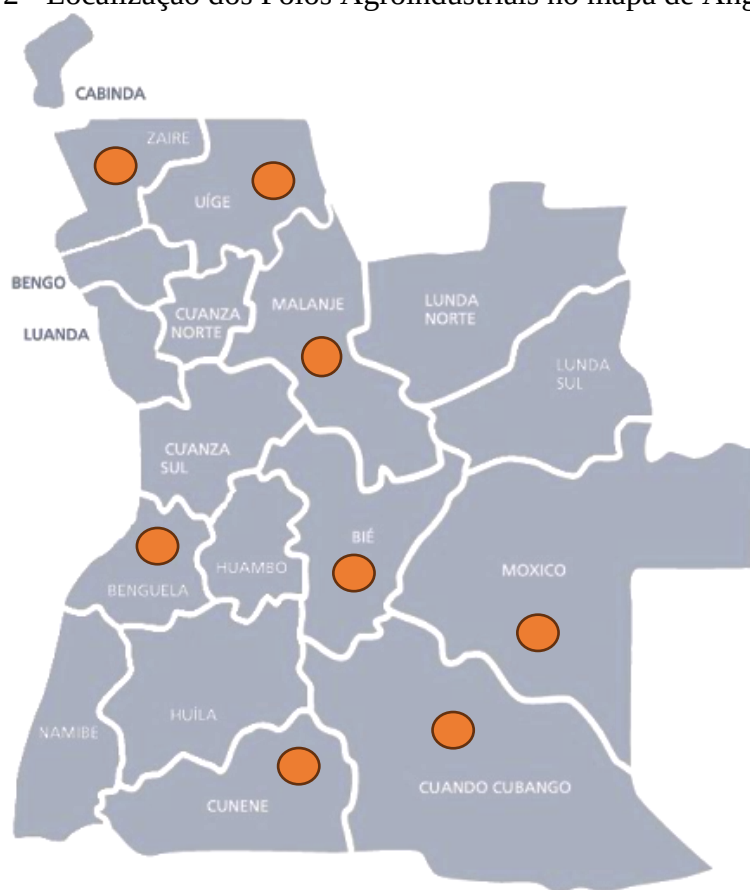
Dentre essas, especificamente o Programa de Promoção de Polos Agroindustriais, criado para o combate à fome e a redução da pobreza, contida na ENSAN, deu origem à criação de diversas fazendas¹² de larga escala. Entre os polos agroindustriais, constam o polo de Camacupa com 3.000 hectares (Bié); do Cubal com 2.600 hectares (Benguela); do Camaiangala com 5.000 hectares (Moxico); do Sanza Pombo com 5.000 hectares (Uíge); de Quizenga com 5.200 hectares (província de Malanje); do Longa com 1.500 hectares (Cuando Cubango); do Cuimba com 1.500 hectares (Zaire) e o polo agroindustrial do Manquete com 5.000 hectares, localizado na província do Cunene (Marcelino; Morgado, 2015; Angola, 2019a).

Esses empreendimentos dedicam-se à produção de cereais, hortícolas, batatas, ovos, construção de infraestruturas de apoio a produção e gestão, além da produção de rações, considerando as condições climáticas de cada região (Marcelino; Morgado, 2015). Para ilustrar, a Figura 2 apresenta a localização dos polos agroindustriais e pecuários no mapa de Angola, de acordo com as respectivas províncias.

¹¹ Termo de origem bantu, cujo a tradução na língua Kimbundu significa andar ou caminhar.

¹² Importa situar o leitor que alguns polos agroindustriais foram privatizados, a partir de 2020, pelo executivo angolano. Para mais detalhes, vide: <https://www.novojornal.co.ao/economia/interior/estado-arrecada-9-mil-milhoes-de-kwanzas-com-venda-de-sete-activos-agro-industriais-no-ambito-do-propriv-86468.html>. Acesso em: 08 maio 2024.

Figura 2 - Localização dos Polos Agroindustriais no mapa de Angola



Fonte: Angola (s.d.b).

Embora não seja o foco deste trabalho, é relevante abordar brevemente o Programa de Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção Social, conhecido como *Kwenda*, uma iniciativa do governo angolano de desenvolvimento local, baseada na transferência de renda, que complementará a análise desenvolvida nesta pesquisa. O programa *Kwenda* foi aprovado em 2020 por meio do Decreto Presidencial nº 125, de 4 de maio de 2020, no valor de US\$ 420 milhões (equivalente a R\$ 2 bilhões e AOA 386 bilhões), sendo US\$ 320 milhões financiados pelo Banco Mundial e o restante pelo Tesouro Nacional (Angola, 2020a).

O Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher é a instituição responsável pela coordenação do programa, enquanto a execução operacional e técnica está a cargo do Fundo de Apoio Social (FAS). O objetivo do programa *Kwenda* consiste em conceder apoio às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio de transferências sociais monetárias, no valor mensal de AOA 8.500,00 (oito mil e quinhentos kwanzas), equivalente a US\$ 9 e R\$ 53. A estimativa inicial do programa era alcançar cerca de 1.608.000 famílias em todo o território nacional, sendo o prazo de implementação entre maio de 2020 e dezembro de 2022. As áreas de intervenção do *Kwenda* são: transferências sociais monetárias, inclusão

produtiva, municipalização da ação social e o fortalecimento do Cadastro Social Único (Angola, 2020a; FAS, s.d.).

Para além das iniciativas do poder público, algumas ações de SAN em Angola têm sido implementadas e coordenadas pela esfera não governamental, como organizações do terceiro setor, agências internacionais das Nações Unidas, União Europeia, instituições privadas e pela sociedade civil no geral. Os projetos e programas realizados por essas organizações são de áreas como agricultura, pecuária, saúde, hídrica, educação, advocacia social entre outras. O Quadro 3 exibe alguns dos programas e projetos selecionados de SAN realizados em Angola sob a tutela de instituições internacionais e com financiamento externo.

Quadro 3 - Ações de SAN em Angola coordenadas por instituições internacionais

Iniciativas	Objetivo	Área	Instituição	Financiamento
Programa FRESAN ¹³	Redução da fome e pobreza na região sul	Cunene Huíla Namibe	Instituto Camões FAO PNUD <i>Instituto Vall d'Hebron</i>	União Europeia
Programa Wash	Implementar serviços de água e saneamento	Nacional	<i>United Nations Children's Fund (UNICEF)</i>	Fundo Índia, Brasil e África do Sul
Programa de Nutrição	Fortalecer os serviços de nutrição	Huíla	UNICEF Angola	Governo do Japão
Projeto de Desempenho do Sistema de Saúde	Aumentar a utilização e a qualidade dos serviços de saúde	Nacional	<i>World Vision</i> Angola	Banco Mundial

Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (2021), FRESAN (s.d), UNICEF Angola (2022), *World Bank* (2018).

Considerando que as iniciativas listadas no Quadro 3 não fazem parte do foco deste trabalho e tendo em conta a dimensão do país e a abrangência dos projetos à nível nacional, não será possível abordar todos os projetos na íntegra. No entanto, destaca-se o programa de Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola (FRESAN) implementado na região sul que abrange a comuna do Mucope, no município de Ombadja, província do Cunene, que é a área deste estudo.

O FRESAN é um programa financiado pela União Europeia, no valor de US\$ 65 milhões (equivalente a R\$ 377 milhões e AOA 59 bilhões), implementado nas províncias do Cunene, Huíla e Namibe. O programa FRESAN tem como objetivo contribuir para a redução da fome, pobreza e dos riscos associados à insegurança alimentar e nutricional na região sul do

¹³ Para mais informações: <https://fresan-angola.org/programa/>

país afetada pelas mudanças climáticas, cujo período de implementação compreende os anos de 2018 a 2025 (FRESAN, s.d.).

A coordenação do programa FRESAN está sob responsabilidade do Camões – Instituto de Cooperação e Língua de Portugal, da FAO, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Instituto de Pesquisa *Vall d’Hebron*. Trata-se de uma iniciativa que congrega autoridades locais, como governos provinciais e administrações municipais (Prefeitura), organizações não governamentais nacionais e internacionais, lideranças tradicionais como os Sobas¹⁴ e locais das comunidades (FRESAN, s.d.).

As áreas de intervenção do FRESAN consistem em quatro elementos: resiliência e produção sustentável da agricultura familiar; melhorar a nutrição via transferências sociais com foco na educação e na alimentação; fortalecimento institucional e gestão de informação multissetorial; e teste de ações sensíveis à nutrição com boa relação custo-benefício (FRESAN, s.d.). Considerando a primeira área de intervenção do programa FRESAN - resiliência e produção sustentável da agricultura familiar – é atribuído um papel fundamental à agricultura familiar na garantia da SAN. Na próxima seção será apresentado um resumo dos conceitos de agricultura familiar relacionados à promoção da SAN e do desenvolvimento rural, adotados neste trabalho.

2.2 Agricultura familiar: principais conceitos

Embora não exista um conceito universal sobre a agricultura familiar, por depender das características sociais e diversidade de cada região em nível mundial. A FAO define como “um meio de organizar a produção agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola, que é gerenciado e operado por uma família e depende predominantemente do capital e da mão de obra familiares, incluindo tanto mulheres quanto homens” (FAO, 2019, p. 2, tradução nossa).

A agricultura familiar é a principal forma de produção social e de alimentos tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. Esse grupo de produtores engloba as comunidades tradicionais, povos indígenas, camponeses, pescadores, agricultores de montanha e pastores, representando todas as regiões e biomas do mundo (FAO, 2019).

Para além de promoverem a SAN, os agricultores familiares desempenham um papel importante na preservação dos recursos naturais, do patrimônio cultural e contribuem para a integração entre as comunidades rurais. Tal importância se evidencia na relevância do setor na

¹⁴ Liderança tradicional cujo papel é organizar e mobilizar a população em questões sociais, econômicas e políticas, entre outras atividades.

economia dos países, contribuindo para o desenvolvimento rural e sustentável, bem como pela definição da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar, para o período de 2019 a 2028 (FAO, 2019; HLPE, 2013).

A Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028), cujo objetivo é contribuir no fortalecimento da produção agrícola familiar, de modo a aumentar a produtividade e contribuir para o alcance dos ODS da Agenda 2030. Essa ação demanda dos governos, em escala global, a adoção de iniciativas integradas e formulação de políticas intersetoriais que abordam o tripé do desenvolvimento sustentável, ou seja as dimensões ambientais, econômicas e sociais, colocando os agricultores familiares e seus meios de subsistência na base das iniciativas (FAO, 2019).

O incentivo da agricultura familiar para a promoção do desenvolvimento rural, demanda do governo a adoção de um conjunto de medidas e instrumentos que proporcionam maior investimento para produção de alimentos seja por meio da formulação de políticas agrícolas, agrárias que permitem maior equidade no acesso à terra nas zonas rurais. Outra ação é pela destinação de recursos públicos por meio do orçamento, bem como pela concessão de crédito e prestação de apoio técnico aos agricultores familiares (Leite; Leite, 2022; Mattei, 2014).

Segundo Mattei (2014), a implementação de uma diversidade de políticas públicas, de forma abrangente, destinadas à agricultura familiar e a área rural contribuem na melhoria do acesso das populações vulneráveis aos alimentos e na redução da pobreza na região. Tal incentivo, deve-se ao fato desta ser a principal fonte de geração de emprego no meio rural nos países em desenvolvimento. Assim, o investimento nessa categoria de produtores permite o aumento da renda das famílias, a inclusão social e contribui para a melhoria da SAN (Berchin *et al.*, 2019; Mattei, 2014).

Considerando a ampliação de fontes de renda dos agricultores familiares, associa-se a noção de pluriatividade, originário do termo francês *pluriactivité*, que se refere à diversificação das atividades e rendimentos das famílias de agricultores (Schneider, 2003). Tal ação envolve atividades que não estão ligadas à agricultura, podendo ocorrer tanto no espaço da propriedade quanto fora dela (Fuller, 1990 *apud* Schneider, 2003).

A comercialização da produção agrícola familiar é uma das múltiplas fontes de renda no meio rural. A criação de mecanismos e implementação de medidas legais, por parte do governo, para a comercialização desta produção é outro fator determinante para o aumento da renda dos agricultores familiares. Um ambiente propício transmite maior segurança aos produtores, evita desperdícios, promove a melhoria do bem-estar dos agricultores e estimula o desenvolvimento sustentável (Leite; Leite, 2022).

A geração e o acesso à renda aos agricultores familiares possibilitam o investimento em equipamentos e tecnologias para o aumento da produtividade e a adaptação aos riscos inerentes a fenômenos como as mudanças climáticas (Berchin *et al.*, 2019). A produção da agricultura familiar possibilita uma maior preservação dos recursos naturais, sendo menos danosa ao ambiente, e responsável pela maioria dos alimentos produzidos no mundo (Leite; Leite, 2022; Mattei, 2014). Assim, uma série de políticas e iniciativas de planejamento com visão de longo prazo são exigidas dos governos no nível mundial (Kopptike *et al.*, 2019).

Um conceito comumente atrelado à agricultura familiar e considerado como uma alternativa ao desenvolvimento rural é o cooperativismo. Este refere-se a um modelo de organização baseado na cooperação que congrega pessoas, de forma voluntária, com visão e necessidades comuns por meio da criação de uma empresa coletiva, associação ou de outra forma de organização em que compartilham a propriedade e exercem o controle de forma democrática (Kamutali; Henriques; Lucas, 2020; Miguel; Estevam; Verginio, 2022).

Os princípios orientadores do cooperativismo são adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos membros; participação econômica; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade (ACI, 1995 *apud* Kamutali, Henriques, Lucas, 2020). O acesso às políticas agrícolas, por parte dos agricultores familiares, demanda que estes estejam organizados socialmente por meio de cooperativas, associações ou grupos (Schneider; Schubert, 2016). Com relação a agricultura familiar praticada em Angola, na próxima subseção será apresentado um breve panorama do setor com abordagem das iniciativas em curso para a dinamização da produção agrícola familiar.

2.2.1 Agricultura familiar em Angola: uma breve síntese

A agricultura familiar em Angola engloba a agricultura camponesa, marcada por pequenas propriedades agrícolas, pouco mecanizada, cuja produção visa atender as necessidades alimentares das famílias, cujo excedente é direcionado ao mercado, e aos estabelecimentos agrícolas familiares de médio porte (Quitari, 2015). A base produtiva do país é diversa, tendo em conta os aspectos culturais de cada grupo étnico, na região Norte e Leste do país a mandioca é a principal fonte alimentar, ao passo que no Centro e no Sul, é combinada de cereais como o milho, o massango e a massambala - estes dois últimos são variedades de sorgo e do milheto. Em todo o território nacional, as culturas predominantes são o milho, massambala, massango, arroz, feijão, amendoim, mandioca, batata-doce e batata comum (Pinto, 2008).

A instituição responsável pelas ações da agricultura familiar em Angola é o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) ligado ao MINAGRIF, por meio do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, cujas ações são a prestação de assistência financeira, técnica e extensão rural, a concessão de kits agrícolas (sementes e fertilizantes) aos agricultores familiares (Pinto, 2008; Veloso, 2023). O IDA fornece o apoio técnico aos agricultores por meio da denominada Escolas de Campo de Agricultura (*Farm Field Schools*, expressão em inglês), uma metodologia da FAO adotada para capacitação por meio de treinamento prático em campo sobre as técnicas de manejo integrado de pragas e práticas agrícolas sustentáveis como gestão florestal participativa e adoção de novas culturas (Pacheco; Carvalho; Henriques, 2013; Waddington; White, 2014).

Com relação à assistência financeira, esta tem sido concedida por meio dos denominados créditos de campanha agrícola para aquisição de equipamentos como enxadas, catanas e sementes aos agricultores familiares filiados em cooperativas ou associações (Pacheco; Carvalho; Henriques, 2013; Quitari, 2015). Os dados da Campanha Agrícola 2022-2023 apontam que a agricultura familiar contribuiu com cerca de 82% na produção de alimentos no país, este setor mostra-se relevante para a contribuição no desenho de políticas de desenvolvimento socioeconômico, principalmente para as comunidades rurais (Angola, 2023; Quitari, 2015).

A produção agrícola familiar esteve condicionada, durante décadas, devido a fatores como a guerra civil, a deterioração de infraestruturas e do solo, a economia dependente de receitas petrolíferas, entre outros, que dificultaram o desenvolvimento da agricultura familiar e tornaram o país dependente da importação de alimentos. Desde 2002 o governo angolano tem procurado adotar estratégias para diversificação da economia e políticas para o fortalecimento da agricultura familiar (Miguel; Estevam; Verginio, 2022; Pinto, 2008; Quitari, 2015).

Os instrumentos legais como a Lei de Terras (Lei nº 9, de 09 de novembro de 2004) e o Regulamento Geral de Concessão de Terrenos (Decreto nº 58, de 13 de julho de 2007) têm regido a questão de distribuição fundiária no país, por meio da Constituição da República e do direito costumeiro por meio dos Sobas¹⁵. No estudo de Pepeka (2015), a autora aponta que os mecanismos de acesso e posse da terra contidas na Lei de Terras criam condições para o aumento do investimento na agricultura e diminuição do número de pessoas em situação de

¹⁵ Nas zonas rurais, o Soba é responsável pela questão da distribuição de terras comunitárias, regidas por meio de costumes e tradição. Em caso de chegada de uma nova família na aldeia, o Soba cede alguns hectares de terra para residência da família e, também, para a atividade agrícola.

pobreza. A dimensão dos terrenos concedidos aos agricultores familiares em programas públicos tem sido em média de quatro hectares por família (Quitari, 2015).

A inexistência de uma política agrária nacional tem sido fator gerador de conflitos de terras em todo o território nacional. As organizações como a Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), têm atuado em defesa dos interesses dos camponeses e agricultores familiares em situações de conflitos de terras tradicionais e rurais com os estabelecimentos dedicados à agricultura patronal ou empresarial (Pacheco; Carvalho; Henriques, 2013).

A política agrícola nacional, cujas ações constam no Programa de Fomento da Produção Agropecuária do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) de 2023 a 2027, fundamenta-se na promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável, diversificado e inclusivo. O objetivo do programa consiste na ampliação no acesso à insumos e recursos de irrigação aos produtores agrícolas. Com relação à agricultura familiar, esta aparece como a primeira prioridade do referido programa por meio da iniciativa de fomento da produtividade agrícola familiar (Angola, 2023).

Entre as ações destinadas ao fomento da agricultura familiar, tem-se: a construção de infraestruturas para o desenvolvimento da agricultura comercial; apoiar a extensão agrícola e ações de desenvolvimento rural; ativar o projeto de transformação da agricultura familiar de Angola; construção de infraestruturas para o desenvolvimento das cadeias de valor agrícolas em Cabinda. Essas iniciativas para modernização da agricultura familiar no país são financiadas, em grande parte, pelas instituições externas como o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola das Nações Unidas (FIDA), o Banco Mundial e demais parceiros internacionais (Angola, 2023; IFAD, 2018).

Alguns projetos voltados para a agricultura familiar em Angola, incluem: o Projeto de Desenvolvimento e Comercialização da Agricultura Familiar, destinado aos agricultores das províncias do Cuanza Sul e Huíla; o Projeto de Agricultura Familiar Orientada para o Mercado e o Projeto de Reforço da Resiliência dos Agricultores Familiares (Angola, 2023; IFAD, 2018). Considerando que tais projetos não fazem parte do escopo desta pesquisa, não iremos nos aprofundar nos detalhes deles. No capítulo a seguir, serão apresentados os métodos e técnicas de pesquisa adotados para a coleta e análise dos dados, além de uma caracterização da área onde o estudo foi realizado.

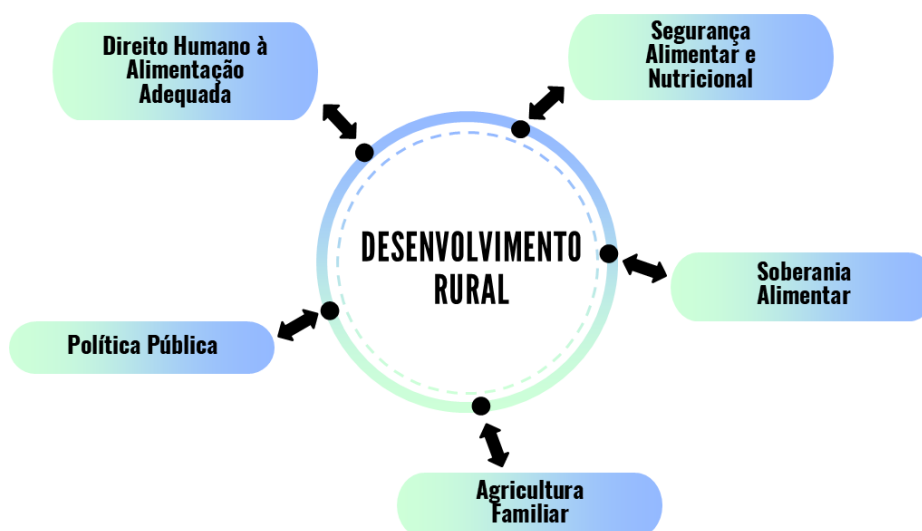
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é classificada como de natureza aplicada e com abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa é uma metodologia utilizada para análise de micro processos de ações sociais individuais ou em grupo, que envolve uma investigação aprofundada dos dados (Martins, 2004). Segundo Bengtsson (2016), a pesquisa qualitativa ajuda a entender a condição humana em diversos contextos por meio de uma situação percebida.

Considerando o objetivo geral é classificada como descritiva. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva objetiva descrever as características de determinada população ou fenômenos e estabelecer relações entre as variáveis, de forma a determinar a natureza dessa relação. Com esta pesquisa, buscou-se compreender como a fazenda do Manquete tem contribuído na promoção da SAN das comunidades rurais do Mucope, município de Ombadja.

Primeiramente, foi definido o referencial teórico-conceitual que embasa este trabalho, conforme exposto na Figura 3, incluindo temas como a SAN (DHAA, soberania alimentar, políticas públicas de SAN), agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Devido à restrição de artigos científicos sobre a temática em Angola, também foram utilizados trabalhos como dissertações e teses que apresentem relevantes contribuições ao tema.

Figura 3 - Estrutura conceitual da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora com base em Burity (2010), Burlandy (2009), Guerra, Silva (2022), Kamutali, Henriques, Lucas (2020), Mattei (2014), Schneider, Schubert, (2016).

Com relação aos procedimentos técnicos, foram adotadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, conforme apresentado no Quadro 4, para alcance dos objetivos específicos. O estudo de caso é definido como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” (Yin, 2005, p. 32). Assim, buscou-se analisar como o Polo Agroindustrial do Manquete tem promovido a segurança alimentar nas comunidades rurais do entorno da fazenda.

Quadro 4 – Técnicas de pesquisa adotadas conforme os objetivos específicos

Objetivo geral	Objetivos específicos	Técnicas de pesquisa	Fontes
Analisar o efeito do empreendimento agroindustrial e pecuário do Manquete sobre a SAN nas comunidades rurais de Ombadja	Verificar fatores socioeconômicos relacionados à segurança alimentar.	Estudo de caso Observação direta	Entrevistas com agricultores e moradores das comunidades Entrevistas com agricultores e moradores das comunidades
	Identificar o acesso as políticas de segurança alimentar (programa de Promoção de Polos Agroindustriais) e, de forma complementar, de agricultura familiar e de assistência social.		
	Relatar a percepção das comunidades rurais de Ombadja sobre o programa de Promoção de Polos Agroindustriais (fazenda do Manquete)	Estudo de caso	Entrevistas com agricultores e moradores das comunidades e instituições que atuam na região
	Apresentar as recomendações das organizações entrevistadas para melhoria da segurança alimentar das comunidades de Ombadja		

Fonte: Elaborado pela autora.

Para o alcance do primeiro, o segundo e o terceiro objetivos específicos foi realizada uma pesquisa de campo, com uso da técnica de observação direta e realização de entrevistas¹⁶ semiestruturadas com os agricultores familiares e moradores das comunidades rurais de Ombadja, do entorno da fazenda do Manquete. Com relação ao quarto objetivo, este foi atendido por meio de entrevistas¹⁷ semiestruturadas com as instituições que atuam na região e conhecem a realidade das comunidades rurais de Ombadja.

¹⁶ Apêndice A.

¹⁷ Apêndice B.

Com base nos dados das entrevistas semiestruturadas foi possível descrever o perfil socioeconômico das comunidades, apontar os principais desafios que enfrentam os agricultores familiares e moradores das comunidades de Ombadja, com relação a SAN e a problemática da fome. A fim de responder à questão de pesquisa levantada, foi necessário verificar in loco os efeitos do empreendimento agroindustrial do Manquete sobre a SAN e identificar a percepção das comunidades. Para sustentar a pesquisa com mais evidências, utilizou-se do método de observação direta, em que a pesquisadora buscou investigar a existência e funcionamento de serviços públicos, como saúde e educação (como hospitais, escolas). A análise abrangeu fatores como a produção agrícola familiar, em termos de culturas praticadas, o acesso à serviços de saneamento (água e esgoto) e as condições de habitabilidade.

Para a seleção dos sujeitos da pesquisa utilizou-se da técnica de pesquisa *snowball sampling* (também conhecida como bola de neve) com os moradores e agricultores familiares das comunidades da Santa Terezinha e do Caólo, localizados na comuna do Mucope, município de Ombadja. Baldin e Munhoz (2011, p. 50) apontam que a *snowball* “[...] é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto”. A técnica de pesquisa *snowball* é utilizada, geralmente, em pesquisas de campo realizadas em comunidades.

Destaca-se que foi adotado previamente à realização das entrevistas, os procedimentos éticos para realização da pesquisa envolvendo seres humanos similar ao adotado no Brasil, uma vez que em Angola não existe uma instituição responsável. Nesse sentido, foi elaborado um modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹⁸ (TCLE), com detalhes do objetivo da pesquisa, riscos e benefícios da participação dos interlocutores que foi lido para os entrevistados e assinados em duas vias: uma para a pesquisadora e outra para o entrevistado, garantindo o anonimato e a confidencialidade de suas identidades, conforme contido no TCLE.

Na comuna do Mucope, foi solicitada a autorização do Administrador Comunal para realização das entrevistas, durante as quais foram apresentados os documentos como: a carta de autorização¹⁹, onde constavam a apresentação da pesquisadora feita pela orientadora e os objetivos da pesquisa, o TCLE e o roteiro da entrevista. Durante a pesquisa de campo, a pesquisadora contou com o apoio de um jovem professor do Ensino Fundamental I (ensino básico) das comunidades que atuou como intérprete na realização de duas entrevistas, com as Agricultoras C e G, na comunidade do Caólo, uma vez que a língua nacional predominante na

¹⁸ Apêndice C.

¹⁹ Apêndice D.

região é o Nhaneka-Nkhumbi. Nas aldeias do Caólo e da Santa Terezinha, os líderes das comunidades foram os primeiros a serem contatados e concederam a autorização para a realização das entrevistas.

Durante a pesquisa de campo foram realizadas, também, entrevistas com atores de diferentes instituições²⁰ e especialistas na temática que têm atuado na região de estudo, como forma de se obter uma contribuição adicional sobre o cenário de SAN nas comunidades do Mucope, do ponto de vista institucional. O contato inicial com os membros das instituições foi realizado por meio de e-mail e redes sociais (Linkedin e WhatsApp), com a exposição do objetivo da pesquisa e o envio da carta de apresentação assinado pela orientadora. Após o aceite das instituições, foi feito o agendamento com datas e horários indicados conforme a disponibilidade dos participantes.

Foram realizadas um total de 29 entrevistas, sendo 25 entrevistados nas comunidades rurais (12 na comunidade do Caólo e 13 da comunidade da Santa Terezinha) e quatro representantes de instituições que atuam na região. Adicionalmente, foi obtido um depoimento de um estudante do ensino secundário (fundamental II), que frequenta a escola adjacente ao empreendimento agroindustrial do Manquete, sobre a merenda escolar fornecida pela fazenda.

Com relação às entrevistas institucionais, foram entrevistados o membro da ADRA no município de Ombadja (1); assistente do Representante da FAO para Angola (1); o membro da *Development Workshop* (DW) na província de Luanda (1); e o membro da Associação *Ame Naame Omunu*²¹ (ANO) e da Associação Construindo Comunidades - ACC (1), entrevista realizada via *Google Meet*. O Quadro 5 apresenta uma breve descrição sobre as organizações entrevistadas, bem como seus campos e locais de atuação.

Quadro 5 - Organizações entrevistadas, campo e local de atuação

Organização	Campo de atuação	Local
ADRA	Agricultura familiar, nutrição e o acesso à água	Nacional
ACC/ANO	Direito à terra e ao meio ambiente das comunidades rurais	Huíla e Cunene
DW	Acesso à terra, habitação, água e saneamento.	Nacional
FAO Angola	Agricultura familiar, extensão rural e nutrição.	Nacional

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

²⁰ Apêndice C.

²¹ Expressão da língua Cuanhama, uma das línguas faladas no Cunene, que significa “eu também sou pessoa”.

Nas comunidades rurais de Ombadja, o primeiro entrevistado foi um agricultor e líder da comunidade do Caólo, que foi indicado por um dos técnicos agrícolas que conhece a região. Durante a entrevista, houve, em alguns momentos, a necessidade de intérprete para questões em que o entrevistado não compreendia algumas palavras da língua portuguesa. Os demais entrevistados da aldeia do Caólo foram indicados pelo agricultor L. Na comunidade de Santa Terezinha, o primeiro entrevistado foi um regente que faz parte da liderança comunitária, sendo que os demais entrevistados foram indicados pela liderança da comunidade.

Esta pesquisa enfrentou algumas limitações, como a barreira linguística com dois entrevistados na aldeia do Caólo e a dificuldade no acesso a dados secundários, como relatórios de instituições governamentais, incluindo o IDA no Cunene, para a consulta de informações sobre a produção anual das famílias de agricultores no município de Ombadja. Outro fator constatado em campo foi o desconhecimento do valor real de hectares de terra dedicados à produção de alimentos por parte dos agricultores familiares de ambas as comunidades. O número restrito de participantes (25) das comunidades deveu-se ao período em que as entrevistas foram realizadas, o que coincidiu com o período de plantio, onde parte dos agricultores estavam ocupados, esse fato impossibilitou a análise de um dos objetivos específicos que era a análise dos dados do formulário da Escala de Experiência em Insegurança Alimentar.

3.1 Análise dos dados

Os áudios das entrevistas semiestruturadas foram transcritos por meio do *Microsoft Word* e organizados em arquivos. Os dados obtidos nas entrevistas foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977, p. 42), a análise de conteúdo refere-se a:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Neste trabalho, as inferências foram realizadas a partir dos conteúdos verbais, baseadas nas entrevistas com os agricultores e moradores da comuna do Mucope e as instituições que atuam na região onde foi realizada a pesquisa. Para melhor organização das interpretações ou inferências, foi necessária a categorização que, conforme (Bardin, 2011), fornece uma representação simplificada dos dados coletados.

De acordo com Elo e Kyngäs (2008), uma análise de conteúdo bem-sucedida requer que o pesquisador possa analisar e simplificar os dados, formando categorias que devem refletir o objeto de pesquisa de maneira confiável. Assim, para este trabalho, as categorias foram definidas previamente com base na literatura e as subcategorias por meio da análise de conteúdo. As categorias analisadas abrangem fatores socioeconômicos, dimensões de SAN e o acesso às políticas públicas de segurança alimentar, da agricultura familiar e assistência social, conforme exposto no Quadro 6. Para o presente trabalho as categorias analisadas, no contexto do desenvolvimento rural, foram selecionadas com base nos autores Burity (2010), Burlandy (2009), Guerra, Silva (2022), Kamutali, Henriques, Lucas (2020), Mattei (2014), Schneider, Schubert (2016).

Quadro 6 - Categorias definidas para a análise de conteúdo

Tema	Categorias	Subcategorias
Desenvolvimento Rural	Socioeconômica	Habitação Saúde Educação Emprego Renda
	Segurança alimentar	Diversidade produtiva (disponibilidade) Autoconsumo (acesso)
	Acesso a políticas públicas	Crédito agrícola Programa Kwenda Programa de Promoção de Polos Agroindustriais

Fonte: Elaborado pela autora.

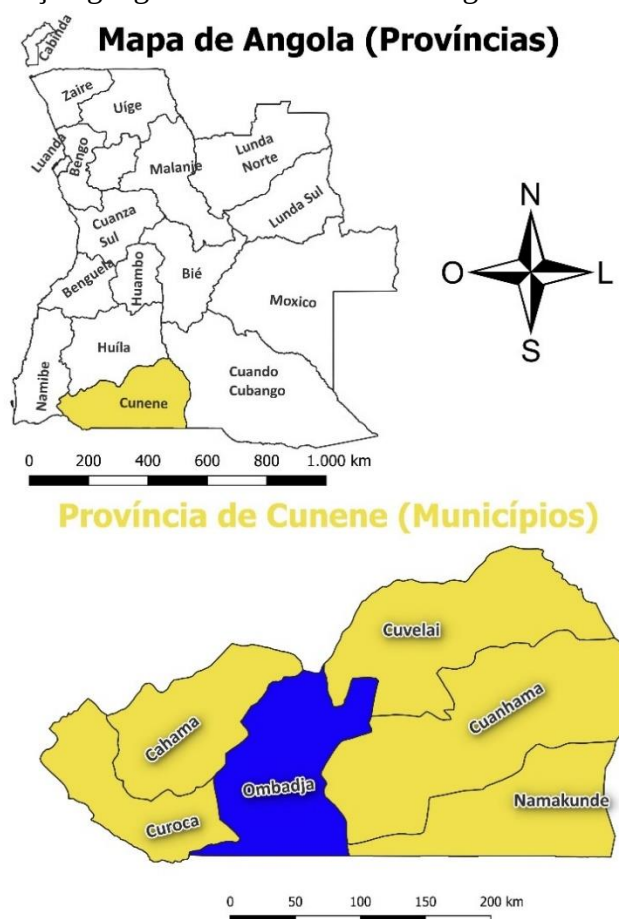
O processo de codificação, com a definição de novas categorias e subcategorias resultantes da pesquisa de campo, foi realizado por meio do uso do *software Atlas. Ti* (versão 24), com o conteúdo das entrevistas e fotos coletadas durante a observação direta. As categorias e subcategorias de análise, para responder aos objetivos da pesquisa, foram apresentadas no capítulo de resultados. Elo e Kyngäs (2008), ressaltam que para garantir maior confiabilidade ao estudo, é fundamental evidenciar a relação entre os resultados e os dados obtidos, utilizando citações autênticas que reforcem a credibilidade da pesquisa e apontem a origem das categorias analisadas. Assim, algumas citações originais foram apresentadas no próximo capítulo,

dedicado aos resultados e à discussão desta pesquisa. Na próxima seção será apresentada uma breve caracterização da área onde a pesquisa foi realizada.

3.2 Caracterização da área de estudo

A área de estudo foi definida a partir de reuniões e conversas preliminares com especialistas angolanos dos setores agrário e agrícola, que conhecem as comunidades do Mucope, no município de Ombadja, província do Cunene e a fazenda do Manquete. A província do Cunene, localizada no sul de Angola, ocupa uma dimensão territorial de 78.342 km² do território nacional, sendo composta por seis municípios, nomeadamente Cahama, Cuanhama, Cuvelai, Namacunde, Curoca e Ombadja, conforme exposto na Figura 4.

Figura 4 - Localização geográfica do Cunene em Angola e seus municípios



Fonte: Elaborada pela autora com base em (Angola, s.d.a; Angola, s.d.b).

A província do Cunene é composta por 20 comunas²², abrangendo 46 bairros urbanos e 804 aldeias rurais (Angola, 2014). O município de Ombadja, localizado a 96 quilômetros da capital provincial, ocupa uma área de 12.264 km² e possui uma população estimada em cerca de 148 mil habitantes. A sede está na comuna de Xangongo, com outras comunas importantes sendo Humbe, Naulila, Ombala yo Mungu e Mucope, onde foi realizada a pesquisa. No Quadro 7 constam a distribuição das comunas conforme os municípios da província do Cunene.

Quadro 7 - Distribuição das comunas por municípios do Cunene

Municípios	Comunas	Total
Cahama	Cahama, Otchinjau	2
Cuanhama	Ondjiva, Nehone Cafima, Evale, Tchompolo Oximolo, Môngwa.	5
Cuvelai	Mupa, Mukolongodjo, Calonga, Cubati.	4
Curoca	Oncócuá, Chitado	2
Namacunde	Namacunde, Chiedi	2
Ombadja	Humbe, Naulila, Ombala yo Mungu, Xangongo e Mucope.	5
Total		20

Fonte: Angola (s.d.a).

A província do Cunene apresenta um clima tropical seco, sendo afetada por desastres naturais decorrentes das mudanças climáticas como as secas e inundações. A província é formada por comunidades rurais pastoris que são afastadas, vivem dispersas e apresentam um baixo nível de desenvolvimento socioeconômico (UNDP, 2017). A atividade econômica predominante e principal fonte de renda das famílias na região é a pecuária, focada na criação de gado bovino e caprino, sendo que a província representa a maior produção bovina no país.

Segundo dados do último Censo de 2014 realizado em Angola, a população do Cunene era estimada em 990.087 habitantes tendo a distribuição populacional de 24% residindo na zona urbana e 76% na zona rural. Os grupos etnolinguísticos, de origem bantu, que compõem a província do Cunene incluem os povos Ovambo, Nhaneka-Nhumbe e Herero (Pahula, 2022). Para além dos grupos etnolinguísticos citados, previamente, existem outros grupos, considerados minoritários, como os San (Kamussequeles, Buchimanes ou Hetentotes) e os Mútuas. O grupo Nhaneka-Nkhumbi, predominante no sul de Angola, abrange os municípios da província do Cunene como o Cahama, Cuvelai, sul do Curoca e o município de Ombadja – nas comunas do Humbe, do Xangongo, da Naulila e do Mucope (Pahula, 2022).

²² Referem-se à unidades administrativas de terceiro nível, situadas dentro dos municípios. Elas são responsáveis por funções locais, como a organização de serviços comunitários, mas não possuem autonomia política, estando subordinadas aos municípios.

Segundo Pahula (2022), para a etnia Nhaneka-Nhumbi o gado representa um símbolo de riqueza individual e familiar para as comunidades, onde realizam festas ao gado bovino após a época de transumância²³. É comum na cultura deste grupo atribuir-se nomes de pessoas ao gado bovino como sinal de carinho e respeito.

Com relação a agricultura praticada é considerada como sendo de subsistência, pouco desenvolvida, devido à falta de equipamentos e a condição dos solos (AIPEX, s.d.). O acesso à terra para a agricultura constitui uma importante forma de sustento das famílias. A região está situada na zona agroecológica árida e semiárida do sul de Angola, onde predominam paisagens de desertos e savanas, onde as culturas produzidas pelas famílias de agricultores, devido ao fator clima, são o milho, massango (sorgo ou milhete), massambala e hortaliças.

A irregularidade de chuvas no Cunene, durante a estação chuvosa, que compreende o período de outubro a abril, tem sido agravada pelo fenômeno *El Niño*²⁴, o que tem feito com que as necessidades alimentares das famílias, principalmente nas áreas rurais, sejam atendidas por meio de compras de alimentos nos mercados abastecidos pela província da Huíla (com milho e feijão) e pelo país fronteiriço a Namíbia. A atividade pesqueira é realizada em áreas costeiras e ribeirinhas do rio Cunene (Luetkemeier; Liehr, 2019; UNDP, 2017).

No que se refere à educação, aproximadamente 29% das crianças e jovens com idades entre 6 e 17 anos nunca frequentaram a escola, e 25% da população entre 15 e 24 anos não sabem ler ou escrever. Com relação ao acesso à serviços básicos, apenas 23% da população tem acesso à água potável, menos de 12% das famílias têm acesso às instalações de saneamento básico e somente 11% dos habitantes têm acesso à eletricidade pública. Em relação aos desafios biológicos, esses incluem a ocorrência de doenças como a diarreia e infecções respiratórias agudas (como tifoide, cólera e tuberculose), causados pela inadequada gestão da água e do saneamento, o que impõe significativos custos, do ponto de vista econômico e humano, à região (UNDP, 2017).

²³ É um sistema tradicional de pecuária extensiva baseado na mobilidade territorial sazonal de rebanhos e criadores com vistas ao acesso a pastagens por todo o ano.

²⁴ É um fenômeno climático global marcado pelo aquecimento das águas superficiais do Oceano Pacífico e alteração nos padrões de circulação atmosférica em todo o planeta. Para mais detalhes vide: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/Informa%C3%A7%C3%B5es-do-El-Ni%C3%B1o.pdf>.

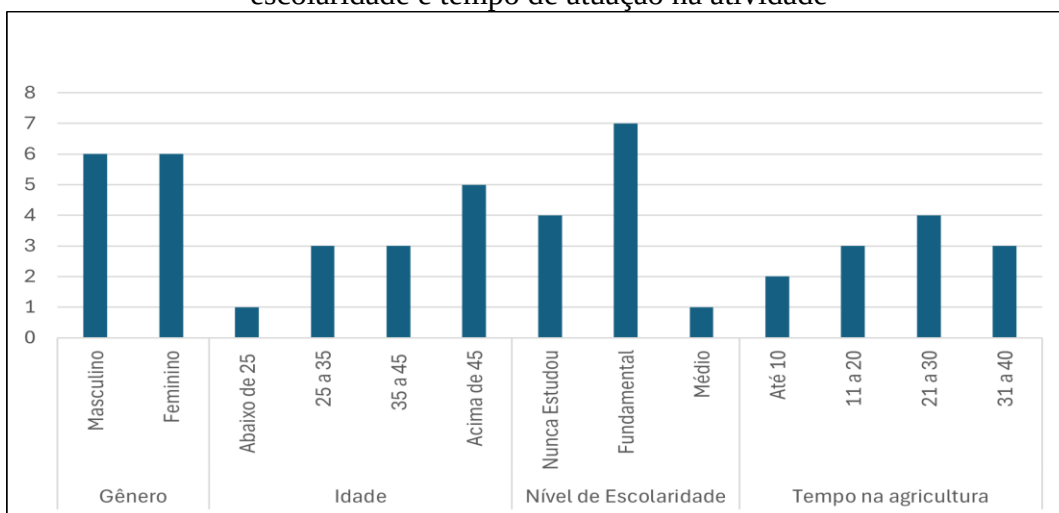
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, apresentam-se os resultados da pesquisa considerando os objetivos propostos neste estudo. Primeiramente, descreve-se o perfil dos participantes das entrevistas realizadas nas comunidades do Caólo e da Santa Terezinha, no município de Ombadja. Na sequência, verificam-se os fatores socioeconômicos relacionados à segurança alimentar das comunidades, assim como se identifica o acesso às políticas públicas de agricultura e assistência social, como o programa *Kwenda*. Em seguida, relata-se a percepção das comunidades rurais do Caólo e da Santa Terezinha sobre o programa de Promoção de Polos Agroindustriais e, por fim, apresenta-se um breve panorama da (in)segurança alimentar em Angola, com foco nas comunidades rurais de Ombadja.

4.1 Perfil dos entrevistados nas comunidades de Ombadja

Na comunidade do Caólo, dos 12 entrevistados, a maioria (11) era agricultor familiar, com exceção de um, que se encontrava desempregado no momento da entrevista. Quanto ao gênero, cerca de 50% dos entrevistados eram do sexo feminino, o que demonstra um equilíbrio entre os participantes. Com relação à idade, cinco dos entrevistados (A, B, D, I, J) possuem idades acima de 45 anos, enquanto três (C, E, K,) estão na faixa etária entre 35 e 45 anos. Outros três entrevistados (G, H, L) têm idades entre 25 e 35 anos. Apenas um entrevistado (F) possui menos de 25 anos, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Perfil dos entrevistados na comunidade do Caólo, segundo gênero, idade, escolaridade e tempo de atuação na atividade

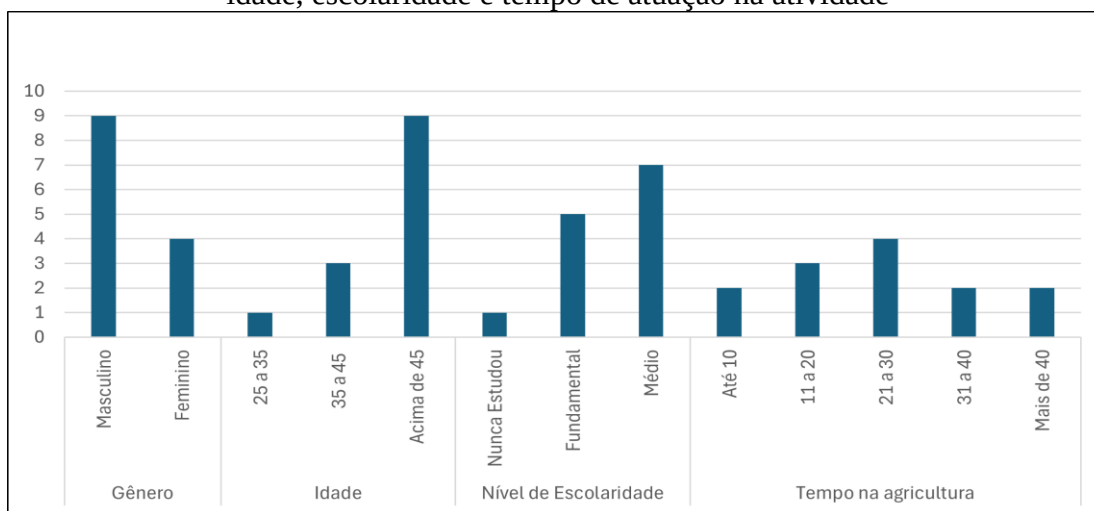


Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Como podemos observar a partir do Gráfico 1, em relação ao nível de escolaridade dos entrevistados na comunidade do Caólo, mais da metade dos entrevistados tem o ensino fundamental (A, B, E, F, H, I, L), enquanto quatro entrevistados (C, G, J, K) informaram que nunca estudaram e apenas uma entrevistada possui o ensino médio (D). Ao serem questionados sobre o tempo de trabalho na agricultura familiar, dois entrevistados (L, F) informaram que atuam na atividade há pelo menos 10 anos, outros dois (J, E) atuam entre 11 e 20 anos. Já os entrevistados (A, C, G, H) estão entre 21 e 30 anos, e, por último, os entrevistados (B, D, I) atuam entre 31 e 40 anos, o que demonstra uma distribuição equilibrada entre os participantes em termos de tempo de experiência.

Na comunidade da Santa Terezinha, notou-se uma maior participação de entrevistados do sexo masculino (nove), enquanto do sexo feminino foram apenas quatro, dos treze participantes. No que se refere à idade, a maioria dos entrevistados (dez) está acima de 45 anos, dois (U, V,) estão na faixa etária entre 35 e 45 anos e um (T) tem entre 25 e 35 anos, conforme exposto no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Perfil dos entrevistados na comunidade da Santa Terezinha, segundo gênero, idade, escolaridade e tempo de atuação na atividade



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Quanto ao nível de escolaridade, cerca de sete dos entrevistados da comunidade da Santa Terezinha têm o ensino médio (M, N, O, P, Q, T, U), cinco possuem o ensino fundamental (R, S, V, X, Y) e apenas uma entrevistada informou que nunca estudou (W). Com relação ao tempo de experiência na agricultura, dois entrevistados (T, R) informaram que atuam há 10 anos, três (V, O, P) atuam entre 11 e 20 anos, quatro entrevistados (M, N, U, W) estão entre 21 e 30 anos.

Observou-se nos gráficos que a comunidade do Caólo apresenta o menor nível de escolaridade, com a maioria dos agricultores tendo apenas o ensino fundamental (ensino primário) e são, em média, idosos e possuem maior tempo de experiência na atividade. Por outro lado, na comunidade da Santa Terezinha, os agricultores são mais jovens, possuem um nível de escolaridade mais elevado e têm menos tempo de experiência na atividade. Tal fato pode ser explicado, em parte, pelo fator geracional, uma vez que a agricultura é praticada, de geração em geração, mas também por ser considerada a principal atividade das comunidades rurais angolanas. Na próxima seção, serão apresentados os fatores socioeconômicos relacionados à segurança alimentar em ambas as comunidades.

4.2 Fatores socioeconômicos nas comunidades de Ombadja

De acordo com Trivelatto *et al.* (2019), o alcance da SAN depende da criação de condições socioeconômicas e um padrão de vida que garantam o bem-estar aos indivíduos. Para esta pesquisa, foram analisados os fatores socioeconômicos sendo: habitação, saúde, educação, renda, diversidade produtiva e autoconsumo, destacando-se a relação com a segurança alimentar. No que se refere à habitação, observou-se que as moradias são construídas com material extraído da árvore *Colophospermum mopane*²⁵, conhecida no Cunene como *Omufiati*²⁶. Essas moradias carecem de infraestrutura básica, como o acesso aos sistemas de água canalizada e saneamento básico, conforme pode ser visto na Figura 5.

Figura 5 - Moradia típica das comunidades rurais de Ombadja



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

²⁵ Nome científico da árvore predominante na região sul do continente africano, principalmente em regiões semiáridas, em países como Angola e a Namíbia (FRESAN, s.d.a).

²⁶ Termo da língua *Kwanhama*, falada na província do Cunene, pertencente ao grupo etnolinguístico Ovambo (Pahula, 2022).

Durante a pesquisa de campo, surgiram algumas preocupações dos entrevistados referentes às condições habitacionais e o acesso à água potável, fatores ligados à qualidade de vida das comunidades. Quanto às condições habitacionais, duas entrevistadas da comunidade do Caólo destacaram problemas relacionados à infraestrutura inadequada, como evidenciam os relatos abaixo:

É minha [casa], mas é só uma casa assim bem feia. Tipo já não dorme pessoa (Agricultora F, comunidade do Caólo).

A minha casa queimou até agora estou vivendo tipo aqueles povos [...] que viviam na caverna (Agricultora D, comunidade do Caólo).

Os relatos das agricultoras demonstram a situação de precariedade das moradias nas comunidades de Ombadja, uma questão que deve ser colocada em destaque, considerando a violação do direito à habitação e à qualidade de vida, conforme disposto no artigo 85.º da Constituição da República de Angola. Essa situação evidencia a necessidade de implementar o programa de habitação, previsto no PDN 2023-2027, que garanta moradias dignas e acessíveis para a população rural de Ombadja, na província do Cunene, com melhores condições de acesso à água e ao saneamento.

Durante a pesquisa de campo, constatou-se que a defecação a céu aberto é uma prática comum nas comunidades de Ombadja, o que compromete as condições de saneamento da região. De acordo com a UNICEF, a falta de infraestruturas adequadas de saneamento é uma das razões para a frequência e o registro de casos de doenças no país, como a febre-amarela, malária e, em alguns casos, cólera. É importante destacar que a malária representa um desafio socioeconômico para o desenvolvimento dos países africanos e, no caso de Angola, é responsável por 42% das mortes registradas (OMS em África, 2023; UNICEF, 2016).

Com o objetivo de pôr fim à defecação ao ar livre nas comunidades rurais, a UNICEF e demais parceiros, têm implementado o programa “Saneamento Total Liderado pela Comunidade”. Essa iniciativa liderada pelo Ministério do Ambiente de Angola com o apoio técnico da UNICEF, busca melhorar as condições de saneamento nas comunidades rurais, por meio da construção de banheiros e da promoção da prática de lavagem das mãos com água e sabão (Sobrinho, 2024). Um dos desafios enfrentados pelas comunidades rurais, tanto no Caólo como na Santa Terezinha, é a dificuldade de acesso à água potável, que afeta diretamente a saúde dos agricultores e moradores e que, por falta de opções, chegam a fazer uso de água imprópria para consumo. Com relação a esse aspecto, tem-se:

Assim esse tempo [de chuva] estamos a cartar²⁷ mesmo nas chanas²⁸ alagadas. Tempo seco temos de ir ao rio Cunene, mas é andar, das 6 [horas] só vais chegar 11 horas, só para voltar 13 ou 14 horas, muito sofrimento mesmo (Agricultora D, comunidade do Caólo).

O relato da agricultora D demonstra os graves impactos da escassez de água e de sua baixa qualidade, fatores que afetam diretamente a saúde e a SAN das comunidades de Ombadja. Essa realidade agrava os desafios sanitários enfrentados pelas comunidades rurais, ressaltando a necessidade urgente de intervenção do governo local. Dessa forma, torna-se essencial a definição de prioridades e a implementação de políticas como a “Política Nacional de Águas e Saneamento” previsto no PDN, considerando seu papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico da região.

O relatório sobre intitulado “Redução da vulnerabilidade nutricional no município de Cahama e Ombadja através da vigilância comunitária e o aumento de acesso a fontes de água segura”, elaborado pela organização Médicos com África *Cuamm*, no âmbito do projeto FRESAN, aponta que a população dos municípios da Cahama e Ombadja, gastam entre 30 minutos e 3 horas por dia em busca de água (FRESAN, 2023). Essa realidade é revelada pelos dados do último Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde 2015-2016, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola, que revela que cerca de 67% da população residente nas áreas rurais, utiliza água imprópria para consumo (Angola, 2017).

De acordo com Vilakazi, Nyirenda e Vellemu (2019), a água é um recurso essencial para a sobrevivência e para a garantia da segurança alimentar. Apesar disso, a sustentabilidade hídrica ainda representa um desafio para os países africanos, como é o caso de Angola, sendo necessário a promoção de parcerias com objetivo de compartilhamento de conhecimentos e adoção de práticas que assegurem a segurança hídrica e alimentar. Os autores destacam também a necessidade de implementação de práticas mais eficientes no uso da água para o cumprimento do direito humano à água segura, expresso no ODS 6 – água potável e saneamento (Vilakazi; Nyirenda; Vellemu, 2019).

Com relação ao fator saúde, alguns entrevistados (K e L na comunidade do Caólo; M, N, O, Q e R na comunidade da Santa Terezinha) relataram fácil acesso aos serviços básicos de saúde, por residirem próximos ao posto de saúde da comunidade. Por outro lado, outros entrevistados expressaram preocupações em relação à distância até a unidade de saúde, falta de transporte, as condições das estradas e a dificuldade na aquisição de medicamentos por falta de

²⁷ Acarretar ou buscar água.

²⁸ Similar a várzea.

recursos financeiros. Nesse sentido, o Quadro 8 apresenta uma síntese dos relatos dos entrevistados sobre as preocupações referentes ao acesso à saúde.

Quadro 8 - Desafios sobre o acesso à saúde nas comunidades de Ombadja

Subcategoria	Comunidade do Caólo	Comunidade da Santa Terezinha
Distância	Agricultor I: <i>É longe, vou de moto, levo 1 hora.</i>	Agricultor S: <i>É um pouco distante, [levo] duas horas indo a pé.</i>
Falta de transporte e condição das infraestruturas	Agricultora G: <i>Sim, porque não tem transporte.</i>	Agricultor T: <i>A dificuldade é a distância e o meio do transporte. Às vezes alguém está doente não consegue andar até lá, [são] quilómetros.</i> Agricultora X: <i>Eu tenho a minha dificuldade, o meio de transporte. A via como não está boa e os meios de transporte aqui são poucos.</i>
Dificuldade na aquisição de medicamentos	-	Agricultor M: <i>Dificuldade que existe ali é não ter medicamento. O posto [fornece] é receitas, então a deslocação de ir procurar os sítios onde se deve encontrar nos privados.</i> Agricultor U: <i>[...] a maka²⁹ é através do medicamento. A pessoa vai lá só te dão a receita e te manda para ir comprar medicamentos no privado.</i>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

O cenário relatado pelas comunidades evidencia a necessidade de medidas para melhorar as questões estruturais e mitigar os desafios apontados pelos entrevistados. O acesso à serviços e políticas de saúde é essencial para aprimorar os aspectos nutricionais, e consequentemente melhorar a SAN, das comunidades. Uma alternativa para ampliar esse acesso seria a implementação de uma linha de transporte público ligando as aldeias às comunas e municípios-sede, onde estão localizados os hospitais centrais. Essa medida se justifica pela limitação de postos de saúde nas aldeias, que não oferecem determinadas especialidades e serviços médicos. Além disso, essa iniciativa contribuiria para a mobilidade das comunidades rurais aos centros urbanos e reduziria o isolamento dessas populações.

Considerando a escassez de recursos financeiros das comunidades rurais em Angola, a medicina tradicional tem sido utilizada de forma complementar à medicina convencional, por meio da transmissão de saberes culturais e ancestrais sobre os cuidados básicos de saúde. Nessa perspectiva, Sousa Domingos (2022) aponta que uma parcela considerável das comunidades angolanas preserva e reproduz os conhecimentos herdados dos antepassados, recorrendo ao uso de folhas e raízes, considerando a diversidade florestal e ambiental do país.

²⁹ Termo originário da língua kimbundu, falada em Angola, que significa problema.

Sobre a educação, a pesquisa de campo permitiu constatar as condições das infraestruturas das escolas do ensino primário (ensino fundamental I) da comuna do Mucope, município de Ombadja. Algumas escolas foram improvisadas ao ar livre, utilizando lonas, enquanto outras apresentavam baixa qualidade estrutural, com salas de aula construídas com paus, como ilustrado na Figura 6.

Figura 6 - Sala de aula do Ensino Primário (Fundamental I)



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Durante a pesquisa de campo, observou-se a falta de um transporte público para os estudantes, principalmente da comunidade de Santa Terezinha, onde a distância até as escolas é maior. Esse problema tem contribuído para o atraso dos estudantes, que percorrem longas distâncias a pé, em média 24 km (no trajeto de ida e volta). Acrescenta-se a esses fatores, a dificuldade para os materiais escolares, como cadernos e livros, devido à escassez de recursos financeiros. Além disso, o apoio dos estudantes na atividade agrícola familiar, antes de irem à escola, tem impactado sua frequência escolar.

De acordo com Sousa Domingos (2022), nas zonas rurais angolanas, os valores tradicionais muitas vezes prevalecem sobre a educação formal, influenciados pela organização social das comunidades e pela cultura de cada grupo etnolinguístico, o que, em alguns casos, resulta na resistência dos pais. Outro fator associado ao abandono escolar é a dificuldade que as crianças do meio rural enfrentam no processo de aprendizagem, uma vez que o sistema de ensino angolano é baseado na língua portuguesa, enquanto a língua predominante nas comunidades de Ombadja é o Nyaneka.

Essa realidade evidencia como a ausência de políticas sociais que atendam às necessidades da região, considerando os fatores culturais, tem marginalizado as comunidades e

reforçado um sistema educacional desigual, dificultando o aprendizado e retardando seu desenvolvimento. Nesse sentido, torna-se imprescindível a formulação e implementação de políticas que respeitem a diversidade cultural da província do Cunene e promovam melhorias na infraestrutura das escolas, nos modelos de ensino e métodos de aprendizagem vigentes. A ampliação e democratização do sistema de ensino podem resultar em um maior acesso ao conhecimento, influenciando as escolhas alimentares e a compreensão das comunidades sobre nutrição e a produção de alimentos.

Quanto à renda, verificou-se que as comunidades carecem de recursos financeiros e utilizam o sistema de escambo como meio para aquisição de alimentos e outros bens, o que impacta diretamente a SAN, como será discutido na próxima seção. A falta de recursos financeiros também afeta negativamente o acesso à serviços sociais, uma vez que as comunidades dependem de transportes para se deslocarem, conforme relatado pelos entrevistados. Quando questionados sobre como acessam os serviços de saúde, os entrevistados apontaram que:

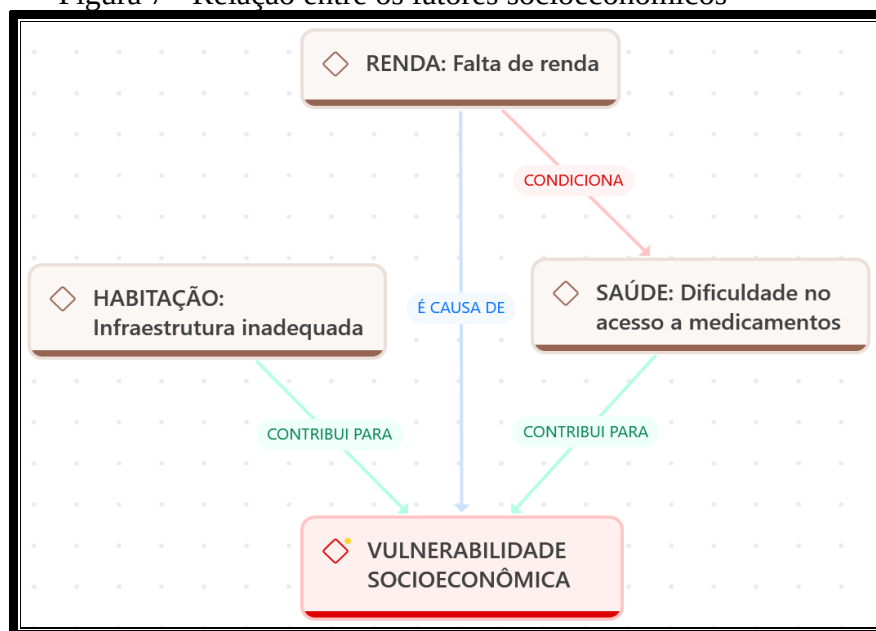
A pé, não tens como [ir ao hospital]. A moto é preciso aluguel, não tens dinheiro, não trabalhas (Agricultora D, comunidade do Caólo).

Quando quero ir ao hospital levar as crianças que está se sentir mal, é só andar a pé mesmo. Se vou conseguir só 200 [kwanzas], às vezes, vou ver o motoqueiro que vai me levar [...], para me trazer não vou conseguir dinheiro para pagar (Agricultora F, comunidade do Caólo).

Os representantes das organizações entrevistadas, como a FAO e a ACC/ANO, relataram os desafios socioeconômicos enfrentados pelas comunidades de Ombadja para garantir a SAN. Esses atores reconheceram a condição de pobreza extrema em que as comunidades se encontram, bem como os problemas estruturais que as colocam em situação de vulnerabilidade. Tal cenário tem comprometido a garantia de direitos mínimos e essenciais à vida humana, reforçando a necessidade urgente de iniciativas sociais, incluindo de SAN, que visam reverter a situação atual das comunidades de Ombadja.

Diante do exposto, a Figura 7 ilustra a interação entre fatores socioeconômicos, com base nos resultados da pesquisa, em um contexto marcado por vulnerabilidades. A figura destaca os principais elementos que compõem o ciclo de vulnerabilidade socioeconômica das comunidades rurais do Caólo e da Santa Terezinha, evidenciando as dificuldades no acesso à recursos e serviços essenciais como saúde.

Figura 7 - Relação entre os fatores socioeconômicos



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da pesquisa, no software Atlas T.I.

As problemáticas sociais (Figura 7), como a precariedade das infraestruturas habitacionais e a restrição no acesso a serviços de saúde, devido à falta de renda e ausência de transporte público, colocam as comunidades do Caólo e da Santa Terezinha em uma condição de vulnerabilidade socioeconômica, impactando diretamente a SAN dessas populações. Ademais, a população rural do Cunene apresenta um dos mais altos indicadores de pobreza do país, com uma taxa superior a 70% (Angola, 2020b).

Para Sen (2000), a pobreza não está relacionada somente com a falta de renda, mas é resultado de condições que privam as pessoas de atender as necessidades básicas como saúde, educação, alimentação, entre outras. O autor argumenta que, para a eliminação efetiva da pobreza baseada na renda, é necessário promover e garantir o acesso inclusivo à educação básica, saúde, habitação. Essas medidas ampliam a capacidade das pessoas, permitindo-lhes melhores oportunidades de geração de renda e, conseqüentemente, uma melhoria em sua qualidade de vida. Os relatos dos agricultores destacaram a dificuldade de acessar serviços de saúde devido à falta de transporte e recursos financeiros. Esses relatos estão de acordo com Sen (2000), demonstrando como as condições estruturais restringem a liberdade de ação dessas comunidades, dificultando sua participação na vida da comunidade.

Com relação às iniciativas realizadas pelas organizações nas comunidades de Ombadja, o Assistente do Representante da FAO para Angola mencionou que as ações implementadas fazem parte do projeto FRESAN, por meio da Escola de Campo do Agricultor. Essa escola promove a capacitação técnica em práticas agroecológicas, pecuária, proteção

ambiental e SAN, entre outras áreas. Sendo assim, embora a presente pesquisa apresente como foco em seu objetivo o Projeto do Manquete, ao estudar iniciativas relacionadas à segurança alimentar, os resultados encontrados demonstraram que demais projetos, como esse do FRESAN, também atuam na comunidade da Santa Terezinha, apoiando os agricultores familiares por meio da disseminação de conhecimento e capacitação.

A extensão rural, utilizada como estratégia para o desenvolvimento rural, desempenha um papel fundamental nessas iniciativas por meio da Escola de Campo do Agricultor. Durante a pesquisa de campo, observou-se que a referida escola está localizada próxima à comunidade da Santa Terezinha, permitindo o acesso dos agricultores da região, na produção de culturas como tomates para venda no mercado, conforme relatado pelas agricultoras X e Y. Por outro lado, os entrevistados na comunidade do Caólo estavam distantes e sem acesso à essa estrutura. Nesse contexto, o Ministério da Agricultura, por meio do IDA, tem expandido essa metodologia em todo território nacional. Assim, faz-se necessária a ampliação das Escolas de Campo para alcançar mais comunidades rurais, com o objetivo de promover o acesso à educação e técnicas agrícolas que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

O membro da ADRA entrevistado destacou que as iniciativas da organização nos municípios de Ombadja e da Cahama fazem parte do “Projeto para Cunene” e contemplam temas como nutrição e rastreamento de crianças desnutridas, construção de cisternas calçadão³⁰ para armazenamento de água, capacitação técnica agrícola e valorização de produtos locais. Essas ações visam diversificar a dieta alimentar das comunidades, melhorar o acesso à água segura e contribuir para a realização de direitos sociais mais amplos. O representante da ACC e ANO apontou que as organizações atuam na defesa dos direitos das comunidades agropastoris das províncias do Cunene e da Huíla, promovendo o direito à terra e a conservação das terras comunitárias rurais. O foco tem sido o aproveitamento dos recursos naturais, como terra e água, para fortalecer a agricultura familiar, a pecuária e outras atividades comunitárias.

Já representante da DW destacou, em entrevista, que a organização atua em Angola há mais de 30 anos, desde a época da guerra civil, apoiando o reassentamento das comunidades rurais e a reconstrução do país no pós-guerra, visando o desenvolvimento rural. Os projetos implementados pela DW incluem o acesso à água e saneamento, habitação e pesquisas para subsidiar a formulação de políticas públicas. Considerando as áreas de atuação das organizações

³⁰ Trata-se de uma tecnologia social, que absorve água da chuva por meio de um calçadão de cimento construído sobre o solo, implementada na região do semiárido brasileiro e compartilhada com as comunidades rurais em Angola. Para mais ver: <https://diaconiabr.medium.com/conviv%C3%Aancia-com-o-semi%C3%A1rido-e-cisterna-cal%C3%A7ad%C3%A3o-s%C3%A3o-compartilhadas-em-angola-3a220b11c975>.

entrevistadas, observa-se que essas abrangem aspectos socioeconômicos e de SAN, incluindo agricultura, nutrição, habitação, acesso à água e saneamento, capacitação agrícola, *advocacy*³¹ e direito à terra.

Tais ações são essenciais para a reprodução social das comunidades e para garantir condições dignas de vida. Além disso, elas visam expandir as liberdades substantivas da população rural e aumentar as oportunidades de desenvolvimento humano, reduzindo as vulnerabilidades estruturais (Sen, 2000). Essas iniciativas contribuem diretamente para o fortalecimento de estratégias de mitigação da pobreza e demais vulnerabilidades sociais, impactando a segurança alimentar, principalmente em termos de disponibilidade e acesso aos alimentos, como será discutido na próxima seção.

4.3 Disponibilidade e acesso aos alimentos nas comunidades de Ombadja

Na presente seção discutiu-se sobre as dimensões de segurança alimentar, por meio das subcategorias de diversidade produtiva (disponibilidade), que reflete as características de produção das comunidades rurais, e do autoconsumo (acesso), considerando fatores como os níveis de produção. Além disso, analisou-se como fatores socioeconômicos, como a renda, influenciam a dimensão do acesso nas comunidades rurais de Ombadja.

4.3.1 Diversidade produtiva (disponibilidade)

As atividades econômicas predominantes nas comunidades rurais de Ombadja são a agricultura (praticada por 24 agricultores entrevistados, sendo 11 na comunidade do Caólo e 13 na comunidade da Santa Terezinha) e a pecuária (3 na comunidade do Caólo e 5 na Santa Terezinha), que desempenham um papel importante na organização social das comunidades, conforme ilustrado na Figura 8. A produção agrícola, caracterizada como de subsistência, é realizada, principalmente, por membros da família, que utilizam equipamentos pouco mecanizados (ou seja, rudimentares), como enxadas e catanas (facões), o que limita a produtividade.

³¹ Refere-se à defesa dos direitos relacionados a uma causa específica. Trata-se de um processo de mobilização e reivindicação com o objetivo de influenciar a formulação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população. Para mais vide: <https://www.politize.com.br/advocacy-o-que-e/>.

Figura 8 - Produção agrícola e pecuária na Santa Terezinha



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Outro fator que tem limitado a produtividade da agricultura familiar é a dificuldade enfrentada pelas comunidades para a aquisição de insumos (como sementes), em parte, devido à falta de renda. Esse fato tem contribuído para a baixa diversidade de culturas praticadas na região, que se baseiam, principalmente, em grãos como o massango (milheto) e a massambala (sorgo), como ilustrado na figura 8, considerando fatores culturais das comunidades na produção de alimentos, conforme apontado por Quitari (2015). É nesse sentido que o Agricultor T relatou:

Aqui costumo receber um pouco de semente, só para semear, por exemplo, massango, um pouco de massambala também, mas só que vem em pouca quantidade e somos muitos. Não digamos que não nos dão, [...], mas só que não chega para nada. Há momento em que recebo 1 kg, ou então meio quilo, [assim] sucessivamente (Agricultor T, comunidade da Santa Terezinha).

Esses resultados estão em consonância com o que Marcelino e Morgado (2015) apontam, ao destacarem que a temática de SAN em Angola, no aspecto da produção, envolve o suporte às comunidades rurais no acesso a insumos agrícolas, como sementes, por meio de mecanismos de solidariedade (sobretudo para idosos, viúvas e pessoas com deficiências) e iniciativas de crédito. O fornecimento de insumos por meio das doações do Estado às comunidades rurais tem se mostrado insuficiente para atender às necessidades de produção e

fortalecer a agricultura familiar, o que dificulta, conseqüentemente, a melhoria da SAN na região.

Alguns entrevistados relataram que, em determinadas ocasiões, são forçados a pedir sementes a outros agricultores para garantir alimento para seus filhos menores, evidenciando o impacto negativo sobre as crianças nesse contexto. Essa problemática sobre a escassez de sementes para a produção agrícola também foi reconhecida por uma organização de apoio no município de Ombadja. O membro da ADRA, apontou falhas na execução de programas, destacando como o atraso na distribuição de sementes compromete a produção das comunidades:

[..] pecamos no momento da implementação porque a concepção não tem problema, estão lá bem concebidos e um exemplo muito claro nisso é a agricultura. Se a semente não chegar a tempo e hora, chegar depois do período da sementeira, claro que não vai resultar. Então se está concebido que vamos comprar sementes ou vai se importar semente, então tem que ser importado a tempo e hora, no momento que começar o período da campanha agrícola as sementes já estão disponíveis. Hoje, por exemplo, vais para a agricultura, não temos semente (Membro da ADRA, entrevista realizada no município de Ombadja).

A falha de planejamento na execução de programas, conforme relatado pelo membro da ADRA, está relacionada ao fato de que a agricultura recebe um investimento reduzido do Orçamento Geral de Estado (OGE) em comparação a outros setores. Esse baixo investimento tem contribuído para a não implementação ou, em alguns casos, interrupção de programas agrícolas (Marcelino; Morgado, 2015). O que esta pesquisa permite afirmar é que, em Angola, a importação de sementes não atendeu as necessidades da campanha agrícola. É nesta perspectiva que Bordalo e Gomes (2021, s.p) apontam que “não podemos desenhar programas para um ano ou para objetivos de curto prazo”.

O Ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, havia destacado durante a entrega da proposta do OGE 2025 à Assembleia Nacional que “o orçamento é positivo. Apesar do contexto marcado por incertezas, há previsão de crescimento económico em 2025” (TV Parlamento Angola, 2024, s.p). Apesar disso, o orçamento prevê um baixo percentual destinado à agricultura, embora a segurança alimentar seja uma das áreas prioritárias do governo, expressa no PDN 2023-2027. O OGE 2025 prevê apenas cerca de AOA 403 bilhões (quatrocentos e três bilhões de kwanzas), equivalente a US\$ 441 milhões e R\$ 2,3 bilhões, para o fomento da produção agropecuária, representando cerca de 1,16% do total do orçamento (Angola, 2024a).

Considerando a importância da agricultura para a garantia da segurança alimentar, os deputados angolanos propuseram à equipe econômica do governo um aumento de verbas para o setor agrícola, com o objetivo de incentivar a agricultura familiar, uma vez que esta é a principal forma de sustento da população rural. De acordo com os deputados, esse aumento poderá contribuir para a viabilização de projetos estruturantes de médio prazo, como forma de combater a fome e impedir o êxodo rural no país (Martins, 2024).

Com efeito, outros desafios também se impõem à agricultura familiar angolana como a baixa produtividade. No estudo sobre cooperativismo e desenvolvimento rural em Angola, realizado município de Cacula, província da Huíla, Miguel, Estevam e Verginio (2022), apontaram a necessidade de capacitação técnica e a extensão rural para promover o desenvolvimento das comunidades rurais e o fortalecimento da agricultura familiar em Angola.

Além dos desafios técnicos e da escassez de insumos, a limitada produtividade e a baixa diversidade de culturas também são condicionadas pela falta de água para a produção agrícola. Essa dificuldade resulta tanto pela distância das comunidades do Caólo e da Santa Terezinha em relação ao rio Cunene, principal fonte de água da região. Sobre a dificuldade de acesso ao rio, a agricultora Y, comunidade da Santa Terezinha, relatou: “aqui para produzir [arroz] não vai dar muito bem, porque a margem [do rio] está muito longe”. Identificou-se, ainda, que um dos elementos dificultador tem sido a falta de equipamentos apropriados que permitam a concretização do processo de transposição para a produção agrícola das comunidades em destaque. Nesse sentido, o representante da ACC e ANO, relatou:

Outra dificuldade é que as pessoas têm iniciativas querem, por exemplo, fazer agricultura adaptativa, mas não têm meios suficientes para fazê-la. Passa por Ombadja, um grande rio que é o rio Cunene, mas, infelizmente, as pessoas não têm acesso a material, a equipamentos à altura, para poder aproveitar esse grande rio e fazer pelo menos a agricultura intensiva continuada. [...], com o rio, mesmo sem a água das chuvas ou com pouca água da chuva, poderiam sim continuar a fazer agricultura (Membro da ACC e ANO, entrevista realizada via Google Meet).

Diante do cenário, marcada pela escassez de água no Cunene e em outras regiões do país, o governo angolano tem adotado diversas estratégias para o desenvolvimento do setor agrícola e a erradicação da fome, formando parcerias de cooperação agrícola com países como o Brasil e a China. Um exemplo disso é a construção do canal do Cafu, no município de Ombadja, uma parceria sino-angolana com objetivo de combater os efeitos das mudanças climáticas na região (Guerra, 2023).

Com relação à parceria para a promoção da SAN nas comunidades rurais do Cunene, particularmente em Ombadja, as organizações entrevistadas reconheceram sua importância e

apontaram como possíveis benefícios os projetos que colocam as comunidades rurais como prioridade e no centro das negociações realizadas, visando a resolução de problemáticas, como a dificuldade de acesso à água para consumo humano e produção agrícola. Nesse sentido, o representante da DW destacou que:

Todas essas iniciativas mostram uma preocupação tanto dos que governam, como dos seus parceiros. Uma preocupação no sentido de que no Cunene há um problema e todos vão atrás de possíveis soluções. Na minha opinião, não há uma solução acabada e que podemos dizer que este está a fazer melhor, este é que vai devolver a dignidade que a população do Cunene quer ou que devia prestar, eu acho que são todos. A ideia é que algumas comunidades à volta do canal poderiam também se beneficiar daquela água para a prática da sua agricultura, para o gado e também para o consumo humano. Eu penso que para além do canal, tinha que se trabalhar em pequenos projetos que permitissem como é que essa água do canal vai chegar aos quimbos, as aldeias. Se visitar ao longo do canal, quase que não tem ninguém, quase que não tem pessoas, então a água fica no canal, a céu aberto, mas como é que as pessoas vão ter acesso aquela água (Membro da DW, entrevista realizada na província de Luanda).

Considerando as limitações do canal do Cafu por não ter resolvido, na íntegra, a problemática do acesso à água nas comunidades rurais, surge o Programa de Desenvolvimento Regional do Vale do Cunene, no âmbito da cooperação Angola-Brasil. Esse programa visa a transposição da água do rio Cunene para as comunidades rurais, com foco na melhoria das técnicas de plantio e irrigação similar ao Programa de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco, implementado na região nordeste do Brasil (Brasil, 2023).

Ainda sobre as parcerias entre o Brasil e Angola, no atual governo brasileiro (Lula 3), com foco no fomento do setor agropecuário, destacam-se as iniciativas lideradas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e pelo MINAGRIF. O Ministro do MAPA, Carlos Fávaro, destacou o potencial de Angola na produção de fertilizantes e nitrogenados, o que poderia beneficiar o Brasil e fomentar as parcerias comerciais entre os dois países. Além disso, mencionou sobre a partilha de conhecimentos e tecnologias com Angola, por meio de pesquisas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (Brasil, 2024).

Em novembro de 2024, no âmbito dessa cooperação, uma comitiva formada por quarenta administradores municipais das províncias do Cunene, Huíla e Namibe visitou os estados da Bahia e Alagoas, no Brasil, para compartilhar experiências em políticas públicas de SAN em regiões semiáridas similares ao Cunene. Essa iniciativa, o programa FRESAN, promovido pelo governo angolano com apoio da União Europeia, da Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento (ACTUAR) e a EMBRAPA Alimentos e Territórios, teve como objetivo capacitar as administrações municipais angolanas para desenvolver ações e

programas integrados, participativos e sustentáveis voltados à promoção da SAN (ANGOP, 2024). No que se refere à implementação de projetos agrícolas em Angola, decorrentes de cooperação com o Brasil e outros países, o entrevistado da ACC e ANO ressaltou a necessidade de cautela e diálogo com as comunidades, para evitar conflitos com as terras comunitárias das zonas rurais. Nesse contexto, afirmou:

As zonas baldias, as grandes áreas, onde se podem fazer esses grandes projetos, mas terem atenção que não toquem, por exemplo, nas áreas já exploradas pelas comunidades, [...], por causa da possibilidade de revolta das comunidades. Então é bom ter esse cuidado, chamo atenção ao governo brasileiro para que tenha muito cuidado, aquilo que aconteceu no Brasil com o problema das terras, que é um dos grandes problemas do Brasil que causou o Movimento Sem Terras, em Angola está em construção. Abrir agronegócio em Angola requer cuidado para não ferir o direito da terra das comunidades locais (Membro da ACC e ANO, entrevista realizada via Google Meet).

Esse alerta ressalta a importância de considerar os impactos sociais dos projetos agropecuários resultantes de parcerias internacionais nas comunidades rurais, considerando a recorrência de conflitos de terras em Angola que resultam na tomada e posse de terras comunitárias por parte de empresas privadas. Tal precaução torna-se ainda mais relevante diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, mencionados pelos entrevistados, que têm afetado a disponibilidade de alimentos e os meios de subsistência das comunidades rurais de Ombadja, particularmente nas comunidades do Caólo e da Santa Terezinha, como será apresentado na sequência.

4.3.1.1 Mapeando os impactos das mudanças climáticas

As mudanças climáticas são consideradas como um dos principais desafios globais para o sistema agroalimentar neste século e têm ocasionado diversos impactos na agricultura familiar. Essas mudanças emergiram como um dos resultados desta pesquisa, estando vinculadas à categoria de segurança alimentar e à subcategoria da diversidade produtiva, essa relação foi estabelecida conforme proposto neste estudo, considerando as categorias apresentadas no Quadro 6. Os impactos decorrentes de eventos climáticos têm afetado a produção e a disponibilidade de alimentos, prejudicando o desenvolvimento da lavoura e limitado a diversidade de culturas produzidas, o que tem causado crises alimentares em diversas regiões do mundo (Coelho *et al.*, 2024; Mbow *et al.*, 2019).

O advento das mudanças climáticas em Angola não é um fenômeno recente. Luetkemeier e Liehr (2019), ao analisarem os efeitos da seca na Namíbia e Angola, apontaram

que os primeiros registros de eventos climáticos nos dois países ocorreram no início da década de 1990 e nos anos 2000. Em relação à Angola, a população do Cunene residente na região fronteiriça com a Namíbia, como o município de Ombadja, tem sido a mais impactada, uma vez que depende das condições hidrológicas para garantir seus meios de subsistência (Luetkemeier; Liehr, 2019).

Na província do Cunene, os municípios de Curoca, Namacunde, Cuanhama e Ombadja (comunas do Xangongo, Humbe, Naulila, Ombala yo Mungu e Mucope – onde foi realizada a presente a pesquisa) foram identificados como áreas de risco na análise sobre a vulnerabilidade causada pelos impactos da seca. À medida que se registra o aumento de eventos resultantes das mudanças climáticas no sul de Angola, associado a fatores como o aumento populacional e a necessidade de desenvolvimento econômico, a escassez de água na região tende a ser cada vez mais frequente e grave (Serrat-Capdevila *et al.*, 2022; Serrat-Capdevila *et al.*, 2023). Nesse contexto, os impactos das mudanças climáticas nas comunidades de Ombadja, relatado pelos entrevistados, são evidenciados no Quadro 9.

Quadro 9 - Impactos das mudanças climáticas nas comunidades de Ombadja

Subcategorias	Comunidade do Caólo	Comunidade da Santa Terezinha
Irregularidade de chuvas e Baixa produtividade	Agricultora E: <i>Depende da chuva, vai uns 200, 300 quilos por aí. Se não tem chuva 50, pelo menos 25 [quilos].</i> Agricultora G: <i>Quando há chuva pode tirar 500 kg, mas quando há pouca chuva 300 a 200 kg.</i> Agricultora F: <i>Isso depende da chuva [...]. Se não chover bem, às vezes, não vai sair nada.</i>	Agricultor N: <i>Mas o problema daí é através da chuva, a seca está demais. Eu acho esse ano, estamos a ver mais um bocadinho [de chuva], parece vamos rezar mais para essa chuva continuar assim. Se não, nos anos passados, passamos mal.</i>
Escassez de alimentos	Agricultora C: <i>Tiro lá só 50 kg se chover muito bem. Se não chover muito bem, só 5 kg.</i>	Agricultor O: <i>Aí depende a colheita, se a chuva cair bem, mas aqui a chuva anda a falhar mesmo. Se colher mais de 600 kg, assim, é com grande sacrifício.</i>
Morte de animais	-	Agricultor M: <i>É a morte de gado, a falta da comida para o criador de gados.</i> Agricultor P: <i>Perdi gado, média de 69 gados por causa da seca.</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Os relatos dos entrevistados (Quadro 9) evidenciam os impactos severos da seca, decorrente das alterações climáticas, sobre a produção agrícola e a pecuária. Entre os impactos mencionados, destacam-se a irregularidade das chuvas, que limita a produtividade e causa a escassez de alimentos em ambas as comunidades, e a morte de animais conforme relatado pelos agricultores da comunidade da Santa Terezinha. Esses relatos reforçam a necessidade de ações e políticas integradas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e garantir a segurança alimentar das comunidades do Caólo e da Santa Terezinha, tendo em vista os desafios enfrentados durante o período de seca, como ilustrado na Figura 9.

Figura 9 - Impactos da seca nas comunidades de Ombadja



Fonte: Imagem registrada por um munícipe de Ombadja, obtida em outubro de 2024.

A Figura 9 oferece uma representação visual dos desafios enfrentados pelas comunidades de Ombadja devido às mudanças climáticas, reforçando a necessidade de medidas urgentes, considerando as metas da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015). A gravidade da situação reflete o impacto direto das secas prolongadas sobre a agricultura e a pecuária, mencionados pelos entrevistados (Quadro 9), que afetam a subsistência das comunidades como as do Caólo e da Santa Terezinha, no município de Ombadja.

Durante o evento sobre o Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca, realizado em 17 de junho de 2024, o secretário-geral da ONU, António Guterres, destacou que “segurança, a prosperidade e a saúde de bilhões de pessoas dependem de terras prósperas que sustentam vidas, meios de subsistência e ecossistemas” (ONU Brasil, 2024, s.p). Essa declaração do secretário-geral da ONU ressalta a importância da preservação de terras para a atividade agrícola e a necessidade de implementação de iniciativas para a melhoria das fontes de renda das comunidades rurais (como as de Ombadja), que enfrentam os desafios socioeconômicos agravados pela seca. Conforme destacado acima a irregularidade de chuvas e a morte de animais, são dois dos principais efeitos das mudanças climáticas para as comunidades estudadas. Como apontam as comunidades, a interdependência e o apoio comunitário substituem as políticas públicas para o enfrentamento de tais situações. Nesse contexto, o relato do agricultor M aponta que:

Quando vem aquela seca, a pessoa tem sempre que pedir ajuda, às vezes aos mais velhos, quando quiserem ajudar, caso não a vida é mesmo assim. Sim, estou desenrascando [com gado] com aquilo que às vezes é proveniente dos mais velhos. [...] estou a tentar desenrascar, a viver a minha vida (Agricultor M, comunidade da Santa Terezinha).

O relato do agricultor M revela a quase ausência total do Estado, cujas políticas ainda se apresentam como insuficientes diante das demandas e desafios enfrentados por essas comunidades. Ademais, esses desafios também foram reconhecidos pelas organizações entrevistadas, como apontaram os seus respectivos representantes:

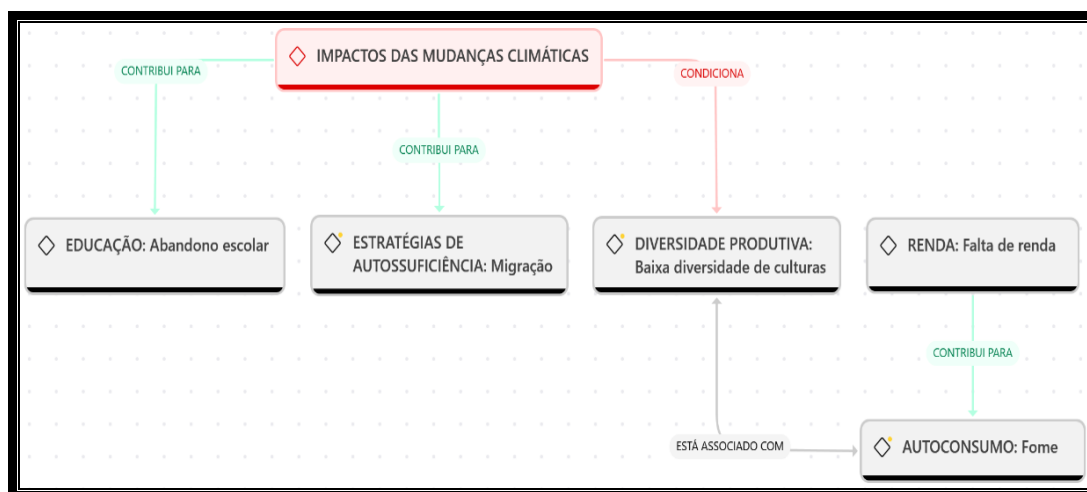
As pessoas desde 2012 que não têm chuvas suficientes por causa do fenómeno *El Niño*, que diminuiu o teor das precipitações pluviométricas e o que realmente tem trazido problemas imensos, [o] que não tem ajudado as comunidades acharem os seus níveis alimentares e nutricionais. Portanto, com as alterações climáticas, com as secas cíclicas, acho que [as comunidades] têm pouco espaço para poderem cultivar e se alimentar. Também tem morrido muito gado por falta de capim e [...] uma ou outra pessoa (Membro da ACC e ANO, entrevista realizada via Google Meet).

Bom, há duas [dificuldades], muito mais evidente. E se nós saímos daqui, exceto agora que aqui está chover um bocadinho, mas não precisaríamos ir 5 ou 10 km, veremos que é a questão da água e a questão da fome. [...] o Cunene está com um déficit de chuvas muito grande, apesar de ser conhecido como uma zona que já não chove muito, mas desde 2019 que a situação se agravou e a questão da água e a questão da alimentação, automaticamente acompanha, porque quando não há chuva e essas comunidades dependem da agricultura de subsistência, automaticamente ficam sem produção. Se não tem água, não tem produção tanto para as pessoas como para os seus animais. Essas são, no meu ponto de vista, as duas grandes situações que essas comunidades, de uma forma geral, enfrentam. [...] todas as comunas a nível do município de Ombadja, tanto no município da Cahama, têm essas dificuldades (Membro da ADRA, entrevista realizada no município de Ombadja).

A nossa primeira percepção [...] no município é que o acesso à água era um grande problema como um dos efeitos das mudanças climáticas. As mudanças climáticas na região, na nossa análise, indicam-nos em termos extremos. Há momentos que na região há problemas da falta de água, o problema da seca, mas também as mudanças climáticas na mesma região temos épocas que temos o problema das inundações. Às vezes chove muito, tanto a seca como as inundações têm um efeito grave para as questões da agricultura e da pecuária naquelas comunidades. Quando há inundações, o pouco que eles cultivam, às vezes, estraga [...], de um lado beneficia porque encontra reservas de água, mas do outro lado às vezes quando há muita chuva também o gado sofre. As infraestruturas de água que nós reabilitamos, quando há inundações os pontos de água ficam todos inundados e nem permite a conservação (Membro da DW, entrevista realizada na província de Luanda).

Os depoimentos das organizações entrevistadas evidenciam os impactos das mudanças climáticas sobre aspectos fundamentais da SAN. Para o presente estudo, foi possível observar a interação das subcategorias socioeconômicas relacionadas à segurança alimentar, que são impactadas pelas mudanças climáticas, conforme o observado na Figura 10.

Figura 10 – Relação entre segurança alimentar e impactos das mudanças climáticas



Fonte: Elaborada pela autora com auxílio do *software Atlas T.I.*

Os impactos das mudanças climáticas geram diversas consequências estruturais, evidenciando a fragilidade resultante da falta de implementação de políticas públicas voltadas para a SAN, a agricultura familiar e a proteção ambiental. Conforme ilustrado na figura 10, essas mudanças impactam a produção agrícola, restringindo a diversidade de culturas, o que compromete a disponibilidade e o acesso aos alimentos. A combinação desses fatores agrava as vulnerabilidades socioeconômicas, acentuando as desigualdades e afetando o bem-estar das comunidades. Além disso, a seca, decorrente das mudanças climáticas, tem contribuído para o abandono escolar e impulsionado a migração em busca de melhores condições de subsistência, afetando diretamente os direitos fundamentais da população rural, como o acesso à educação e à alimentação.

De acordo com Mbow *et al.* (2019), a produtividade de culturas como o milheto (massango) e o sorgo (massambala), predominantes nas comunidades do Caólo e da Santa Terezinha, é mais vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas. Esse fato pode comprometer a dieta alimentar das comunidades rurais de Ombadja, colocando-as em uma situação de vulnerabilidade alimentar³², como será discutido na próxima subseção.

³² Fala-se em vulnerabilidade alimentar quando estamos diante, não apenas, da ausência da disponibilidade de alimentos, mas também da impossibilidade de consumo de alimentos benéficos para a saúde dessas populações.

4.3.2 Autoconsumo (acesso)

Diante dos efeitos das mudanças climáticas, o autoconsumo das comunidades do Caólo e da Santa Terezinha tem sido restringido, devido à baixa produtividade da agricultura de subsistência da região. Ainda, identificou-se que o acesso aos alimentos passa por maiores condicionamentos, gerando dificuldades como escassez e situações de fome, conforme relatado pelos entrevistados:

[...] passou mal, se tinha alguma pessoa que tinha um boi que morreu, vai só lá receber carne para assar (Agricultora C, comunidade do Caólo).

A fome, a fome. Eu sofri muito com a fome nesse ano [2019] (Agricultora W, comunidade da Santa Terezinha).

Em primeiro lugar, digo assim, o que se notou tanto é mesmo o sofrimento do gado, porque houve uma seca que os animais começaram a morrer e o camponês se sentiu assim um pouco arrasado. Sofreria o animal que conseguisse sobreviver, mas a falta de alimentação para o animal e o camponês ficou assim um pouco triste porque as coisas não estavam a dar certo (Agricultor O, comunidade da Santa Terezinha).

Nós estamos a sofrer muito, estamos a sofrer muito. Desde 2019 até agora é só comprar [o gado], não temos mais nada (Agricultor R, comunidade da Santa Terezinha).

Além dos problemas narrados acima e que demonstram como a fome se apresenta como uma emergência para essas comunidades, durante as entrevistas foram relatadas situações extremas de consumo de animais domésticos (ou de estimação), conforme mencionado pela agricultora D: “o vizinho se tiver o gato que morreu devido à seca te chama, fulana vem, vizinha vem buscar um pouco de carne só para ferver para as crianças”. Essa situação descrita pela agricultora D não é um caso isolado em Angola. Conforme reportado pela agência de notícias alemã *Deutsche Welle* (DW), na província de Malanje, moradores relataram o consumo de cães e gatos devido à fome, apesar dos alertas das autoridades para evitar esse tipo de prática (Camuto, 2024). Essa situação coloca em causa o DHAA das comunidades e reforça a necessidade urgente de respostas, por parte do governo, para reverter esse quadro.

Nesse sentido, Guerra, Cervato-Mancuso e Bezerra (2019) destacam que a efetivação do DHAA requer a implementação de políticas, programas e ações em diferentes contextos, além de envolver diversos atores e promover iniciativas intersetoriais em áreas como educação e agricultura. Considerando a multidimensionalidade da SAN, as iniciativas a serem implementadas devem abranger temas transversais, como sistemas alimentares, pobreza e

renda, consumo alimentar, saúde física e emocional, estado nutricional, deficiências nutricionais, amamentação e desempenho escolar (Guerra; Cervato-Mancuso; Bezerra, 2019).

Assim, é fundamental que os Estados cumpram as três responsabilidades, estabelecidas pela ONU (1999) na realização do DHAA: respeitar, proteger e realizar o acesso adequado à alimentação da população. Ainda sob a perspectiva dos direitos, o tema do Dia Mundial da Alimentação, celebrado em 16 de outubro de 2024, foi “Direito à alimentação para um futuro e uma vida melhores”, reforçando o apelo da ONU por ações que visam o combate à fome. Durante a cerimônia global sobre o dia mundial da alimentação, destacou-se a necessidade de garantir o acesso universal a alimentos diversos, nutritivos, acessíveis e seguros, considerando os desafios globais, como os conflitos e choques climáticos, que têm agravado a fome e a insegurança alimentar em diversas regiões (FAO, 2024).

Os relatos de mortes vêm demonstrando a gravidade da situação da fome no sul de Angola, decorrentes da seca, como nas comunidades rurais do município de Gambos, na província da Huíla, conforme reportado por Ndomba (2024). Como observado em notícias que dão conta desta realidade: “temos tido muitos casos de morte por causa da fome, principalmente entre os idosos e as crianças. Nós, os jovens, estamos a refugiar-nos na Namíbia. Lá, conseguimos encontrar um pouco de solução” (Ndomba, 2024, s.p).

Com relação à comuna do Mucupe, município de Ombadja, a notícia divulgada pelo portal angolano *Maka Angola* revela que alguns moradores também têm se deslocado para a Namíbia no período de seca, em busca de fontes alternativas para aquisição de alimentos. Uma das entrevistadas afirmou: “costumo ficar lá no tempo seco e tento regressar aqui no tempo de cultivo, quando chove um bocado, a ver se conseguimos alguma coisa para comer” (Campos, 2023, s.p). Sob esse aspecto, um dos agricultores da comunidade da Santa Terezinha comentou:

Houve muita crise e até mesmo ali não tínhamos como fazer. Era migrar de um lado para o outro, uns vinham para a Namíbia, outros iam para a área da província da Huíla, onde às vezes se encontrava alimentação tanto para as pessoas como os gados (Agricultor O, comunidade da Santa Terezinha).

Nesse sentido, a migração pode ser considerada uma estratégia de autossuficiência adotada pelas comunidades para enfrentar os efeitos adversos da seca. De acordo com Marcus *et al.* (2023), o movimento migratório pode ser visto como uma medida de adaptação voluntária ao clima, visando garantir a segurança física e o acesso a recursos essenciais para sobrevivência das comunidades. Com relação ao tópico da migração, as organizações entrevistadas relataram que essa tem sido uma realidade recorrente no município de Ombadja, onde a população migra

para a República da Namíbia, em busca de trabalho, alguns precários, com o objetivo de obter recursos financeiros. Ainda sobre a migração motivada pelo clima, tem-se que:

E quando há seca, também é outro problema, as famílias passam fome não conseguem fazer o seu cultivo, o gado morre e isso implica aquela característica que é conhecida para as populações que é da transumância, que obriga as pessoas a transitarem de um local para o outro a procura sempre de melhores condições. Isso tem implicações para as crianças que deveriam ir às aulas, por uma questão cultural apoiam os pais para o pasto, mudam de [uma] aldeia para outra e elas perdem as aulas (Membro da DW, entrevista realizada na província de Luanda).

O deslocamento das famílias de Ombadja para a República da Namíbia tem impactado, também, na frequência escolar das crianças, uma vez que estas têm acompanhado os pais nas atividades pecuárias, principalmente, em épocas de transumância³³, conforme apontado pelo membro da DW. Nesse sentido, o estudo da UNDP (2017), aponta que a seca tem sido um fator determinante para o aumento do abandono escolar e da baixa escolaridade na província do Cunene. O fechamento de escolas durante o período de seca, devido à falta de água, e a necessidade de as crianças ajudarem as famílias nas atividades de transumância do gado, intensificaram essa situação (UNDP, 2017).

Como ressaltado por Prates (2019), a seca no Cunene tem comprometido a educação, pois muitas crianças acabam acompanhando os pais na transumância do gado e permanecem distantes de casa por longos períodos. Além das implicações na educação, as mudanças climáticas afetam a segurança alimentar de grupos vulneráveis, como mulheres e crianças, nas comunidades rurais. Quando questionado sobre os desafios enfrentados pelas comunidades de Ombadja para garantir a segurança alimentar, destacou o membro da DW:

Um outro grupo que nós caracterizamos que era problemático, são as raparigas [meninas] e as mulheres que também são praticamente as pessoas que mais sofrem com isso, porque na nossa cultura, nas zonas rurais, são elas que se preocupam muito com a questão da busca da água e do alimento e andam distâncias e distâncias. Então temos esse problema da alimentação e da segurança alimentar que é efeito das mudanças climáticas e temos o problema da água (Membro da DW, entrevista realizada na província de Luanda).

Essa percepção corrobora com as observações que constam no relatório da UNDP (2017), que destaca que as mulheres nas comunidades rurais do Cunene enfrentaram uma sobrecarga de tarefas como resultado do impacto das mudanças climáticas. Essa realidade, vivenciada também pelas famílias das comunidades de Ombadja, demonstra a necessidade

³³ Refere-se ao deslocamento de rebanhos para regiões com melhores condições climáticas, em determinada época do ano.

urgente de adoção de medidas de mitigação e adaptação aos impactos climáticos. De acordo com Mbow *et al.* (2019), tais medidas buscam reduzir a exposição à vulnerabilidade das comunidades. Para além da produção, outro fator importante relacionado ao acesso aos alimentos, conforme apontado por Aranha (2010), refere-se à condição de renda suficiente para a aquisição de alimentos, como mencionado no capítulo 2. Essa perspectiva torna-se ainda mais relevante quando considerada a realidade socioeconômica das comunidades do município de Ombadja.

Segundo a FAO (2021), mais de 85% da população rural da região sul de Angola depende, maioritariamente, da agricultura de subsistência como sua principal fonte de renda. Nesse contexto, as comunidades foram questionadas se parte da produção tem sido destinada à venda como estratégia de gerar recursos financeiros para a aquisição de alimentos e outros bens essenciais. Os entrevistados relataram limitações no consumo alimentar devido à escassez, fazendo com que as necessidades das famílias não sejam supridas, muito menos permitindo a venda no mercado.

Nessa perspectiva, os entrevistados, tanto na comunidade do Caólo quanto na Santa Terezinha, destacaram que a produção agrícola é destinada, exclusivamente ao consumo familiar, sendo insuficiente para atender as demandas básicas. Apenas dois agricultores (B, E) da comunidade do Caólo, mencionaram que conseguem vender uma parte da produção. Diante da escassez de produtos, o escambo tem sido a estratégia adotada pelas comunidades para garantir o acesso a alimentos e produtos industrializados, funcionando como substituto de recursos financeiros. Essa prática foi destacada nos relatos a seguir:

Pronto aquele produto é o seguinte. Nem toda [produção] é para casa, mas sim por falta de certos objetos [mantimentos], é preciso usar o sabão, sal, meios industriais, é preciso tirar mesmo o tal massango, vai à troca de sal e a metade fica para o consumo de casa (Agricultor O, comunidade da Santa Terezinha).

É para casa, mas tem que dividir. Vai tirar um pouco para trocar com o sal, o sabão, o óleo, [...], tem que tirar aí no tal massango é a única solução (Agricultor T, comunidade da Santa Terezinha).

A falta de recursos financeiros, conforme relatado pelos entrevistados, nas comunidades rurais de Ombadja, associado aos impactos da seca, representam um desafio para a aquisição de alimentos e bens essenciais, aumentando a vulnerabilidade social das comunidades. Islam e Winkel (2017) argumentam que a relação entre desigualdade social e mudanças climáticas intensifica a exposição de grupos socialmente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas.

Além disso, os autores sugerem que a redução das desigualdades sociais pode contribuir para minimizar os efeitos das mudanças climáticas e fortalecer a resiliência das comunidades, em alinhamento com as metas do ODS 13 e ODS 11 – cidades e comunidades sustentáveis (Islam; Winkel, 2017). No caso das comunidades de Ombadja, o membro da DW ressalta que a ausência de dinheiro afeta diretamente a subsistência das comunidades. A esse respeito, ele destaca:

Naquelas comunidades também existia, na realidade, de uma forma geral, a questão da falta de recursos financeiros, de dinheiro. As pessoas não têm dinheiro, digamos assim, podem ter posses porque tem famílias com muito gado³⁴, mas não têm dinheiro para adquirir outros bens para sua sobrevivência, então isso também era um grande problema, os meios de subsistência são escassos para aquelas comunidades. Ele [o agricultor] pode ter 20, 100, 200 cabeças de gado, mas por uma questão de cultura, ele não usa esse gado, nem para melhorar a sua dieta alimentar, nem para comercializar. Mas, é uma questão de autoestima aqui, o gado só é usado para questões extremas, para cerimônias simbólicas, rituais, em questão pré-definidas para o efeito (Membro da DW, entrevista realizada na província de Luanda).

Diante da carência de recursos financeiros constatada durante a pesquisa de campo e reconhecida pelos representantes das organizações entrevistadas, na próxima seção analisou-se o acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e assistência social, que têm contribuído para a minimização das vulnerabilidades das comunidades. Para isso, os entrevistados foram questionados sobre o acesso ao crédito agrícola e ao programa de transferência de renda *Kwenda*, com o objetivo de compreender como esses instrumentos influenciam a segurança alimentar e as condições socioeconômicas locais.

4.4 Acesso ao crédito agrícola e o programa *Kwenda* nas comunidades de Ombadja

Em Angola, existem duas modalidades de crédito agrícola: o crédito de campanha e o de fomento. Conforme destacado por Quitari (2015), o crédito de campanha destina-se aos agricultores familiares para a aquisição de insumos e equipamentos agrícolas. A concessão dos créditos é da responsabilidade do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e operacionalizada por bancos comerciais. Nas comunidades do Caólo e da Santa Terezinha, os 24 agricultores entrevistados relataram que não têm acesso ao crédito agrícola. Os agricultores A e P, das comunidades do Caólo e da Santa Terezinha, respectivamente, mencionaram,

³⁴ A posse de gado é um aspecto cultural da etnia Nhaneka-Nhumbe, à qual pertencem as comunidades do Caólo e da Santa Terezinha, conforme destacado por Pahula (2022), o gado é considerado um símbolo de riqueza individual e familiar, como mencionado no capítulo 3.

inclusive, desconhecer essa iniciativa pública: “Nunca escutamos esse programa de crédito, de comprar semente, nunca escutamos isso (Agricultor A). Não, não [ouvi falar], porque eu estou aqui no mato (Agricultor P)”.

O depoimento do agricultor P evidencia que a falta de informação nas zonas rurais dificulta o acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, sugerindo um possível problema de divulgação e sensibilização junto às comunidades rurais. Esse cenário ressalta a obrigatoriedade das instituições do Estado de informar e dar a conhecer os serviços e/ou políticas públicas, conforme estabelecido no artigo 40º da Constituição da República de Angola: “Todos têm direito de [...] bem como o direito e a liberdade [...] de ser informado, sem impedimentos nem discriminações” (Angola, 2010, p. 16).

Além disso, um dos fatores que dificulta o acesso das comunidades ao crédito de campanha agrícola são os critérios e condições de elegibilidade³⁵ impostos pelo BDA, considerando a situação de vulnerabilidade social das comunidades rurais de Ombadja. Em relação às outras modalidades de financiamento da atividade agrícola familiar, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrícola (FADA) e o IDA, firmaram um memorando de entendimento para fomentar essa atividade. Essa iniciativa envolve um financiamento no valor de AOA 5 bilhões (cerca de US\$ 5 milhões e R\$ 31 milhões), operacionalizado por meio de créditos disponibilizados às caixas comunitárias. O objetivo dessa ação é fornecer assistência financeira, por meio do FADA, e assistência técnica, por meio do IDA, aos agricultores associados a cooperativas agrícolas (FADA, 2023).

Na província do Cunene, em agosto de 2024, o FADA financiou a aquisição de equipamentos agrícolas, como tratores e moto-cultivadoras, para os agricultores familiares vinculados a cooperativas (Freitas, 2024). Durante a pesquisa de campo, observou-se que os agricultores familiares das comunidades do Caólo e da Santa Terezinha não estão organizados em associações ou cooperativas agrícolas, o que dificultaria o acesso ao crédito agrícola, como os disponibilizados pelo FADA. Apesar disso, os agricultores manifestaram interesse em obter financiamentos e/ou auxílios, conforme relatado pela Agricultora X, da comunidade da Santa Terezinha: “Isso é o que nós queremos, mas ainda nós não temos acesso”.

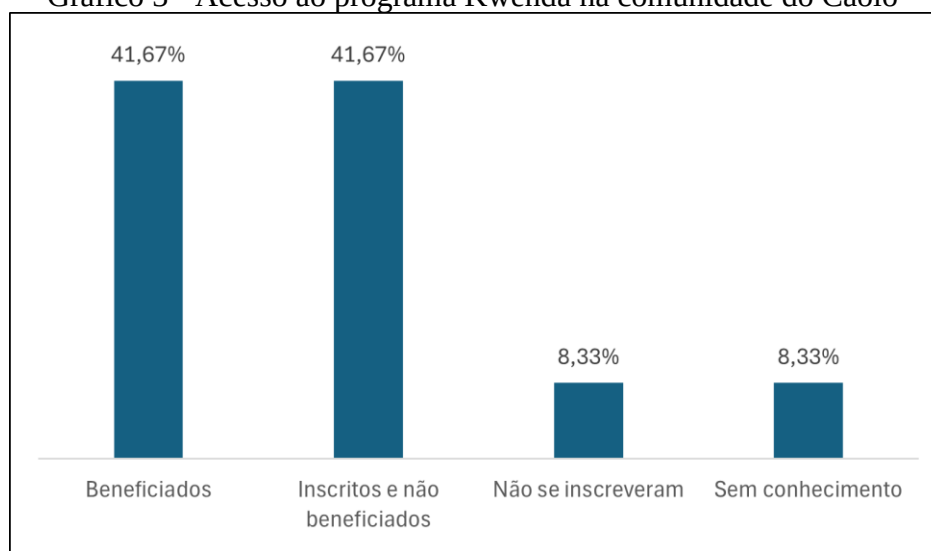
Em virtude da importância do crédito agrícola para a melhoria das condições socioeconômicas das comunidades e a promoção do desenvolvimento rural, Miguel, Estevam

³⁵ Os critérios e condições de elegibilidade para obtenção do crédito de campanha agrícola, destinado aos agricultores familiares conforme apontado por Quitari (2015), definidos pelo BDA incluem a constituição de uma empresa e o limite da área de produção para cada tipologia empresarial. Para mais ver: <https://www.bda.ao/media/2023/09/folheto-bda-credito-de-campanha-agricola.pdf>.

e Verginio (2022) destacam que as iniciativas de crédito agrícolas devem ser mais acessíveis. Os autores enfatizam a necessidade de facilitar a formalização de cooperativas e promover a divulgação da importância do cooperativismo nas comunidades rurais, para que essa forma de organização social seja mais valorizada. Nesse sentido, é imprescindível que instituições públicas, como o IDA desenvolvam ações junto aos agricultores das comunidades rurais de Ombadja, incentivando a integração destes a cooperativas ou associações para que acessar aos incentivos destinados à agricultura familiar. Além disso, torna-se necessária a revisão das condições de elegibilidade, taxas e modalidades de reembolso dos créditos, considerando a vulnerabilidade social e econômica das comunidades rurais.

Quanto ao acesso ao programa de transferência de renda *Kwenda*, na comunidade do Caólo apurou-se que 83,34% dos entrevistados estavam inscritos no programa, sendo 41,67% beneficiados e 41,67% não contemplados. Com relação aos não inscritos, cerca de 8,33% não estavam cadastrados, enquanto outros 8,33% não tinham conhecimento sobre o programa *Kwenda*, conforme ilustrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Acesso ao programa Kwenda na comunidade do Caólo

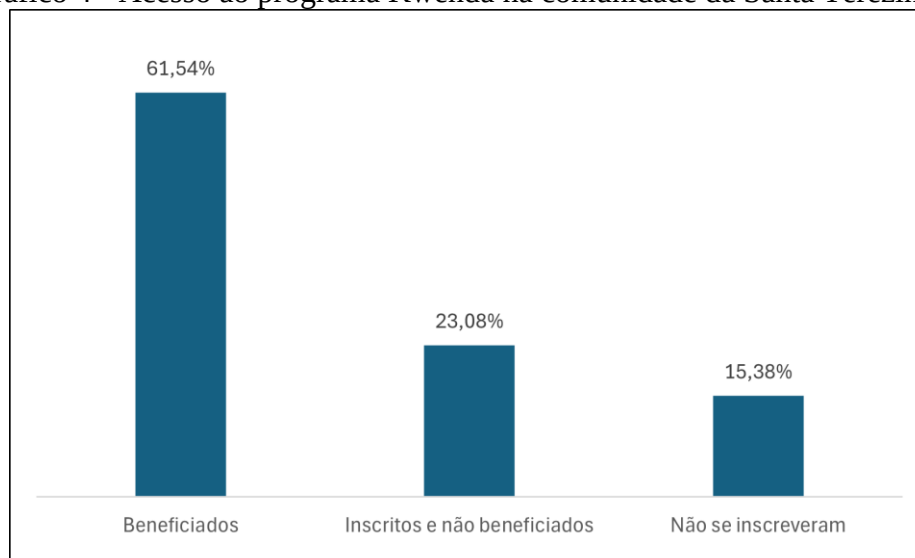


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A falta de conhecimento sobre as políticas públicas é recorrente nas comunidades rurais em Angola, como foi mencionado anteriormente no caso do programa de crédito agrícola. Isso reforça a necessidade urgente de maior divulgação das iniciativas públicas. Além disso, é importante destacar que a porcentagem de pessoas não beneficiadas é significativa, o que pode estar relacionado ao alto nível de burocracia no processo implementado pelo FAS – instituição executora do programa, bem como pela falta de documentos. Na comunidade da Santa

Terezinha, 84,62% dos entrevistados estavam inscritos no programa *Kwenda*, dos quais 61,54% foram beneficiados e 23,08% não estavam contemplados. Além disso, 15,38% não se inscreveram no programa, como pode ser observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Acesso ao programa Kwenda na comunidade da Santa Terezinha



Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere ao percentual de inscritos e beneficiados, observou-se que houve maior acesso ao programa Kwenda na comunidade da Santa Terezinha em relação à comunidade do Caólo. Esse fato pode estar relacionado ao acesso à informação, considerando o nível de escolaridade dos entrevistados. A maioria dos entrevistados na comunidade da Santa Terezinha possui o ensino médio, enquanto, na comunidade do Caólo, predomina o ensino fundamental (ensino primário).

Quanto aos agricultores não inscritos, em ambas as comunidades, verificou-se que o principal motivo para essa situação foi a regra imposta pelo FAS, instituição gestora do programa *Kwenda*, que permite o cadastro e benefício de apenas um membro por família, geralmente o responsável ou um dos progenitores. Esse fato é corroborado pelo relato do agricultor N, da comunidade da Santa Terezinha: “Não, não fiz [o cadastro]. Falaram [...], só uma pessoa em casa é que faz, quem fez só é a minha senhora [esposa]”. Durante a pesquisa de campo, observou-se que alguns entrevistados tinham mais de uma esposa³⁶, em alguns casos

³⁶ Em algumas etnias em Angola, a poligamia é socialmente aceita e considerada uma prática cultural, na qual as esposas possuem direitos equivalentes e compartilham responsabilidades similares dentro da estrutura familiar.

residindo no mesmo espaço. A regra do programa determinava que apenas uma delas poderia ser beneficiada, mesmo em lares compostos por duas esposas, totalizando até 20 membros.

Os entrevistados contemplados pelo programa *Kwenda* informaram que receberam cartões bancários para realização de saques no valor de AOA 25.000 (vinte e cinco mil kwanzas), equivalente a US\$ 27 e R\$ 167, em uma única parcela, no ano de 2021. Segundo dados do relatório sobre pobreza em Angola, elaborado pelo INE, o consumo médio mensal por pessoa de uma cesta de alimentos era de 10.606 kwanzas nas zonas rurais (Angola, 2019b).

Dessa forma, o valor monetário do programa *Kwenda* (AOA 25.000), não é suficiente para suprir as necessidades alimentares mensais das famílias rurais de Ombadja, que, em média, são compostas por mais de dez membros. O fato de os entrevistados beneficiados terem recebido apenas uma parcela, em 2021, indica que o programa *Kwenda* pode não ter sustentabilidade a longo prazo, assim como ocorre com outros programas públicos que começam, mas acabam sendo descontinuados. Considerando que alguns dos entrevistados inscritos no programa não foram contemplados, estes informaram que seriam os próximos beneficiados, enquanto aqueles que já receberam terão de aguardar. Sobre isso, os relatos foram:

Sim o programa *Kwenda* chegou muito bem aqui na nossa localidade, por exemplo, aqui onde estamos na serração. Umas pessoas foram cadastradas e os nomes saíram mesmo, receberam [o dinheiro]. Outras foram cadastradas, mas os nomes não saíram e a maioria quase não foram cadastradas. Disseram que estariam na próxima vez, mas até aqui [janeiro de 2024] ainda não cadastraram (Agricultor T, comunidade da Santa Terezinha).

Ainda sobre os relatos dos entrevistados em relação ao programa *Kwenda*, a agricultora D, da comunidade do Caólo, que não estava inscrita no programa, fez uma observação no sentido de que quem tem acesso à renda do programa consegue, minimamente, ter algum alívio na aquisição de bens. Esta afirmou: “Mas os que têm *Kwenda* é normalmente, podem ir dever lhes dão, porque sabem que estão a confiar no *Kwenda*”.

Segundo Burlandy (2007), os programas de transferência direta de renda são implementados em diversos países com o objetivo de garantir o acesso aos alimentos, combater a pobreza e promover a SAN. No entanto, a autora ressalta que essas iniciativas precisam estar integradas a outras políticas públicas de SAN, por meio do diálogo entre diferentes setores governamentais, para evitar que se tornem medidas compensatórias com impacto limitado. Dessa forma, essas políticas devem ser capazes de responder as problemáticas estruturais que causam as desigualdades e vulnerabilidades na sociedade (Burlandy, 2007), conforme ilustrado na Figura 11.

Figura 11 - Acesso à políticas de SAN nas comunidades de Ombadja



Fonte: Elaborada pela autora com auxílio do software Atlas T.I.

A ausência e a limitação no acesso às políticas públicas, como o crédito agrícola e o programa *Kwenda*, nas comunidades de Ombadja, conforme ilustrado na figura 11, intensificam a vulnerabilidade socioeconômica, reduzindo a diversidade produtiva e limitando as alternativas de renda. Como consequência, essas comunidades tornam-se dependentes de uma produção de subsistência, voltada principalmente para o autoconsumo. Na próxima seção, foi analisado o acesso e a percepção das comunidades de Ombadja sobre o programa de Promoção de Polos Agroindustriais, com foco na fazenda do Manquete, no município de Ombadja, considerando o objetivo deste estudo.

4.5 Percepção das comunidades sobre a Fazenda do Manquete no município de Ombadja

Conforme mencionado no capítulo 1, a fazenda do Manquete foi criada no âmbito do Programa de Promoção de Polos Agroindustriais, uma política pública vinculada à ENSAN, cujo objetivo era o fortalecimento da agricultura e a promoção da segurança alimentar em Angola, financiada pelo banco chinês ICBC. Importa destacar que a análise nesta pesquisa se centra na dimensão do acesso aos alimentos pelas comunidades do Caólo e da Santa Terezinha, não abrangendo aspectos nutricionais.

Durante a pesquisa de campo, foram levantadas as percepções sobre a fazenda do Manquete, localizada na comuna do Mucope, município de Ombadja, dos agricultores e moradores do entorno da fazenda, nas comunidades do Caólo e da Santa Terezinha. Os representantes das organizações entrevistadas foram questionados sobre seu conhecimento acerca da existência da fazenda. Nesse sentido, os responsáveis das organizações relataram:

Eu tenho informação de que existe esta fazenda, ou seja, é um perímetro [...] do tempo colonial e tinha sido revitalizado, naquela altura, pelo Fundo Soberano e que havia produzido muito arroz, esse arroz que a comunicação social passou [em reportagem] e acabou estragando nos cílios (Membro da ADRA, entrevista realizada no município de Ombadja).

Eu conheço a região do Manquete há bastante tempo, uma região que produz bastante arroz com o apoio dos chineses, mas não tem uma conexão com os projetos da FAO. É um investimento privado que está a ser feito naquela região e não tenho muito a me pronunciar sobre essa questão (Assistente do Representante da FAO para Angola, entrevista realizada na província de Luanda).

Tenho uma ideia desta fazenda, já ouvi, existe há muito tempo. No início houve um problema de conflito de terras com as comunidades, mas acho que o Estado, pela nossa lei se há um interesse público, consegue sempre ganhar, ficou com aqueles terrenos. Como disseste e muito bem estavam aliados ao Fundo Soberano, então já pode saber que era algo do interesse do Estado, mas é verdade que em detrimento das populações autóctones que ficaram sem essas possibilidades (Membro da DW, entrevista realizada na província de Luanda).

Este é um daqueles projetos que foram aprovados à nível muito superior [do governo central] e cuja gestão também é superior e, infelizmente, não tem uma grande capacidade de inclusão (Membro da ACC e ANO, entrevista realizada via Google Meet).

Os comentários das organizações revelam que a fazenda do Manquete se trata de um projeto de interesse estatal, inserido no âmbito da ENSAN, conforme exposto no capítulo 2, privatizado no primeiro mandato do atual chefe do executivo angolano. A privatização da fazenda do Manquete, no ano de 2019, representa um desmantelamento de políticas públicas e um retrocesso na temática de segurança alimentar em Angola, considerando as escassas iniciativas nessa área e os desafios, como a desigualdade social e a fome, presentes em todo território nacional.

Quanto ao acesso aos alimentos produzidos na fazenda do Manquete, os 25 entrevistados, das comunidades do Caólo e da Santa Terezinha, informaram que não possuem acesso aos produtos. As percepções das comunidades sobre a fazenda do Manquete, expressas durante a pesquisa de campo, evidenciaram a ausência de benefícios esperados, tanto no acesso à alimentação - seja por meio do abastecimento ou da comercialização de produtos - quanto na geração de empregos. Os relatos dos entrevistados sugeriram um desalinhamento entre as promessas e objetivos iniciais do projeto e os efeitos percebidos pela população local.

A fazenda foi bem-vinda quando chegou aqui. Mas o benefício que nos dá, por exemplo, não digo nós, mas eu no meu caso, não estou a ver, por que eu nunca fui comprar lá arroz (Agricultor T, comunidade da Santa Terezinha).

Primeiro quando abriu o projeto tinham dito que iriam beneficiar as nossas comunidades, tanto na alimentação e os trabalhadores. Mas, mais tarde, não é isso que estamos a ver. Não há possibilidade dos miúdos [jovens] se enquadrar [na fazenda

para trabalho], não estamos a ver onde está a entrar os produtos [...]. Ocuparam o terreno, a terra, a regalia não estamos a ver (Agricultora X, comunidade da Santa Terezinha).

Os agricultores da comunidade da Santa Terezinha mencionaram que nunca foram abastecidos pelo empreendimento, nem sequer viram o arroz produzido na fazenda do Manquete. A agricultora V, relatou que, em raras ocasiões, a comercialização de produtos da fazenda é realizada por meio de escambo com a comunidade: “até vendem, não vendem por quilo, trocam um cabrito e um saco de arroz”. Esse relato está em consonância com a realidade das comunidades, considerando a escassez de recursos financeiros delas. Além disso, nas comunidades do Caólo e da Santa Terezinha, pertencentes ao grupo étnico Nyaneka, o gado representa a principal fonte de riqueza de uma família e raramente é comercializado, seja para aquisição de bens alimentares ou para consumo próprio. Esse fator explica, em parte, por que as comunidades realizam escambo com pouca frequência para adquirir arroz da fazenda do Manquete.

Durante o período de seca extrema, como no ano de 2019, alguns entrevistados realizaram atividades informais na fazenda, como limpeza de terrenos, no período das 6 h às 17h. Como pagamento, os entrevistados relataram ter recebido arroz partido (cerca de 2 quilos) e, em alguns casos, entre mil e dois mil kwanzas (equivalente a US\$ 2 e R\$ 12). Sobre o trabalho informal, o relato foi:

Sim, 2019, agradecemos a fazenda. A fazenda de verdade apoiava a comunidade. Estava a apoiar mesmo a comunidade na parte de [...] fazer um trabalho, um pequeno trabalho, e ao mesmo tempo vai dar os quilos de arroz e as pessoas vão consumir (Agricultor L, comunidade do Caólo).

O relato do agricultor L demonstra que, embora de forma pontual, a fazenda do Manquete prestou auxílio às comunidades durante eventos extremos, como a seca. Outra ação da fazenda foi relatada no depoimento de um adolescente e estudante da comunidade do Caólo que comentou: “tinha um tempo que chamavam a gente para ir capinar [limpar o terreno] e depois vão nos dar arroz e um pouco de dinheiro, 2000 [kwanzas]”. Considerando as percepções das comunidades a respeito dos benefícios, as organizações entrevistadas como a DW, ACC/ANO comentaram:

[...] eu defendo em projetos comunitários destes, aliás, sendo um projeto agrícola, por exemplo, poderia aí de lado, abrir uma escola com orientação agrícola para preparar a comunidade, aproveitar muito bem ali a presença da água do rio Cunene, das outras nascentes, porque é uma zona muito produtiva. Aquela parte chamada Alto Cunene, desde a Matala [província da Huíla] até o Manquete [província do Cunene], seria uma grande zona de exploração agrícola, pecuária, enquanto benefício nacional deste

investimento, talvez, a longo prazo (Membro da ACC e ANO, entrevista realizada via Google Meet).

Poderiam, também, encontrar uma oportunidade de se calhar inserção [na fazenda] da população à volta (Membro da DW, entrevista realizada na província de Luanda).

Com relação ao emprego da comunidade na fazenda do Manquete, o agricultor L, da comunidade do Caólo, foi o único dentre os entrevistados que afirmou que tinha dois filhos que trabalhavam, na altura da entrevista, na fazenda: “Eu trabalho com três, os outros [dois] estão a trabalhar lá na agrária, na fazenda”. A agricultora C, que tinha os filhos em idade escolar, afirmou que a fazenda tem ajudado com a merenda escolar dos seus filhos: “Mas [a fazenda] ajuda só na parte da escola, a merenda”. O depoimento de um estudante da comunidade do Caólo, corrobora com essa afirmação: “Primeiro vamos entrar [na escola] e no tempo de sair é que as pessoas vão receber papa [de fubá de milho], bolacha e outras coisas assim. Pode ser pessoa que não estuda, [se] passou lá, vão lhe dar também”.

Conforme o depoimento do estudante, a merenda escolar fornecida pela fazenda do Manquete é uma iniciativa da empresa Carrinho, atual gestora do empreendimento. Essa ação enquadra-se no programa “merenda escolar – nutrimos o futuro”, no âmbito da responsabilidade social da empresa, que abrange cerca de dez províncias angolanas e busca contribuir para o aprendizado dos estudantes do ensino primário (ensino fundamental I), por meio do fornecimento de uma alimentação nutritiva (Carrinho, s.d).

Segundo Ndomba (2023), o programa de merenda escolar do governo angolano não tem contemplado as demandas à nível nacional devido à baixa verba. Nesse sentido, as empresas privadas têm distribuído merendas nas escolas públicas como parte de suas ações de responsabilidade social no âmbito dos investimentos que realizam no país. Em regiões onde as escolas são beneficiadas por esses programas, como no município do Songo, província do Uíge, constatou-se um aumento na frequência escolar, inclusive de crianças que estavam fora do sistema de ensino (Ndomba, 2023).

As iniciativas de alimentação escolar constituem uma das formas de garantir a permanência dos estudantes nas escolas. Nesse sentido, conforme apontado por Serão, Buza e Manuel (2017), o programa de merenda representa uma estratégia de democratização do ensino e uma obrigação do Estado. Dessa forma, esses programas devem ser considerados prioritários na agenda do governo angolano, no âmbito das iniciativas de SAN, dado seu impacto em questões sociais, como o desenvolvimento cognitivo e a educação das crianças. Além disso, cabe ressaltar que a legislação angolana, por meio da Constituição da República, no seu artigo 21.º, estabelece as tarefas fundamentais do Estado, sendo que na alínea “i” consta:

Efectuar investimentos estratégicos, massivos e permanentes no capital humano, com destaque para o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, bem como na educação, na saúde, na economia primária e secundária e noutros sectores estruturantes para o desenvolvimento auto-sustentável (Angola, 2010, p. 10).

Para além do programa de merenda escolar, dentre as ações de responsabilidade social da fazenda do Manquete, durante a pesquisa de campo, identificou-se a construção de uma escola, o Complexo Escolar Rei *Luhuna*, que contempla o ensino primário e o primeiro ciclo do ensino secundário (ensino fundamental I e II), e de um posto de saúde, próximo à residência de alguns moradores da comunidade do Caólo, como relatado pelo agricultor L: “[..] Estamos a ir [no posto] na fazenda, na agrária, é próximo”. Essas iniciativas visam minimizar as vulnerabilidades sociais enfrentadas pelas comunidades, apesar dos significativos desafios ainda existentes.

Embora seja um importante empreendimento agropecuário em Angola, as percepções das comunidades sobre o Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do Manquete, ou fazenda do Manquete, revelam limitações como a falta de acesso aos alimentos e a baixa geração de empregos para a população local. Os relatos das organizações destacaram a necessidade de capacitação técnica e maior inclusão das comunidades no empreendimento do Manquete para que o projeto cumpra seu objetivo inicial de fortalecer a segurança alimentar, além de gerar emprego e renda na região, contribuindo, assim, para o desenvolvimento rural.

4.6 Recomendações das organizações entrevistadas para melhoria da segurança alimentar das comunidades de Ombadja

Nesta seção será apresentada as recomendações das organizações entrevistadas, que desenvolvem ações sobre o componente terra e a agricultura familiar no município de Ombadja, com o objetivo de mitigar a situação de fome e outras vulnerabilidades constatadas. Primeiramente, será apresentado um panorama da situação de segurança alimentar das comunidades rurais, considerando os desafios socioeconômicos e a falta de acesso às políticas públicas voltadas à promoção da SAN, diante dos desafios climáticos enfrentados pela região.

O relatório sobre o estado de segurança alimentar e nutrição, elaborado por agências da ONU como a FAO, aponta que em Angola, aproximadamente 31,9% da população (cerca de 11,3 milhões de pessoas) estavam em situação de insegurança alimentar grave entre 2021 e 2023. Com relação à taxa de prevalência de subnutrição no país, esta foi de 23,20%, equivalente, na altura, a 8,3 milhões de pessoas (FAO *et al.*, 2024; GAFS, s.d). Esse cenário

tem sido influenciado, em parte, pela crise econômica, com a desvalorização da moeda nacional, inflação, e as mudanças climáticas que têm impactado as comunidades mais vulneráveis e comprometido os meios de subsistência da população (IFRC, 2022; IMF, 2024).

As mudanças climáticas constituem um dos principais desafios para a SAN em Angola, sendo que o país tem registado a pior seca dos últimos 40 anos na região sul. Esse fato tem levado ao esgotamento das reservas de água, colocando em risco a vida animal e humana nas comunidades rurais e agravado o ciclo de desnutrição e insegurança alimentar (IFRC, 2022; WFP, 2021). Dados da UNICEF revelam que cerca de 3,8 milhões de pessoas nas províncias do sul de Angola, incluindo o Cunene, não tiveram acesso a alimentos suficientes, entre 2021 e 2022. Ademais, o país apresenta uma das maiores taxas do Índice de Risco Climático Infantil, o que tem contribuído para que as crianças estejam mais expostas e vulneráveis aos riscos provocados pelas mudanças climáticas e dificultado o alcance da SAN. O apelo da UNICEF em Angola, tem sido centrado em ações que visam a melhoria das condições humanas e da resiliência das comunidades, por meio de iniciativas para o fornecimento de medicamentos, vacinas, suprimentos nutricionais, melhoria dos serviços de acesso à água, saneamento e higiene, educação, saúde, entre outros (UNICEF, 2022).

A análise da Classificação Integrada de Fases de segurança alimentar, revelou que mais de 1,3 milhão de pessoas, nas províncias da Huíla e do Cunene, estavam enfrentando altos níveis de insegurança alimentar aguda (Martin-Cañavate *et al.*, 2023). No Cunene, os municípios do Curoca e de Ombadja, encontravam-se em emergência alimentar (GAFS, s.d). Esse fato relaciona-se com os impactos das mudanças climáticas, que têm agravado as vulnerabilidades socioeconômicas das comunidades rurais, conforme exposto nesta pesquisa, a partir da realidade das comunidades do Caólo e da Santa Terezinha. Durante a pesquisa de campo, o membro da ONG ANO e ACC, apontou que as causas da insegurança alimentar, no sul de Angola, envolviam aspectos políticos. Segundo o entrevistado:

Em minha visão a insegurança alimentar em si, é resultado muito mais de más políticas do que realmente das alterações climáticas. Quando veio o fenómeno das alterações climáticas já encontrou vulnerabilidades políticas, encontrou as pessoas, a sociedade civil, a lutar para que houvesse a implementação do poder local, o chamado poder autárquico. O poder autárquico ajuda, por exemplo, que as pessoas à nível local, traçam as suas prioridades, definam os seus recursos e peçam auxílio naquilo que não conseguem [resolver]. [...] há muito tempo que a sociedade esteve debatendo e o partido no poder está com receio de perder o espaço local, de perder as suas bases, se aceitar, diríamos assim, as autarquias locais. E então só se poderá combater a vulnerabilidade, a insegurança alimentar, a fome, e a produção local só poderá arrancar a sério, se apostarem a sério nas comunidades locais. Então é nesse quadro onde vejo que a solução da fome, da má nutrição, da pobreza, da vulnerabilidade, não é um problema só de resolução técnica ou de resolução burocrática, mas é, sobretudo, de resolução política (Membro da ACC e ANO, entrevista realizada via Google Meet).

A declaração do membro da ACC e ANO está alinhada com o comentário de Francisco Sarmento, ex-representante da FAO em Portugal, durante entrevista ao programa Ecclesia sobre o Dia Mundial da Alimentação, em 2017. Na ocasião, Sarmento afirmou: “ou tentamos resolver as causas estruturais da fome, e isso é uma ação política, repito, é uma questão de vontade política. Não só da fome, mas de todos os problemas do sistema alimentar” (Agência Ecclesia, 2017, s.p). Diante das limitações estruturais, como a questão política descrita pelo membro da ANO e ACC, as organizações entrevistadas têm atuado na capacitação das comunidades e à implementação de soluções práticas e tecnologias sociais para melhorar a SAN e fortalecer a resiliência das comunidades rurais. O Quadro 10 apresenta as medidas e ações sugeridas pelas organizações para reverter o atual cenário de fome e insegurança alimentar nas comunidades de Ombadja e do sul de Angola.

Quadro 10 - Medidas/Ações para SAN propostas pelas organizações

Medidas/Ações	Comentários
Direito e acesso à terra e água	<i>O primeiro fator é permitir a essas comunidades o acesso à terra. O acesso à terra produtiva, o acesso à água, tanto água potável como a água para o regadio (Assistente do Representante da FAO para Angola).</i>
Mudança de consciência/Capacitação e extensão rural	<i>Existe uma metodologia [...], no setor da agricultura que chamam de Escolas do Campo, [...] que procuram movimentar as comunidades, transformar a consciência e as práticas da população para cultivar melhor e também escolher as melhores culturas que podem ajudar para minimizar os problemas de desnutrição (Membro da DW).</i> <i>Primeiro tem que mudar o homem que está lá, tem que mudar a consciência. Quem estiver na execução [de programas], tem que saber que estou a lidar com pessoas, com comunidades agropastoris que vivem disso. E se for fortemente investido, ensinando as pessoas e treinando, com certeza que, nós vamos ter uma produção à medida da realidade das nossas comunidades (Membro da ADRA).</i>
Educação nutricional/Autonomia e resiliência comunitária	<i>São comunidades pastoris que o seu foco era principalmente a produção de gado, mas hoje elas já começam a produzir alimentos, que não é a carne, por exemplo, começam a produzir vegetais, cereais e inclusive, fruteiras. É que conseguem para além da diversificação da dieta, ter algum retorno financeiro e isto vai fazer com que eles saiam do ponto onde estão, que é o ponto da pobreza, alguns até da pobreza extrema, isto vai contribuir bastante para que além de serem autônomas, sejam mais resilientes às adversidades climáticas (Assistente do Representante da FAO para Angola).</i>
Difusão de tecnologias sociais	<i>Essas pequenas iniciativas devem ser elevadas a grandes projetos, um pouco mais alargados e um pouco mais sustentáveis. [...] as autoridades governamentais devem apropriar-se dessas tecnologias e começarem a multiplicar essas iniciativas na comunidade (Membro da DW).</i>
Implementação de autarquias locais	<i>[...] no tempo colonial, mesmo com o poder centralizado em Portugal, havia uma grande descentralização económica. Os conselhos locais funcionavam, apesar de serem dados aos colonos residentes, todos acabaram por se beneficiar com o fomento local (Membro da ACC/ANO).</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda, com relação às iniciativas para melhoria da SAN, a questão do acesso à água, um dos principais desafios das comunidades rurais de Ombadja e do sul de Angola, o membro da DW também destacou a necessidade de implementação de projetos de acesso à água, com foco na exploração da água subterrânea, considerando os impactos da seca a nível regional. O entrevistado apontou:

[...] Nós defendemos que o Cunene é um território rico em água subterrânea, por isso é que nós trabalhamos na água, na perfuração [do solo]. Quase todo o território está cheio de água subterrânea. Então não devemos só nos preocupar em transportar a água, a 200 e 500 km do rio para passar a outros sítios, ao passo que numa própria comunidade por baixo da aldeia tem água. Usando essa tecnologia de furos se consegue dar acesso localizado da água (Membro da DW, entrevista realizada na província de Luanda).

Esse resultado está em consonância com as recomendações do estudo de Serrat-Capdevila *et al.* (2023), sobre as medidas a serem adotadas para a melhoria da segurança hídrica das comunidades rurais do sul de Angola impactadas pela seca. Os autores recomendam que os projetos a serem realizados para o acesso à água, devem obedecer às características da região, sendo que “em áreas com recursos hídricos subterrâneos confirmados, deve-se dar prioridade à perfuração de poços para o abastecimento de água potável” (Serrat-Capdevila *et al.*, 2023, p. 77, tradução nossa). Considerando a realidade socioeconômica das comunidades de Ombadja, com destaque para os aspectos da educação e saúde, o assistente do Representante da FAO para Angola, teceu algumas recomendações sobre a transmissão de conhecimentos. Nesse contexto, o entrevistado destacou:

O segundo fator é trazer o conhecimento para essas comunidades e com a Escola de Campo do Agricultor, nós podemos trazer esse conhecimento tanto com programas de alfabetização para as comunidades iletradas, como com aprendizado sobre sistemas produtivos, sistemas de cultivo, agronômicos. Com o modelo que nós estamos a trazer da Chitaka, [...], podemos abrir um espaço onde vários setores podem intervir. Podemos ter programas de educação para jovens, em questões reprodutivas, de planeamento familiar, podemos ter assistência médica naquele espaço. Trazer o Ministério da Saúde e com uma participação das agências das Nações Unidas, para este espaço, com assistência médica para as crianças, podemos resolver a questão da nutrição (Assistente do Representante da FAO para Angola, entrevista realizada na província de Luanda).

Para além da educação e da saúde, o assistente do Representante da FAO para Angola ressaltou a importância de implementar ações que visam melhorar a renda familiar das comunidades, cujos efeitos contribuem para a promoção da segurança alimentar e nutricional e o bem-estar das famílias. Nesse sentido, o entrevistado comentou:

Olhando particularmente para a realidade de Ombadja, nós acreditamos que [com] a nossa intervenção [...], estamos sim a transformar [as comunidades] e tem impacto bastante positivo, tanto do ponto de vista de segurança alimentar e nutricional, como no ponto de vista do retorno, do acesso ao mercado, do retorno do investimento, de melhoria da renda familiar. Quando a renda familiar melhora, eu tenho dado um exemplo, eu já consigo comprar o tênis e a bata [uniforme] para o meu filho e o caderno. Eu estou a melhorar tanto o meu futuro, como o futuro do meu filho (Assistente do Representante da FAO para Angola, entrevistada realizada na província de Luanda).

Os aspectos socioeconômicos observados na realidade das comunidades do Caólo e da Santa Terezinha, no município de Ombadja, que influenciam a segurança alimentar estão sendo impactados negativamente pelos efeitos das mudanças climáticas, conforme visto anteriormente. De acordo com Levy e Patz (2015), os impactos das mudanças climáticas, como a seca, colocam em risco a SAN das comunidades, principalmente em países de baixa de renda ou em desenvolvimento, como é o caso de Angola. Os autores apontam as evidências de estudos científicos e de relatórios de organizações internacionais que apontam os impactos decorrentes do clima nos aspectos nutricionais de grupos e populações vulneráveis, como demonstrado nesta pesquisa, a partir da realidade das comunidades do Caólo e da Santa Terezinha.

De modo geral, esta pesquisa permitiu verificar que as privações de acesso aos bens e serviços básicos colocam essas populações em uma condição de vulnerabilidade socioeconômica efetiva, agravada pela ausência e/ou limitação no acesso às políticas públicas, como segurança alimentar, agricultura familiar e assistência social, conforme demonstrado nos resultados. Se, por um lado, há “quase” ausência de políticas públicas, por outro, constatou-se que a atuação das organizações do terceiro setor, nacionais e internacionais, apesar de limitada, tem desempenhado um papel importante na atenuação dos desafios enfrentados pelas comunidades de Ombadja.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os temas abordados nesta pesquisa inserem-se nos estudos sobre Desenvolvimento, com ênfase no Desenvolvimento Rural, e na Economia do Desenvolvimento. As iniciativas públicas de SAN em Angola, desde o final da guerra civil, buscavam combater a fome e a pobreza, como o caso do programa de Promoção de Polos Agroindustriais. O objetivo desta pesquisa foi analisar o acesso aos alimentos do programa de Promoção de Polos Agroindustriais, na fazenda do Manquete, no município de Ombadja. A pesquisa considerou o objetivo inicial do programa de fomentar a segurança alimentar e o desenvolvimento rural, conforme estabelecido na ENSAN, a partir das experiências das comunidades do Caólo e da Santa Terezinha.

Os resultados da pesquisa indicaram que ambas as comunidades não têm acesso aos alimentos produzidos na fazenda do Manquete, desde o início das atividades em 2014. Este fato demonstra que o empreendimento nunca atendeu ao objetivo inicial do programa de Promoção de Polos Agroindustriais, no qual se propôs, que era de promover a segurança alimentar nas comunidades onde foi inserido. Houve relatos de entrevistados de que o acesso ocorreu em situações pontuais, quando os moradores da comunidade do Caólo realizaram serviços informais, como a limpeza de terrenos na fazenda. Nesses períodos, os entrevistados relataram que receberam como pagamento dois quilos de arroz e o valor de AOA 2.000 (equivalente a US\$ 2 e R\$ 12), por jornadas de mais de 8 horas de trabalho informal.

Além de não promover a segurança alimentar, os gestores da fazenda do Manquete não têm respeitado a legislação trabalhista angolana, que determina uma jornada de oito horas. Os agricultores entrevistados, relataram que realizaram jornadas informais de trabalho que ultrapassam oito horas diárias. Essa realidade evidencia as limitações do programa e a falha em atingir seu objetivo inicial de promover a segurança alimentar nas comunidades rurais, como de Ombadja, onde está inserido. Importa ainda destacar que as comunidades do Caólo e da Santa Terezinha, encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica e climática o que tem implicado desafios severos para a segurança alimentar. A esse cenário, soma-se os efeitos das mudanças climáticas que colocaram as comunidades em situação de emergência, limitando a disponibilidade e o acesso à água e à alimentação, o que têm resultado em perdas dos meios de subsistência das comunidades, como o gado, e, em casos extremos, obrigando-as ao consumo de animais domésticos devido à fome.

Acrescenta-se a esse cenário, marcado por vulnerabilidades, a dificuldade na aquisição de insumos agrícolas, como sementes, assim como a falta de acesso as iniciativas voltadas para

a agricultura familiar. A combinação desses fatores tem deteriorado as condições e capacidades das comunidades, o que acentua o ciclo de pobreza das comunidades rurais de Ombadja, considerando que a província do Cunene apresenta altos níveis de pobreza em comparação com outras regiões de Angola. Diante disso, é importante que a atual gestora da fazenda do Manquete, a empresa Carrinho, possa aumentar a contratação da mão de obra local, principalmente jovem, e realizar outras iniciativas no âmbito da sua responsabilidade social, visando a melhoria socioeconômica e o aumento da resiliência das comunidades do entorno da fazenda, como as do Caólo e da Santa Terezinha.

Com relação às entidades governamentais, é necessário o fomento e a inclusão social das comunidades na formulação de políticas públicas para melhoria da SAN, sejam por meio de iniciativas relacionadas à agricultura, renda, serviços sociais, clima, entre outros, considerando a multidimensionalidade do tema e o alcance do desenvolvimento sustentável. Para que as metas da Agenda 2030 da ONU sejam alcançadas em Angola, em particular os ODS 1, 2 e 13, relacionados a esse trabalho, é imprescindível conhecer as realidades e os desafios enfrentados pelas comunidades rurais, por meio de diálogo e processos de auscultação.

Nesse sentido, ressalta-se que o problema da fome e da insegurança alimentar seja abordado de forma intersetorial, abrangente e integrando diversas perspectivas, considerando as seis dimensões de SAN. É importante que o governo na formulação de políticas de SAN, abranja a dimensão da agência, considerando a garantia de direitos, como o direito à alimentação, expressa no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, do qual Angola é signatária, e respeitando as preferências alimentares das comunidades rurais. Faz-se necessário um esforço coletivo para assegurar que a população das comunidades rurais de Ombadja tenham o DHAA, sobretudo, com base na aposta em produtos locais, como o massango, para manutenção da soberania alimentar das comunidades rurais, particularmente no município de Ombadja. Assim, com base no alcance dos objetivos específicos definidos nesta pesquisa, o objetivo geral foi alcançado.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a sociedade, uma vez que servirão como subsídio para elaboração de projetos e políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar e nutricional nas comunidades rurais de Angola. Também servirá para direcionamento de projetos de instituições privadas, não governamentais e internacionais que desenvolvem ações sobre o componente terra e o desenvolvimento local, para melhorar a condição das comunidades rurais do Mucope, no município de Ombadja, considerando a vulnerabilidade socioeconômica e climática.

Como contribuição adicional, sugere-se a formulação de projetos e/ou políticas públicas para a construção de reservatórios de água nas comunidades, a implementação de um banco de sementes para minimizar a escassez de alimentos e as dificuldades que enfrentam os agricultores familiares das comunidades rurais de Ombadja. Com relação ao aspecto nutricional, propõe-se a produção de farinha para melhorar a nutrição das crianças, por meio de parcerias científicas com instituições brasileiras, como a Universidade Estadual Paulista (UNESP), utilizando produtos como a múcua (baobá), predominante nas comunidades rurais de Ombadja e em toda a extensão da província do Cunene.

Recomenda-se que estudos futuros abordem questões estruturais como as desigualdades sociais e a pobreza nas comunidades rurais, relacionando aos desafios emergentes, como as mudanças climáticas, a fim de facilitar a formulação e o desenvolvimento de novas políticas, como forma de melhorar o cenário de insegurança alimentar e nutricional em Angola. É importante que novas pesquisas sobre a SAN em Angola, particularmente na região sul, analisem os efeitos de programas como o FRESAN, bem como iniciativas resultantes de cooperação no âmbito Sul-Sul, como o Programa de Desenvolvimento Regional do Vale do Cunene entre Angola e o Brasil.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Ministério das Relações Exteriores. **Água, saneamento e higiene (WASH) é tema de novo projeto de cooperação com Angola e UNICEF**, Brasília, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/agua-saneamento-e-higiene-wash-e-tema-de-novo-projeto-de-cooperacao-com-angola-e-unicef>. Acesso em: 15 fev. 2024.

AGÊNCIA DE INVESTIMENTO PRIVADO E PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES (AIPEX). **Angola-Cunene**, [Sem data]. Disponível em: <https://www.aipex.gov.ao/PortalAIPEX/#!/angola/cunene>. Acesso em: 18 out. 2023.

AGÊNCIA ECCLESIA. **Dia Mundial da Alimentação - Entrevista a Francisco Sarmento, Susana Réfega e Mohamed Abed**. YouTube, 16 out. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9dx21rUCb8w>. Acesso em: 16 dez. 2024.

ALBUQUERQUE, M. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 6, p. 895–903, nov. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732009000600011>. Acesso em: 16 fev. 2024.

ANGOLA. Ministério do Planeamento. Direção de Estudos e Planeamento. **Estratégia de Combate à Pobreza: Reinserção Social, Reabilitação, Reconstrução e Estabilização Económica**. Luanda, 2004. Disponível em: <https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edisp/minfin033824.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2024.

ANGOLA. Ministério da Agricultura e Florestas. Gabinete de Segurança Alimentar. **Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Luanda, 2009. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/ang119820policy.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2024.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Imprensa Nacional, 2010. Disponível em: https://www.asg-plp.org/upload/legislacao/doc_99.pdf. Acesso em: 11 mar. 2025.

ANGOLA. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. Instituto Nacional de Estatística. **Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola**. Luanda, 2014. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637981512172633350.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

ANGOLA. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. Instituto Nacional de Estatística. **Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) 2015-2016**. Luanda, junho, 2017. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_638384560594813602.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

ANGOLA. Ministério das Finanças. Instituto de Gestão de Ativos e Participações do Estado (IGAPE). **Relatório Agregado do Setor Empresarial Público**. Luanda, 2019a. Disponível em:

<http://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/ota1/~edisp/minfin905230.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

ANGOLA. Ministério do Planeamento. Instituto Nacional de Estatística. **Relatório de pobreza para Angola: Inquérito sobre Despesas e Receitas**. Luanda, dezembro, 2019b. Disponível em:

https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637494431350652835.pdf. Acesso em: 09 mar. 2025.

ANGOLA. **Decreto de aprovação do Programa Kwenda**. 2020a. Disponível em:

<https://faolex.fao.org/docs/pdf/ang196017.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ANGOLA. Ministério do Planeamento. Instituto Nacional de Estatística. **Pobreza Multidimensional em Angola**. Luanda, jun. 2020b. Disponível em:

<https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/Ng%3D%3D>.

ANGOLA. Ministério do Planeamento. **Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027: Impacto socioeconômico sustentável**. Luanda, 2023. Disponível em:

[https://www.mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/20231030\(3\)_layout_Final_Angola_PDN%202023-2027-1.pdf](https://www.mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/20231030(3)_layout_Final_Angola_PDN%202023-2027-1.pdf). Acesso em: 19 mar. 2024.

ANGOLA. Portal do governo. **Província do Cunene** [Sem data a]. Disponível em:

<https://www.governo.gov.ao/provincia/cunene>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ANGOLA. Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação. **Sobre Angola**, [Sem data b]. Disponível em: <https://mtti.gov.ao/ao/angola/sobre-angola/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

ANGOLA. Ministério das Finanças. **Orçamento Geral do Estado**. Luanda, 31 out. 2024a.

Disponível em: <https://cms.minfin.gov.ao/api/assets/portal-minfin/710945e4-754b-45dc-aca6-c097946ca85c/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ANGOLA. Ministério do Planeamento. Instituto Nacional de Estatística. **Relatório sobre Emprego: Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde, 2023-2024**, Luanda, out. 2024b. Disponível em:

https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_638487571879652908.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

Agência Angola Press (ANGOP). **Administradores colhem experiência de políticas públicas no Brasil**. Huíla: 18 nov. 2024 Disponível em:

<https://angop.ao/noticias/politica/administradores-municipais-do-sul-em-missao-no-brasil-para-colher-experiencia-sobre-politicas-publicas/>. Acesso em: 02 dez. 2024.

ARANHA, A. V. Fome zero: Um projeto transformado em estratégia de governo. In: **Fome zero: A experiência brasileira**. José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França (orgs.), Brasília, DF: Ed. NEAD, 2010, p. 85-109. Disponível em:

<https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-especial-1/7-fome-zero-portugues-2013-a-experiencia-brasileira.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Educação Ambiental Comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 27, julho a dezembro, 2011. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v27i0.3193>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENGTSSON, M. How to plan and perform a qualitative study using content analysis, **NursingPlus Open**, [s. l.], v. 2, n.1, p. 8–14, jan. 2016. DOI: <http://doi.org/10.1016/j.npls.2016.01.001>. Acesso em: 19 set. 2024.

BERCHIN, I. et al. The contributions of public policies for strengthening family farming and increasing food security: The case of Brazil. **Land Use Policy**, v. 82, p. 573 - 584, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S026483771831617X#bib0475>. Acesso em fev. 2024.

BIRKMANN, J. et al. **Poverty, Livelihoods and Sustainable Development**. In: Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, pp. 1171–1274, 2022. doi:10.1017/9781009325844.010.

BOCCHI, C. P. et al. A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. **Revista Panam Salud Publica**, n. 43, dec. 2019. DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2019.84>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BORDALO, I. C.; GOMES, M. Agricultura com sementes importadas e apenas 10% das necessidades de fertilizantes. **Jornal Expansão**, Luanda, 3 set. 2021. Disponível em: <https://expansao.co.ao/angola/interior/agricultura-com-sementes-importadas-e-apenas-10-das-necessidades-de-fertilizantes-104185.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Cooperação entre Brasil e Angola estimula desenvolvimento agropecuário nos países**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/cooperacao-entre-brasil-e-angola-estimula-desenvolvimento-agropecuário-nos-países>. Acesso: 15 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Missão oficial em Angola registra formalização de parcerias e abertura de oportunidades para o setor agropecuário**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/missao-oficial-em-angola-registra-formalizacao-de-parcerias-e-abertura-de-oportunidades-para-o-setor-agropecuário>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 851–860, maio, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000300020>. Acesso em: 17 fev. 2024.

BURLANDY, L.; COSTA, R. S. Segurança alimentar e nutricional: concepções e desenhos de investigação. In: **Epidemiologia nutricional**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/Atheneu, p. 485-501, 2007. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rrw5w/pdf/kac-9788575413203-31.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2024.

BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1441–1451, nov. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000600007>. Acesso em: 16 out. 2024.

CAMPOS, I. Seca no Cunene: o maior pesadelo das crianças. **Maka Angola**, 2023. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2023/09/seca-no-cunene-o-maior-pesadelo-das-criancas/>. Acesso em 26 nov. 2023.

CAMUTO, N. Fome em Angola obriga famílias a comer cães e gatos. **Deutsche Welle**. Malanje: 30 agosto de 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/fome-em-angola-obriga-fam%C3%ADlias-a-comer-c%C3%A3es-e-gatos/a-70087739>. Acesso em: 17 nov. 2024.

CARRINHO. **Bem-Vindo ao Programa "MERENDA ESCOLAR – NUTRIMOS O FUTURO"**, [Sem data]. Disponível em: <https://www.carrinho-sa.com/responsabilidade-social/programa-merenda-escolar/>. Acesso: 11 dez. 2024.

COELHO, C. A. W. et al. **Mudança do clima no Brasil: síntese atualizada e perspectivas para decisões estratégicas**. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2024. 106 p.: il. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/arquivos/Relatorio_Mudanca_Clima_Brasil.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, D.F., 2004.

ELO, S.; KYNGÄS, H. The qualitative content analysis methods to conduct process. **Journal of Advanced Nursing**, v. 62, n. 1, p. 107-115, mar. 2008. DOI: 214 <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2007.04569.x>. Acesso em: 15 set. 2024.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Relatório sobre a Medição e Análises do Índice de Resiliência - RIMA II nas Províncias do Cunene, Huíla e Namibe**. Luanda: FAO, 2021. Disponível em: https://fresan-angola.org/wp-content/uploads/2023/11/FAO_RelatorioFinal_RIMA-II_Angola2021.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

FARRUKH, M. U. *et al.* Dynamic effects of urbanization, governance, and worker's remittance on multidimensional food security: An application of a broad-spectrum approach. **Socio-Economic Planning Sciences**, vol. 84, dec. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.seps.2022.101400>. Acesso em: 28 fev. 2024.

FLORES, P.; PRODÍGIO. **Fome**. In: FLORES, Paulo; Prodígio. A bênção e a maldição [Sem página]. *Sony Music Entertainment*, 25 set. 2020. Disco sonoro. Disponível em: <https://music.apple.com/pt/song/fome/1537958319>. Acesso em: 28 nov. 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Rome Declaration on World Food Security**. 1996. Disponível em: <https://www.fao.org/3/w3613e/w3613e00.htm>. Acesso em: 13 out. 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO) *et al.* **The state of Food Security and Nutrition in the World 2024: Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms**, 2024. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/09ed8fec-480e-4432-832c-5b56c672ed92>. Acesso em: 14 set. 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **World Food Day 2024: Global ceremony highlights the right to nutritious safe and affordable foods**, 16 oct. 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/newsroom/detail/world-food-day-2024--global-ceremony-highlights-the-right-to-nutritious-safe-and-affordable-foods/>. Acesso em: 02 dez. 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Putting family farmers at the centre to achieve the SDGs**. 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca4532en/ca4532en.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024.

FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA. **Declaración Final del Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria**. Habana, 2001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/t1d00123.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2024.

FORTALECIMENTO DA RESILIÊNCIA E DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ANGOLA (FRESAN). **Sobre o programa**. [Sem data]. Disponível em: <https://fresan-angola.org/programa/>. Acesso em 26 mar. 2024.

FORTALECIMENTO DA RESILIÊNCIA E DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ANGOLA (FRESAN). **Redução da vulnerabilidade nutricional no Município de Cahama e Ombadja através à vigilância comunitária e o aumento de acesso à fontes de água segura**. Cunene: abril, 2023. Disponível em: https://fresan-angola.org/wp-content/uploads/2024/05/Anexo-24-%E2%80%93Estudo-Seguranca-alimentar_estado-nutricional-e-atitudes-higienicosanitarias-dos-beneficiarios_CUAMMC4.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

FORTALECIMENTO DA RESILIÊNCIA E DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ANGOLA (FRESAN). **Diagnóstico de análises dos ecossistemas em Cuanhama e Cuvelai**. In: Estratégias Agroecológicas de Produção e Recuperação da Biodiversidade para a Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional no Cunene. [Sem data a]. Disponível em: <https://fresan-angola.org/wp-content/uploads/2024/05/Anexo-20->

%E2%80%93Diagnostico-de-Analise-dos-Ecosistemas-em-Cuanhama-e-Cuvelai.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

FREITAS, C. Cooperativas agrícolas e agricultores vão poder ter acesso a meios mecanizados no Cunene com o financiamento do FADA. **Rádio Nacional de Angola**, 8 agosto 2024. Disponível em: <https://rna.ao/rna.ao/2024/08/08/cooperativas-agricolas-e-agricultores-vaopoder-ter-acesso-a-meios-mecanizados-no-cunene-com-o-financiamento-do-fada/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

FUNDO DE AÇÃO SOCIAL (FAS). **Programa Kwenda**. [Sem Data]. Disponível em: <https://fasangola.com/kwenda/>. Acesso em: 3 set. 2024.

FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FADA). **FADA e IDA assinam memorando de entendimento**. Luanda: 23 nov. 2023. Disponível em: <https://www.fada.gov.ao/fada-e-ida-assinam-memorando-de-entendimento/>. Acesso em: 22 set. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GLOBAL ALLIANCE FOR FOOD SECURITY (GAFS). **Country Profile**. [Sem Data]. Disponível em: <https://www.gafs.info/country-profiles/?state=Advice&country=AGO&indicator=IPCC>. Acesso em: 4 abr. 2023.

GUERRA, L. D. S.; BEZERRA, A. C. D.; CARNUT, L. Da fome à palatabilidade estéril: ‘espessando’ ou ‘diluindo’ o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil? **Saúde em Debate**, v. 44, n. 127, p. 1231–1245, outubro, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012721>. Acesso em: 25 fev. 2024.

GUERRA, L. D. S.; CERVATO-MANCUSO, A. M.; BEZERRA, A. C. D. Alimentação: um direito humano em disputa - focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 9, p. 3369–3394, set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.20302017>. Acesso em: 14 set. 2024.

GUERRA, C. S.; SILVA, M. B. O. Direito à Soberania Alimentar no Capitalismo Periférico. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 4, p. 2198–2224, outubro, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/56373>. Acesso em: 28 fev. 2024.

GUERRA, A. População exige saber porque falhou o Canal do Cafu. **Development Workshop**. Menongue, 2 nov. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/popula%C3%A7%C3%A3o-exige-saber-porque-falhou-o-canal-do-cafu/a-67280100>. Acesso em: 22 out. 2024.

GURGEL, A. M. et al. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4945–4956, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.33912020>. Acesso em: 20 jun. 2024.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS (HLPE) on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. **Investing in smallholder agriculture for food security**. Report. Rome, 2013. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/273868/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS (HLPE) on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. **Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030**. Report. Rome, 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/cfs/cfs-hlpe/publications/hlpe-15/en>. Acesso em: 12 set. 2024.

HOYOS, C. J. C.; D'AGOSTINI, A. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: Convergências e Divergências. **Revista NERA**, v. 35, p. 174-198, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/4855/3687/17194>. Acesso em: 22 fev. 2024

INSTITUTO DE ESTUDIOS DEL HAMBRE (IEH). **O caminho da governança da segurança alimentar: a experiência de Angola**. Madrid: jan. 2011.

INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE (IFPRI). **Global food policy report 2023: Rethinking food crisis responses**. Disponível em: <https://www.ifpri.org/publication/global-food-policy-report-2023-rethinking-food-crisis-responses>. Acesso em: 29 set. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES (IFRC). **Angola: Food Insecurity - Emergency Appeal No. MDRAO007**, Luanda, 2022. Disponível em: https://www.ifrc.org/appeals?date_from=&date_to=&appeal_code=MDRAO. Acesso em: 26 nov. 2023.

INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT (IFAD). **Republic Of Angola: Country Strategy and Programme Evaluation**. 2018. Disponível em: <https://ioe.ifad.org/hi/w/country-strategy-and-programme-evaluation-of-the-republic-of-angola>. Acesso: 13 abr. 2024.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **IMF Executive Board Concludes 2023 Article IV Consultation with Angola**. 11 mar. 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/03/09/pr2481-imf-executive-board-concludes-2023-article-iv-consultation-with-angola>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ISLAM, S. N.; WINKEL, J. Climate Change and Social Inequality. **Department of Economic & Social Affairs – DESA Working Paper**, n. 152, p. 1-30, oct. 2017. Disponível em: https://www.un.org/esa/desa/papers/2017/wp152_2017.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

KAMUTALI, A. A. C.; HENRIQUES, P. D.; LUCAS, M. R. Cooperativismo e acesso aos serviços agrícolas na província do Huambo: O caso de cooperativas apoiadas pela Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA). **Revista de Ciências Agrárias**, volume Especial, n. 43, p. 61-73, março, 2020. DOI: <https://doi.org/10.19084/rca.19505>. Acesso em 13 abr. 2024.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187–199, jan. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>. Acesso em: 11 fev. 2024.

KIMHI, A. Revitalising and modernising smallholder agriculture: The Aldeia Nova Project in Angola. **Development Southern Africa**, vol. 27, n. 3, p. 381-395, sep. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/0376835X.2010.498947>. Acesso em: 07 abr. 2024.

KOPITTKE, M. P. et al. Soil and the intensification of agriculture for global food security. **Environment International**, v. 132, nov. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.envint.2019.105078>. Acesso em: 04 abr. 2024.

LEITE, M. L. S.; LEITE, J. F. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **Revista Katálisis**, v. 25, n. 3, p. 528–538, sep. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86341>. Acesso em: 02 mar. 2024.

LEVY, B. S.; PATZ, J. A. Climate Change, Human Rights, and Social Justice, **Annals of Global Health**, v. 81, Issue 3, p. 310-322, may-june, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aogh.2015.08.008>. Acesso em: 29. nov. 2024.

LUAMBA, M. Angolanos fogem à fome e refugiam-se na Namíbia. **Deutsche Welle**, 01 junho de 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/deslocados-da-fome-angolanos-refugiam-se-na-nam%C3%ADbia/a-57732152>. Acesso em: 27 mar. 2023.

LUETKEMEIER, R.; LIEHR, S. Integrated responses to drought risk in Namibia and Angola. **ISOE Policy Brief**, n. 6, ISOE – Institute for Social-Ecological Research (ed.), 2019. Disponível em: <https://www.isoe.de/fileadmin/Edit/PDF/Publ/2019/isoe-policy-brief-6-2019.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2024.

MAGALHÃES, R. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1339–1346, maio, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014195.12202013>. Acesso em: 18 fev. 2024.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, Flávio L. Contribuição ao tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Caderno de Debate**, vol. 4, p. 66-88, 1996. Disponível em: [https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20\(1996\).pdf](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20(1996).pdf). Acesso em: 17 fev. 2024.

MARCUS, H. et al. Climate change and the public health imperative for supporting migration as adaptation. **Journal of Migration and Health**, vol. 7, p. 1-7, mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jmh.2023.100174>. Acesso em: 14. Abr. 2024.

MARTIN-CAÑAVATE, R. et al. Preventing chronic malnutrition in children under 2 years in rural Angola (MuCCUA trial): protocol for the economic evaluation of a three-arm community cluster randomised controlled trial. **BMJ Open**, v. 13, n. 12, p. e073349, 18 dez. 2023. Disponível em: <https://bmjopen.bmj.com/content/13/12/e073349.long>. Acesso em: 29 nov. 2024.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>. Acesso em: 30 ago. 2024.

MARTINS, E. Deputados propõem reforço de verbas para a agricultura e menos pressão fiscal. **Jornal Expansão**, Luanda, 2 dez. 2024. Disponível em: <https://www.expansao.co.ao/angola/interior/deputados-propoe-reforco-de-verbas-para-a-agricultura-e-menos-pressao-fiscal-122394.html>. Acesso em: 24 nov. 2024.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Economia do Nordeste**, v. 45, n. 2, p. 1-09, out./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2014.500>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MBOW, C. et al. **Food Security**, 2019. In: Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems. DOI: <https://doi.org/10.1017/9781009157988.007>. Acesso em: 04 dez. 2024.

MICOLO, G. Nanquete no Cunene lançada na produção de arroz e de milho. **Jornal de Angola**, Luanda, junho, 2016. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=357933>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MIGUEL, P. J. D.; ESTEVAM, D. O.; VERGINIO, M. R. C. Cooperativismo e desenvolvimento rural em Angola: o caso do município de Cacula /província da Huíla. **Revista Contemporânea**, v. 2, n. 5, p. 893-922, outubro, 2022. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV2N5-022>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MONTEIRO, I. **História do Serviço Social em Angola**. In: III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, outubro, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13864/2/HistoriaServicoSocialAngola.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2024.

NDOMBA, B. Seca e fome continuam a dizimar no sul de Angola. **Deutsche Welle**. Huíla: Gambos, 29. out. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/seca-e-fome-est%C3%A3o-a-dizimar-no-sul-de-angola/a-70626194>. Acesso em: 10 nov. 2024.

NDOMBA, B. Angola: Para onde vai a verba da merenda escolar? **Deutsche Welle**, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-para-onde-vai-a-verba-da-merenda-escolar/a-64508995#:~:text=A%20merenda%20escolar%20distribu%C3%ADda%20nas,de%20dez%20prov%C3%ADncias%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 14 nov. 2024.

NOVAES, C. R. L. **Segurança Alimentar e Nutricional: um estudo da contribuição do Banco Municipal de Alimentos de Diadema**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação Interunidades em Nutrição Aplicada – FCF/FEA/FSP, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 112 p. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Comentário Geral nº 12: O direito humano à alimentação (art. 11)**, 1999. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Comentario-Geral-No-12.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) Brasil. **Mensagem do secretário-geral da ONU, António Guterres, para o Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca, assinalado em 17 de junho**. *ONU Brasil*, 17 jun. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/271859-dia-mundial-de-combate-%C3%A0-desertifica%C3%A7%C3%A3o-e-%C3%A0-seca>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 29 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) em África. **Angola lança campanha "Zero Malária Começa Comigo"**, 05. Dez. 2023. Disponível em: <https://www.afro.who.int/pt/countries/angola/news/angola-lanca-campanha-zero-malaria-comeca-comigo>. Acesso em: 11 mar. 2025.

PACHECO, F.; CARVALHO, M. L. S.; HENRIQUES, P. D. **Contribuição para o debate da sustentabilidade da agricultura angolana** (2013). In: Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural - Actas do 2.º Encontro Luso-Angolano na Universidade Metodista de Angola, Luanda, 6 a 8 de Outubro 2011, pp: 311-343, ISBN: 978-989-8550-20-0. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/9386/1/agricultura%20ela.pdf>. Acesso: 11 abr. 2024.

PAHULA, O. **Cunene: a diversidade sociocultural de uma província**. Conferência proferida. Luanda: União dos Escritores Angolanos, fev. 2022 [Manuscrito não publicado]. Acesso em: 24 abr. 2024.

PAULO NETTO, J. **Estado e Questão Social no capitalismo dos monopólios**. In: *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. pág. 19-56. São Paulo, Cortez, 2001.

PEPEKA, M. E. **Segurança alimentar e regulação da posse e uso da terra em África: o caso do planalto central de Angola**. Tese (Doutoramento em Gestão Interdisciplinar da Paisagem). Departamento de Ciências Agrárias, Universidade dos Açores, 2015.

PINTO, J. N. S. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional em Angola**. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

PRATES, M. Crianças fora da escola: o enorme impacto da seca para a educação no Cunene. **UNICEF Angola**, out. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/historias/crian%C3%A7as-fora-da-escola-o-enorme-impacto-da-seca-para-educa%C3%A7%C3%A3o-no-cunene>. Acesso em: 08 set. 2024.

QUITARI, G. N. Agricultura familiar em Angola: as armadilhas conceituais da classificação dicotômica. **Revista Mulemba**, n. 10, p. 233-260, novembro, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/2010>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SARAMAGO, J. **Os poemas possíveis**. Lisboa: Caminho, 1997.

SCHNEIDER, S.; SCHUBERT, M. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar - uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, v. 1, p. 1-20, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151166/001009891.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 abr. 2024.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99–122, fev. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008>. Acesso em: 28 mar. 2024.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERÃO, A.K.; BUZA, A.G.; MANUEL, I. J. D. **Políticas de democratização do ensino: estudo de caso das escolas públicas do município de Cacuaco - província de Luanda**. Luanda, 2017. Disponível em: https://eventos.aforges.org/wp-content/uploads/sites/63/sites/64/2023/05/1-Políticas-de-democratizac_a_o-do-Ensino.pdf. Acesso em: 11 mar. 2025.

SERRAT-CAPDEVILA, Aleix et al. Making Water Security and Drought Resilience in the South of Angola Happen. **World Bank**, june, 2023. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099062823044578943/p170387017dd550fd083890343b39017a61>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SERRAT-CAPDEVILA, Aleix et al. Water Security and Drought Resilience in the South of Angola. **World Bank**, 2022. Washington, DC. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/36d2c17b-c68a-5d8a-9f0e-4dcc2c6b8e69>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Texto para Discussão nº 1953 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf. Acesso em 05 fev. 2024.

SOBRINHO, K. 19 de Novembro: Dia Mundial da Casa de Banho. **UNICEF Angola**, nov. 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/historias/19-de-novembro-dia-mundial-da-casa-de-banho>. Acesso em: 24 nov. 2024.

SOUSA DOMINGOS, O. **O acesso à saúde de migrantes angolanos em Londrina/PR e sua interface com a escolaridade**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 234 p. 2022.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20–45, julho, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em: 02 mar. 2024.

STEINBERG, D.; BOWEN, N. Food Security challenges in post-conflict Angola. In: **Food Security in Southern Africa Causes and responses from the region**. Pretoria: Institut Français d'Afrique du Sud/IFAS, p. 67-88, 2003. Disponível em: <https://hal.science/hal-00793066>. Acesso em: 06 mar. 2024.

SWAMINATHAN, M.S; BHAVANI, R.V. Food production & availability - Essential prerequisites for sustainable food security. **The Indian Journal of Medical Research**, p. 383-391, sep. 2013. DOI:

TELEVISÃO PÚBLICA DE ANGOLA (TPA). **Produção de arroz no Cunene - Projeto agroindustrial de Manquete sob responsabilidade das FAA**. TPA, 27 de dezembro, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=97m9P3RjO9A>. Acesso em: 12 fev. 2024.

TRIVELLATO, P. T. et al. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, p. 865–874, mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.05352017>. Acesso em: 06 set. 2024.

TV PARLAMENTO ANGOLA. **Proposta de OGE 2025 entregue ao parlamento**. Tv Parlamento Angola, 1 nov. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v4pEPA-0rKI>. Acesso em: 30 nov. 2024.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF) Angola. **Saneamento Total Liderado pela Comunidade**, 2016. Disponível em: [https://www.unicef.org/angola/saneamento-total-lideradopelacomunidade#:~:text=O%20Saneamento%20Total%20Liderado%20pela%20Comunidade%20\(STLC\)%20%C3%A9%20uma%20abordagem,sem%20recurso%20a%20apoios%20externos](https://www.unicef.org/angola/saneamento-total-lideradopelacomunidade#:~:text=O%20Saneamento%20Total%20Liderado%20pela%20Comunidade%20(STLC)%20%C3%A9%20uma%20abordagem,sem%20recurso%20a%20apoios%20externos). Acesso em: 22 nov. 2024.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF) Angola. **Governo do Japão disponibiliza 350.000 dólares para o programa de nutrição na província da Huíla**, 16 março 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/comunicados-de-imprensa/governo-do-jap%C3%A3o-disponibiliza-350000-d%C3%B3lares-para-o-programa-de-nutri%C3%A7%C3%A3o#:~:text=As%20actividades%20de%20nutri%C3%A7%C3%A3o%20financiadas,de%20salvar%20as%20crian%C3%A7as%20desnutridas>. Acesso em: 23 fev. 2024.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF) **Angola appeal**. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/appeals/angola>. Acesso em: 03 dez. 2024.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). **Lições aprendidas sobre a recuperação Pós-Desastre. Caso de Estudo: a seca de 2013-2014 na província do Cunene** (Angola), 2017. Disponível em: <https://fresan-angola.org/wp-content/uploads/2021/03/Licoes-Aprendidas-sobre-a-Recuperacao-Pos-Desastre-Caso-de-Estudo-A-Seca-de-2013-2014-na-Provincia-do-Cunene-Angola.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

USMAN, M. A.; CALLO-CONCHA, D. Does market access improve dietary diversity and food security? Evidence from Southwestern Ethiopian smallholder coffee producers. **Agricultural and Food Economics**, n. 18, jul., 2021. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40100-021-00190-8>. Acesso em: 17 abr. 2023.

VELOSO, A. Mais de 12 milhões de produtores são assistidos neste ano agrícola. **Jornal de Angola**. Luanda, dez. 2023. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/mais-de-12-milhoes-de-produtores-sao-assistidos-neste-ano-agricola/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

VILAKAZI, N.; NYIRENDA, K.; VELLEUMU, E. Unlocking Water Issues Towards Food Security in Africa. In: **Food security in Africa**. Rio de Janeiro: Ed. Barakat Mahmoud, p. 37-52, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5772/intechopen.86788>. Acesso em: 24 nov. 2024.

WADDINGTON, H.; WHITE, H. **Farmer field schools - From agricultural extension to adult education**, Systematic Review Summary 1. London: International Initiative for Impact Evaluation (3ie), mar. 2014. Disponível em: <https://www.3ieimpact.org/evidence-hub/publications/systematic-review-summaries/farmer-field-schools-agricultural-extension>. Acesso em: 11 jun. 2024

WHEELER, D. L.; PÉLISSIER, R. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009.

WORLD BANK. **World Bank Provides \$110 Million to Improve the Delivery and Quality of Health Services in Angola**, march. 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2018/03/21/world-bank-provides-110-million-usd-to-improve-the-delivery-and-quality-of-health-services-in-angola>. Acesso em: 12 fev. 2024.

WORLD FOOD PROGRAM (WFP). **Climate Change: An Assault on the Hungry Poor in Southern Africa**, aug. 2021. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/climate-change-assault-hungry-poor-southern-africa>. Acesso em 19 nov. 2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 212 p. 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE OMBADJA

A presente entrevista, de caráter estritamente acadêmico, é parte fundamental do trabalho de pesquisa “Investimentos agrícolas chineses em Angola: uma análise sobre segurança alimentar e nutricional” para obtenção do título de Mestre em Ciências pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Esta entrevista visa analisar os efeitos do empreendimento do Manquete sobre a segurança alimentar e nutricional nas comunidades do município de Ombadja, na província do Cunene e será aplicada pela pesquisadora Luísa Correia Filho, estudante de mestrado nº PAD230146 da referida Universidade. A sua participação é de extrema importância para a concretização deste trabalho e essencial para os resultados da pesquisa e deverá tomar em torno de quarenta minutos do seu tempo.

PARTE A – HABITAÇÃO E SAÚDE

HABITAÇÃO E SAÚDE

A1. A sua casa é própria, ou alugada?

A2. Quantos membros da sua família moram nesta casa?

A3. Com relação ao acesso a serviços de saúde, principalmente para crianças e gestantes, têm conseguido facilmente na região? Caso não, qual é o motivo?

A4. Caso não tenha acesso a posto de saúde na região, onde se desloca em caso de necessidade de atendimento médico? Qual é a distância entre a sua casa e o centro de saúde?

PARTE B – PRODUÇÃO

PRODUÇÃO

B1. Há quanto tempo se dedica à atividade agrícola e/ou pecuária?

B2. Quantos membros da sua família trabalham no campo? Tem empregado trabalhadores? Caso sim, quantos?

B3. Quantas culturas e/ou vegetais são cultivadas na propriedade? Quais? Se dedica a atividade pecuária?

B4. Qual é a dimensão/hectares explorada por atividade?

B5. Teria dados ou uma estimativa de quanto produz em toneladas mensal ou anualmente?

B6. Qual é o destino da sua produção? Consumo e/ou venda?

B7. Tem acesso a políticas públicas, como por exemplo concessão de crédito agrícola para sua atividade?

B8. Quais dificuldades têm encarado na agricultura, devido ao problema da seca na região?

B9. Conhece a fazenda do Manquete onde os chineses se dedicavam a produção de arroz e criação de gado? Tem/teve acesso aos produtos provenientes desta fazenda?

B10. O que produzia antes e depois do empreendimento do Manquete? O que mudou e por quê?

PARTE C – EMPREGO E RENDA

EMPREGO E RENDA

C1. Caso não seja agricultor, trabalha com o quê?

C2. A sua renda mensal permite ter acesso a alimentos para sua família, em média?

C3. Tem ou teve acesso à política pública de transferência de renda como o programa Kwenda?

C4. Caso não tenha tido acesso, qual foi o motivo?

1. DADOS DO RESPONDENTE

Função: _____

Tempo de experiência na área: _____ anos

Sexo: () Masculino () Feminino

Faixa etária: () abaixo de 25 anos () 25 a 35 anos () 35 a 45 anos () acima de 45anos

Escolaridade:

() Ensino fundamental () Ensino médio () Superior incompleto () Superior completo

() Graduação e pós-graduação (especificar): _____

() Outro _____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM AS ORGANIZAÇÕES

A presente entrevista, de caráter estritamente acadêmico, é parte fundamental do trabalho de pesquisa “Investimentos agrícolas chineses em Angola: uma análise sobre segurança alimentar e nutricional” para obtenção do título de Mestre em Ciências pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Esta entrevista visa analisar os efeitos do empreendimento do Manquete sobre a segurança alimentar e nutricional nas comunidades do município de Ombadja, na província do Cunene e será aplicada pela pesquisadora Luísa Correia Filho, estudante de mestrado nº PAD230146 da referida Universidade. A sua participação é de extrema importância para a concretização deste trabalho e essencial para os resultados da pesquisa e deverá tomar em torno de quarenta minutos do seu tempo.

A. DADOS DO RESPONDENTE

Função: _____

Tempo de experiência na área: _____ anos

Sexo: () Masculino () Feminino

Faixa etária: () abaixo de 25 anos () 25 a 35 anos () 35 a 45 anos () acima de 45 anos

Escolaridade:

() Ensino fundamental () Ensino médio () Superior incompleto () Superior completo

() Graduação e pós-graduação (especificar): _____

() Outro _____

B. PERGUNTAS

1. Quais atividades desenvolvidas pela instituição?
2. Dessas atividades, quais os municípios e comunas em que a instituição tem atuado?
3. Com relação ao município de Ombadja, quais as atividades e/ou projetos têm sido implementados junto das comunidades rurais?
4. Teriam dados referentes ao número de comunidades de agricultores e/ou camponeses beneficiados das ações já realizadas? Poderiam nos fornecer esses dados, por gentileza?
5. Com relação as comunidades rurais na Ombadja, quais as principais dificuldades constatadas na região?
6. Poderia nos fazer um diagnóstico/relato sobre a situação atual de segurança alimentar do município da Ombadja? Teria relatórios para ceder à nossa pesquisa?
7. O executivo angolano tem buscado por parcerias, empréstimos, investimentos diretos internacionais para mitigação dos efeitos da seca e da fome na região? (Como intervenções da China e do Brasil). Como esses movimentos recentes e acordos internacionais para resolução do problema da seca e da fome na Ombadja têm melhorado a questão da segurança alimentar na região?
8. Conhecendo a realidade do município e sendo um especialista na temática, que medidas considera efetivas para reversão do atual quadro marcado por altos níveis de insegurança alimentar?
9. Tem conhecimento da existência da empresa chinesa, que se dedica a produção de arroz e a pecuária, no Manquete município de Ombadja?
10. Como a instituição avalia o investimento chinês na agricultura no município de Ombadja?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr(a) para participar da Pesquisa “Investimentos agrícolas chineses em Angola: uma análise sobre Segurança Alimentar e Nutricional”, sob responsabilidade da pesquisadora Luísa Correia Filho, na qual pretende analisar os efeitos dos investimentos agrícolas chineses em Angola sobre a segurança alimentar e nutricional nas comunidades do município da Ombadja, na província do Cunene em Angola. Sua participação é voluntária e se dará por meio de resposta a um formulário e/ou entrevista sobre segurança alimentar para entendermos a sua experiência com a fome ou trabalho que desenvolve sobre o tema. O risco decorrente de sua participação na pesquisa é de provável desconforto devido o tempo estimado da entrevista de quarenta minutos. Para amenizar essa situação, buscaremos ser o mais breve e direto possível.

Se o/a Sr(a) aceitar participar, as respostas obtidas nesta pesquisa poderão contribuir para elaboração de um programa de política pública, ou seja, por parte do governo, para ajudar a população no acesso à alimentos e no desenvolvimento da agricultura familiar na região. O/a Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. A pesquisadora responsável se deslocará até o seu encontro para realização da entrevista e/ou aplicação do formulário. Caso autorize a gravação da entrevista respeitaremos o seu direito à confidencialidade e anonimato. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, uma vez que será respeitada o seu direito ao sigilo. O material coletado será armazenado em local seguro como o drive institucional da pesquisadora. Caso autorize que o nome da sua instituição conste do relatório final, respeitaremos o seu desejo e divulgaremos. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o/a pesquisador/a através do telefone/WhatsApp: (+55) 11 94816-7329, e-mail: luisa.filho@unesp.br.

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo em participar desse estudo como voluntário(a) de pesquisa. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre o objetivo desta pesquisa, que li ou foram lidos para mim, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo mantendo em sigilo a minha identidade. Ao término da pesquisa, os resultados obtidos serão compartilhados comigo por meio da publicação de um relatório em formato de dissertação. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pela pesquisadora responsável.

Nome do(a) participante: _____

Endereço: _____

Documento de identificação _____

Assinatura: _____ local e data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma livre e voluntária o consentimento deste participante neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir os termos aqui descritos.

Nome da pesquisadora: Luísa Correia Filho

Assinatura: _____ Local e data: _____

APÊNDICE D – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Tupã, 08 de janeiro de 2024.

Assunto: Solicitação de autorização para pesquisa acadêmica.

Saudações, Prezados Senhores;

Luísa Correia Filho, é cidadã angolana e estudante regularmente matriculada do curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Tupã, estado de São Paulo, Brasil, tendo ingressado no primeiro semestre de 2023, e cujo número de matrícula é PAD230146.

A estudante se encontra em fase de realização da pesquisa de campo cujo tema do trabalho refere-se à análise dos investimentos agrícolas chineses em Angola e seus efeitos sobre a segurança alimentar e nutricional nas comunidades do Mucope, no município da Ombadja, província do Cunene. Especificamente, a estudante investiga fatores relacionados ao acesso e à disponibilidade dos alimentos na região, bem como será apontado o significado socioeconômico em termos de oferta de trabalho, diversidade de plantas cultivadas, quantidade produzida, área explorada com agricultura e destino da produção.

Por meio da aplicação de formulários e entrevistas com agricultores familiares, comunidades da região e experts na temática (Técnicos do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ministério da Agricultura de Angola, ONGs, Acadêmicos e Jornalistas) a estudante pretende realizar a pesquisa num período de vinte e um (21) dias para que possa obter dados suficientes e relevantes para o suporte às análises do referido trabalho exploratório, um dos primeiros estudos científicos sobre a temática a ser realizado na província do Cunene.

Estamos cientes de que esta solicitação merecerá a especial atenção da vossa parte, renovo os votos de cordiais saudações.

Desde já eu me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos por e-mail ana.lourenzani@unesp.br.

Atenciosamente.

ANA ELISA BRESSAN SMITH LOURENZANI

Coordenadora de Programa de Pós-Graduação
Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento

ANEXOS

ANEXO A – APROVAÇÃO DO PROJETO DO MANQUETE

2704	DIÁRIO DA REPÚBLICA
Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 30 de Março de 2011.	Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 30 de Março de 2011.
Publique-se.	Publique-se.
Luanda, aos 14 de Abril de 2011.	Luanda, aos 14 de Abril de 2011.
O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.	O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.
Despacho Presidencial n.º 33/11 de 25 de Abril	Despacho Presidencial n.º 34/11 de 25 de Abril
Considerando que no quadro dos esforços para o alcance da segurança alimentar, o Executivo está empenhado em promover projectos que visam o incremento da produção sustentável de produtos agro-pecuários e florestais, sua diversificação, geração de emprego e renda, incentivando o empreendedorismo no sector agrário;	Considerando que o Plano Nacional contempla para o sector agrário um conjunto de acções que visam a promoção sócio-económica integrada e sustentável do sector, tendo em conta o aproveitamento do potencial em recursos naturais, orientado para a produção agrícola de larga escala, com geração de emprego e renda, de forma a garantir a segurança alimentar, o abastecimento interno e o aproveitamento das oportunidades dos mercados local, regional e internacional;
Havendo necessidade de implementar o Projecto de Desenvolvimento Agro-Pecuário do Manquete, no Município de Ombanja, na Província do Cunene, atendendo as potencialidades agro-pecuárias da região.	Havendo necessidade de implementar o Projecto Agro-Industrial de Kamacupa, na Província do Bié.
O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:	O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:
1.º — É aprovada a Implementação do Projecto de Desenvolvimento Agro-pecuário do Manquete, no Município de Ombanja, na Província do Cunene, no valor global em Kwanzas equivalente a USD 85 511 446,97 (Oitenta e cinco milhões, quinhentos e onze mil e quatrocentos e quarenta e seis Dólares dos Estados Unidos da América e noventa e sete centimos).	1.º — É aprovada a Implementação do Projecto de Produção de Milho e Tilápia, denominado Fazenda Agro-Industrial de Kamacupa, na Província do Bié, no valor global em Kwanzas equivalente a USD 93 069 900,00 (Noventa e três milhões, sessenta e nove mil e novecentos Dólares dos Estados Unidos da América).
2.º — É autorizado o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas a assinar o Contrato com a empresa China National Electronics Import & Export Corporation (CEIEC), no valor em Kwanzas equivalente a USD 81 439 473,31 (Oitenta e um milhões, quatrocentos e trinta e nove mil e quatrocentos e setenta e três Dólares dos Estados Unidos da América e trinta e um centimos), a ser financiado no âmbito da Linha de Crédito do Banco de Desenvolvimento da China.	2.º — É autorizado o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas a assinar o Contrato com a empresa China Camc Engineering Co. Ltd, no valor em Kwanzas equivalente a USD 88 638 000,00 (Oitenta e oito milhões, seiscentos e trinta e oito mil Dólares dos Estados Unidos da América), a ser financiado no âmbito da Linha de Crédito do Banco de Desenvolvimento da China.
3.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.	3.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Fonte: Diário da República de Angola nº 76, Iª série, de 25 de abril de 2011.

ANEXO B – ACORDO DE FINANCIAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DO MANQUETE

I SÉRIE — N.º 237 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013 3905

Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação

Despacho n.º 2783/13:
Dá por finda a Comissão de Implementação do Projecto E-Governo.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Despacho Presidencial n.º 143/13
de 10 de Dezembro

Havendo necessidade de implementar o projecto de Construção das Infra-Estruturas Integradas de Viana (Fase 1), para prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, indispensáveis ao desenvolvimento nacional;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República, o seguinte:

- 1.º — É aprovado o Contrato Comercial para Construção das Infra-Estruturas Integradas de Viana (Fase 1), no valor total equivalente em Kwanzas a USD 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de dólares norte-americanos), celebrado entre o Ministério da Construção e o Consórcio H&S — China Huashi Group and China Sichuan Huashi Group, Lda.
- 2.º — É autorizada a contratação do financiamento no valor total equivalente em Kwanzas a USD 36.800.000,00 (trinta e seis milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos) entre o Banco de Desenvolvimento da China e a República de Angola, representada pelo Ministério das Finanças.
- 3.º — É autorizado o Ministro das Finanças, com a faculdade de subdelegar, para em nome e em representação da República de Angola, proceder à assinatura da referida facilidade de crédito e toda a documentação relacionada com esta.
- 4.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Titular do Poder Executivo.
- 5.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 144/13
de 10 de Dezembro

Considerando que no quadro dos esforços do Executivo, consta a prioridade do incentivo ao empreendedorismo do sector agrário;

Convindo dar continuidade e apoio aos projectos que fomentam o alcance da Segurança Alimentar, considerados como imprescindíveis e necessários a promoção do referido sector;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

- 1.º — É aprovado o Acordo de Financiamento para implementação do Projecto de Desenvolvimento Agro-Pecuário do Manquete, na Província do Cunene celebrado entre a República de Angola, representada pelo Ministério das Finanças e o Industrial Commercial Bank of China — ICBC no montante de USD 81.439.473,31 (oitenta e um milhões, quatrocentos e trinta e nove mil e quatrocentos e setenta e três dólares dos Estados Unidos da América e trinta e um centimos).
- 2.º — É autorizado o Ministro das Finanças, com a faculdade de subdelegar, proceder à assinatura do referido Acordo de Financiamento e toda a documentação com este relacionada.
- 3.º — É revogado o n.º 2 do Despacho Presidencial n.º 33/11, de 25 de Abril.
- 4.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Presidente da República.
- 5.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 145/13
de 10 de Dezembro

Havendo necessidade de se implementar o Projecto de Construção das Infra-Estruturas de Luanda para o lançamento de redes novas e execução de ligações domiciliárias nas redes de distribuição de água de Luanda;

O Presidente da República determina, nos termos das disposições combinadas da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

- 1.º — É aprovado o Contrato Comercial para o lançamento de redes novas e a execução de ligações domiciliárias nas redes de distribuição de água de Luanda, celebrado entre a República de Angola, representada pela Empresa Pública de Águas de Luanda — EPAL, e pela Sinohydro Corporation, Limited, no valor equivalente em kwanzas a USD 96.755.956,37 (noventa e seis milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e seis dólares norte-americanos e trinta e sete centimos).
- 2.º — É delegada competência ao Ministro das Finanças para, em nome e em representação da República de Angola, negociar e assinar com o Banco de Desenvolvimento da China (BDC) o Acordo de Financiamento no montante equivalente em kwanzas a USD 77.404.765,10 (setenta e sete milhões, quatrocentos e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco dólares norte-americanos e dez centimos).

ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA PATRIMONIAL DO PROJETO DO MANQUETE

I SÉRIE – N.º 81 – DE 19 DE JUNHO DE 2019

3629

3. O Inspector Geral da Administração do Estado é coadjuvado por Inspectores Gerais da Administração do Estado-Adjuntos, com a categoria de Secretários de Estado.

4. O Inspector Geral da Administração do Estado e respectivos adjuntos são nomeados pelo Presidente da República.

SECÇÃO III Comissões Especializadas

ARTIGO 57.º (Natureza)

1. As Comissões Especializadas são grupos de trabalho de natureza multidisciplinar compostos por órgãos, organismos, serviços ou entidades e que integram a Administração Directa e Central do Estado, para assistir o Presidente da República em determinados assuntos e questões de interesse público, nos termos da lei.

2. As Comissões Especializadas são conferidas missões e competências de assessoria, acompanhamento e controlo, bem como de supervisão, gestão e execução específicas.

ARTIGO 58.º (Classificação)

1. As Comissões Especializadas são as seguintes:

- a) Comissões Nacionais e Intersectoriais;
- b) Comissões Ministeriais.

2. O Presidente da República define, por Despacho Presidencial, o elenco das Comissões Especializadas, bem como a forma de organização e funcionamento através dos respectivos estatutos ou regulamentos.

SECÇÃO IV Serviços Públicos Específicos

ARTIGO 59.º (Natureza)

Os Serviços Públicos Específicos são organismos públicos criados para assistir o Titular do Poder Executivo na realização de missões de gestão ou de execução de determinadas áreas e matérias de interesse público, reservadas à administração do Estado.

ARTIGO 60.º (Classificação)

1. São serviços públicos específicos os seguintes:

- a) Organismos públicos autónomos;
- b) Entidades públicas de natureza empresarial.

2. O Presidente da República define, por Decreto Presidencial, o elenco dos referidos serviços, bem como a forma de organização e funcionamento através dos respectivos estatutos ou regulamentos.

CAPÍTULO VIII Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 61.º (Transferência do pessoal)

As alterações na estrutura orgânica são acompanhadas pelo consequente movimento do pessoal, sem dependência de qualquer formalidade.

ARTIGO 62.º (Direitos e obrigações)

Os direitos e obrigações dos Departamentos Ministeriais objecto de alteração por força do presente Diploma são transferidos para os novos Departamentos Ministeriais.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Despacho Presidencial n.º 99/19 de 19 de Junho

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 229/18, de 1 de Outubro, determina o resgate a favor do Estado as concessões de vários projectos de Desenvolvimento Agro-pecuário, afectando-os ao Ministério da Agricultura e Florestas e ao Ministério das Finanças nos termos do artigo 2.º do referido Diploma Legal.

Considerando que alguns desses Projectos de Desenvolvimento Agro-Pecuário apresentam um potencial estratégico para o desenvolvimento agro-pecuário nas Forças Armadas Angolanas (FAA), pois a gestão profícua das mesmas permitira as FAA atingirem auto-suficiência em alguns produtos agrícolas e de origem animal.

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1. É autorizada a transferência da tutela patrimonial dos Ministérios da Agricultura e Florestas e das Finanças para o Ministério da Defesa Nacional dos seguintes Projectos de Desenvolvimento Agro-Pecuários;

- i) Projecto de Desenvolvimento Agro-Pecuário do Manquete, na Província do Cunene;
- ii) Projecto de Produção de Milho e Tilápia denominado Fazenda Agro-Industrial de Camacupa, na Província do Bié.

2. Aos Ministros da Agricultura e Floresta e das Finanças são delegados poderes para prática de todos os actos necessários e assinatura de toda a documentação relacionada com o processo de transferência da tutela patrimonial dos referidos projectos agro-pecuários para o Ministério da Defesa Nacional.

3. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

4. O presente Diploma entra em vigor no dia a seguir a data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Junho de 2019.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.